

Manuel Luís Bogalheiro Rocha Fernandes

**O PAPEL DA TÉCNICA NO
CONTROLO DA EXPERIÊNCIA**
A Sociedade Preventiva como Produto de uma
MutaçãO Tecnol3gico-Política

Universidade da Beira Interior, 2010

Índice

INTRODUÇÃO	7
I A TÉCNICA	11
1 Visões da Técnica a partir das Figuras de Utopia e Distopia	12
1.1 A Utopia Tecnocêntrica Moderna	12
1.2 O Colapso da Utopia Moderna e o Surgimento da Distopia Pós-moderna	15
1.3 Sobre as Distopias Literárias ou como a sofisticação tecnológica é Potencial Condição para o Controlo . . .	20
1.4 Contributo Critico da Ficção Utópica e Distópica . . .	31
2 Visões da Técnica a partir da Filosofia	33
2.1 A Corrente Crítica da Técnica	33
2.2 Lewis Mumford e a Coacção da Megatecnologia . . .	34
2.3 Jacques Ellul e a Incompatibilidade entre a Técnica e a Civilização	38
2.4 Martin Heidegger e o Dogmatismo Objectivado da Técnica Moderna	40
2.5 Ortega y Gasset e a Ameaça Técnica do Projecto de Concretização Pessoal	42
2.6 Gilbert Simondon e o Objecto Técnico Moderno	43
2.7 A Definição da Técnica por <i>Sistemas</i> e por <i>Fases</i> . . .	45
II O CONTROLO	53
3 Disciplina e Biopolítica: o Controlo segundo Michel Foucault	54
3.1 Uma Concepção de Poder a partir da Análise das suas Tecnologias	54
3.2 A Vigilância Disciplinar como Forma de Controlo . . .	58
3.3 O Panóptico de Bentham como Teoria da Vigilância . .	64

3.4	O Paradigma Biopolítico: do Controlo do Corpo ao Controlo da Vida	66
4	Mudanças de Paradigma nos Meios de Vigilância: os Dispositivos Digitais de Controlo	74
4.1	Tecnologia Digital: Mutações e Características	74
4.2	Bases de Dados: o Coração do Controlo pela Organização Informativa	76
4.3	Tecnologias de Intercepção: do Projecto Globalizante ECHELON ao Controlo Localizado	79
4.4	Geolocalização: uma Cartografia Inteligente	82
4.5	Biometria – o Corpo não mente	84
4.6	Videovigilância: Automatização e Transparência	86
5	A Mutação Técnica num Novo Tipo de Controlo: as Sociedades Preventivas	90
5.1	Da Disciplina ao Controlo segundo Deleuze	90
5.2	A Activação do Novo Controlo Pós 11 de Setembro: o Estado Securitário	92
5.3	O Governo Estatístico do Real	95
5.4	A Sociedade Preventiva	98
5.5	O Novo Controlo	101
	CONCLUSÃO – Entre a Ambiguidade da Técnica e os Limites do Controlo	107
	BIBLIOGRAFIA	112
	FILMOGRAFIA	117

Dissertação submetida à Faculdade de Artes e Letras da
Universidade da Beira Interior para obtenção
do grau de Mestre em Jornalismo.

Resumo

Sistemas de videovigilância generalizados a vários tipos de espaços; tecnologias biométricas de leitura de íris, de impressões digitais ou da actividade cerebral; chips instalados por baixo da pele; redes de satélites capazes de localizar e visualizar diversos elementos sobre a superfície terrestre ou de interceptar qualquer fluxo de comunicação desde uma chamada telefónica a um email. Todas estas tecnologias electrónicas e numéricas, assentes numa lógica informativa, inter-conectadas numa rede que tem o seu grande coração num arquivamento, praticamente, infinito em bases de dados digitais que constroem perfis individuais cada vez mais pormenorizados numa clínica da sociedade. O presente cenário de vigilância electrónica total lança um questionamento sobre as características do estágio tecnológico actual, sobre a *Técnica* das nossas sociedades, e sobre as suas implicações nas liberdades civis e na privacidade. Está em causa a reflexão sobre estágio do progresso técnico que pode constituir uma ruptura e representar um momento inédito com implicações nas práticas de controlo dos indivíduos e no seu próprio quotidiano, nas mais diferentes esferas. A nova tecnologia terá, assim, resultado num novo tipo de controlo?

Partindo de uma análise das razões que estão na base do antagonismo entre a crença e a desconfiança no progresso tecnológico e reflectindo sobre o próprio conceito de *Técnica*, consideramos o pensamento de Michel Foucault, sobre a vigilância da *disciplina* e o controlo da *biopolítica*, como percurso para entendermos como as novas tecnologias de vigilância proporcionaram uma nova lógica de controlo que foi activada pelas políticas securitárias na *sociedade de prevenção*.

Palavras-chave: distopia, técnica, biopolítica, controlo, vigilância, prevenção.

Razão de Estado

*Eu vigio os teus passos
com toda a discrição,
vejo o que fazes
és o objecto principal da minha atenção,
eu sou o intruso
que a todo o momento
controla o teu pensamento.
Sou a razão de Estado,
tenho o teu processo arquivado,
sou a razão de Estado
posso proporcionar-te um mau bocado.
Eu conheço os segredos
da tua intimidade,
sei que livros te interessam
e trabalho por conta da comunidade.
Sou eu quem escreve,
dia após dia,
a tua biografia.*

*Nós vivemos em crise
e a nossa sociedade
tem que ser protegida,
contra os malefícios da individualidade.
Imponho a ordem
e repudio
o mais pequeno desvio.*

Jorge Palma, O Lado Errado da Noite (1985)

INTRODUÇÃO

O telecrã captava e emitia ao mesmo tempo. Qualquer som que Winston fizesse acima do nível de um tenuíssimo sussurro, seria por ele registado; além disso, enquanto alguém permanecesse no campo de visão dominado pela placa metálica, podia ser não apenas ouvido mas também visto. Não havia, é claro, maneira das pessoas saberem se estavam a ser observadas em dado momento. Com que frequência, ou segundo que sistema, a Polícia do Pensamento ligava cada linha individual não podia senão ser objecto de conjecturas. Era até concebível que observassem toda a gente em permanência. Fosse como fosse, tinham acesso à linha de uma pessoa sempre que quisessem. Havia que viver – e vivia-se, graças a um hábito que se fazia instinto – no pressuposto de que cada som emitido estaria a ser escutado e, salvo na escuridão, cada momento, vigiado.¹

MOTE

As distopias técnico-políticas, que prognosticaram cenários altamente tecnológicos que degradariam as condições da experiência humana através de sofisticados sistemas de controlo, moldaram a percepção popular daquilo que em 1985 Gary T. Marx viria a chamar de sociedade de vigilância². Com a vaga de informatização da segunda metade do século XX, a metáfora desta mutação nas sociedades de informação foi a do *Grande Irmão*, da ficção *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* de George Orwell, que parecia que se ia implementando progressivamente num estado de vigilância total apoiada em dispositivos tecnológicos. É neste seguimento, que associada à concepção da sociedade de vigilância ficou a ideia de que para uma sociedade exercer um controlo perfeito sobre a vida dos seus cidadãos, desde os seus actos às suas atitudes e motivações, é-lhe indissociável um estado de plena sofisticação tecnológica – tecnologia esta, de forte base electrónica ou digital – que possa asse-

¹Cf. George Orwell, *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, 1948 (Lisboa: Antígona, 2007, p.8)

²Cf. Gary t. Marx, “The Surveillance Society: the threat of 1984-style techniques,” *The Futurist*, Junho 1985.

gurar, ao controlo político, os meios radicais para determinar as relações e o quotidiano da experiência humana.

No entanto, pese embora essa representação contemporânea do controlo tecnológico da experiência humana, a técnica electrónica não é condição para que se arquitecte o controlo e a vigilância. Desde os ancestrais censos e registos de população até à arquitectura espacial da disposição das cidades ou às patrulhas vigilantes, a História conheceu, ao longo do seu curso, várias técnicas que, portanto, antes da revolução tecnológica da segunda metade do século XX, constituíram modelos específicos de controlo social e de disciplina.

Por outro lado, parece que as potencialidades da tecnologia electrónica actual só agora parecem concretizar, efectivamente, as possibilidades de um verdadeiro estado de controlo, por vezes, próximo do das representações das ficções distópicas. Afinal, as revoluções técnicas têm poder para também revolucionar as formas de controlo? Simplesmente, são os meios de controlo que evoluem no devir histórico natural em continuidade com a evolução dos meios técnicos? Ou, numa outra perspectiva, mesmo que o progresso técnico crie novos dispositivos de vigilância que alteram a forma de controlar, são necessários determinados contextos políticos que activem essa tecnologia? Da reflexão entre estas perguntas pretendemos chegar à conclusão sobre qual o papel da técnica no controlo da experiência humana, sobre a forma como pode ser um elemento que o revoluciona ou enquanto um elemento que, apenas, é colocado ao seu serviço.

Como nota prévia acerca do sentido de *experiência* que pressupomos ao longo desta dissertação, importa-nos referir que entendemos aqui o conceito de *experiência* na forma como o quotidiano e as vivências humanas são definidas pelos sistemas de ordenação e de poder, na forma como os sujeitos constituem os seus modos de vida perante os diferentes tipos de condicionantes que lhe são impostos pela existência social. Esta *experiência humana e quotidiana* a que nos referimos é, então, entendida num sentido lato e generalizado às várias áreas de actividade e às várias dimensões de vida dos sujeitos, desde a experiência da subordinação política à experiência produtiva do meio laboral ou à experiência comunicativa social.

No primeiro capítulo tentamos perceber a origem da desconfiança na Técnica como figura, que no seu progresso leva, supostamente, a sociedades onde o controlo é exercido de uma forma totalizante e penetrante na vida dos indivíduos. A partir da consideração das distopias literárias, com mais relevo na implicação da tecnologia para os meios de poder, pretendemos questionar se a sofisticação tecnológica é uma potencial condição para o controlo da experiência. Nesta reflexão está em causa a consideração das duas grandes visões antagónicas da Técnica que marcam a sua própria história e, numa época de avanços radicais – ameaçadores ou potenciadores – a cultura contemporânea da tecnologia. A concepção utópica do progresso técnico, que levará a melhores e mais felizes sociedades, contrapõe-se à concepção distópica do progresso, que responsabiliza a Técnica por um devir negativo que leva a piores condições de vida.

Confrontadas estas duas perspectivas holísticas, servimo-nos do segundo capítulo para analisar as teorias e as predições de uma corrente filosófica crítica da Técnica que se desenvolveu no século XX, sustentada por autores como Lewis Mumford, Jacques Ellul, Martin Heidegger ou Ortega y Gasset, e que antevê nesta figura uma ruptura com o mundo natural e primário. A Técnica determina um potencial redutor sobre o Homem, sobre as suas faculdades simbólicas. Tratamos, então, neste ponto da dissertação, de rever a desconfiança distópica em relação à Técnica através do pensamento filosófico destes autores, daquilo que partilham e das especificidades de cada pensamento. Por outro lado, importa-nos ver a forma como dividem a evolução da Técnica, como consideram que o progresso tem rupturas que origina novos estádios com características radicalmente diferentes daqueles que os precedem. Tal perspectiva é-nos útil para, mais à frente, percebermos se estamos também perante uma nova fase técnica, de natureza diferente da anterior que, então, pode determinar um novo tipo de controlo.

No terceiro capítulo, que abre a segunda parte desta dissertação, revemos o pensamento de Michel Foucault, cujas teorias da *sociedade disciplinar*, na qual considera a estrutura do Panóptico, e da *biopolítica*, continuam a figurar como uma referência incontornável para a reflexão da actual sociedade de vigilância. Os ensaios de Foucault são, aqui, en-

tendidos tanto como uma teoria geral da vigilância, em particular no seu estudo das *disciplinas*, como uma teoria geral do controlo, em particular na sua formulação da biopolítica. Por outro lado, pelo facto de análise de Foucault estar centrada em sociedades do século XVII e XVIII, a sua descrição dos sistemas de vigilância e controlo aí postos em prática representa um horizonte do que são as formas de controlo numa sociedade que não detém ainda recursos electrónicos. Por fim, importa-nos a concepção de poder de Foucault, baseada nas técnicas e nos processos que os sistemas de dominação, não só o poder central mas também os micropoderes, activam, mais do que estar centrada na figura do soberano ou da posse do poder.

No quarto capítulo fazemos uma descrição dos principais dispositivos electrónicos de vigilância naquilo que trazem de inédito em relação às formas de controlo não electrónicas. Na análise de cada um dos dispositivos, pretendemos reflectir as características de uma nova tecnologia, a tecnologia electrónica digital e numérica, cujo desenvolvimento marca a possível ruptura nas formas de controlo.

O quinto capítulo, na articulação dos capítulos anteriores, pretende avaliar o impacto do contexto político do governo securitário na activação das transformações tecnológicas relacionadas com as possibilidades de controlo. O resultado desta mutação é apontado como sendo o governo estatístico do real que suportará um novo controlo e um novo tipo de sociedade, já não *disciplinar* ou de *controlo*, mas de *prevenção*.

Parte I
A TÉCNICA

1 Visões da Técnica a partir das Figuras de Utopia e Distopia

The tragedy of our time is that we're not aware of the affect of the manner in which we've adopted technological tools. Those tools have become who we are. Godfrey Reggio³

1.1 A Utopia Tecnocêntrica Moderna

A fundação do paradigma da Ciência Moderna no século XVII veio a afirmar-se como o principal contributo para o desenvolvimento da ideia de que a evolução do progresso tecnocientífico corresponderia a igual evolução no progresso de sociedades cada vez melhores, mais felizes, mais perfeitas. O princípio cartesiano do *progresso artificial ilimitado* garantiria as condições materiais e técnicas que, no seu aperfeiçoamento contínuo e cumulativo, permitiriam a satisfação das necessidades do Homem, a formação de uma organização social e política ideal e o controlo eficiente da Natureza, tanto na sua exploração, como nos limites ao seu poder e à sua imprevisibilidade. O *método científico*, a aplicação da experimentação indutiva e da linguagem matemática seriam as bases que abririam caminho a este domínio técnico da Natureza, uma Natureza que Galileu considerou *escrita em caracteres matemáticos* assim disponíveis à decifração científica. O paradigma moderno antropocêntrico predicava que o Homem, para se realizar na sua plenitude, se ultrapassaria a si próprio, ultrapassando, para isso, Deus e a Natureza.

A mentalidade Iluminista do século XVIII estenderia o alcance deste *cientifismo* que, por um lado, seria reforçado pelos avanços técnicos da *mecânica clássica* de Newton e, por outro, contagiaria também as ciências humanas e a filosofia materializando-se na *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert. O grande culminar da racionalidade científica dar-se-ia com as Revoluções Industriais dos séculos XVIII e XIX, cujos processos de mecanização e racionalização da produção, mas também da sociedade e da própria experiência humana, concretizavam as aspirações do progresso moderno.

Esta ideia de um *progresso* técnico que permitisse ultrapassar as

³Realizador da trilogia QATSI.

finitudes e as condicionantes naturais do Homem teria, também, um outro efeito: estimular a imaginação e a especulação sobre modelos de sociedades perfeitas que se pudessem elevar a referência e a horizonte desse mesmo progresso. A imagem da Utopia desenvolve-se, assim, em estreita ligação com a figura da evolução tecnológica. Mais do que a organização do conhecimento e da política de uma sociedade patente na *República*⁴ de Platão, apontada como a primeira Utopia de modelo clássico, são a ciência e a Técnica que, no seu poder, assegurariam o perfeito funcionamento social e a felicidade do Homem. Utopia e tecnologia passam a integrar a mesma esfera. Como refere M. Keith Booker, “esta fé no potencial da ciência para construir um mundo cada vez melhor tem claramente muito em comum com as aspirações dos pensadores utópicos”⁵.

Assim, considerando o despoletar da Época Moderna, encontramos, desde logo, um momento fértil em textos de natureza utópica. Thomas More com a sua *Utopia*⁶ (1516) cria e cunha o nome que seria aplicado ao género literário de conceber sociedades perfeitas. No seu projecto, More “inclui a «ciência natural» entre as demandas que trazem um melhoramento moral e cultural aos cidadãos da sua sociedade ideal”⁷. Tommaso Campanella escreve *A Cidade do Sol* (1602), texto que mais acentua o poder da ciência e da técnica. Ao analisar a obra, Lewis Mumford refere que:

O povo da *Cidade do Sol* possui veículos movidos pela força do vento e barcos “que navegam sobre as águas sem

⁴Todavia, a utopia de Platão, sendo essencialmente diferente das utopias modernas e mesmo tendo a sua base, como se disse, em pressupostos gnoseológicos e políticos, não deixa de enformar um certo cunho tecnológico. Booker menciona que “a república de Platão proclama o valor do desenvolvimento de competências especializadas e da divisão do trabalho de uma maneira que é claramente precursora da tecnologia moderna”. Cf. M. Keith Booker, *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*, 1994 (London: Greenwood Press, 1994, p.5)

⁵Cf. *Ibid.*, p. 4.

⁶O próprio More explicaria na sua obra que Utopia, do grego, significa “eutopia”, o bom lugar, ou “outopia”, o não lugar; a segunda acepção acabaria por ficar mais vulgarmente associada ao conceito de Utopia. Cf. Lewis Mumford, *História das Utopias*, 1922 (Lisboa: Antígona, 2007, p.9)

⁷Booker, *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*, p. 5.

remos e sem a força do vento, mas antes por meio de um engenho maravilhoso”. Existe uma antecipação muito clara dos avanços da mecânica tão visíveis no século XVIII.⁸

Mas é *Nova Atlântida* (1626) de Francis Bacon a obra que, de uma forma mais sintomática, reflecte o papel da ciência como contribuição para idealizar uma sociedade. O texto de Bacon, parcialmente completo, “permanece como uma das projecções mais imaginativas e optimistas dos impactos benéficos que a ciência e a tecnologia podem ter na sociedade humana”⁹. Na descrição das maravilhas técnicas da *Casa de Salomão*, Bacon especula sobre laboratórios industriais e farmacêuticos, sobre vários tipos de experimentação, sobre torres de oitocentos metros de altura que tudo podiam observar, sobre lagos de água simultaneamente doce e salgada ou sobre estações de experimentação agrícola¹⁰. Mas, para além da imaginação técnica do autor, o que mais sobressai da leitura de *Nova Atlântida* é o espírito da sagração da técnica e da ciência como vias para a felicidade. A razão de existência da sociedade tecnocêntrica de Bacon é a própria descoberta e a invenção do novo que, assim, se celebram permanentemente. A noção de *progresso* conhece aqui uma ênfase revolucionária enquanto processo ilimitado para um alcance total. Como diz Bacon:

O objectivo desta fundação é o conhecimento das causas e dos movimentos secretos das coisas e o alargamento dos limites das capacidades humanas, para que todas as coisas se tornem possíveis.¹¹

Campanella, com o seu sonho de poderosas invenções mecânicas, e Bacon, com o seu esboço de institutos científicos onnipotentes, inauguram a utopia instrumental, isto é, o espaço onde se aperfeiçoa tudo o que contribui materialmente para a vida boa.¹²

⁸Cf. Mumford, *História das Utopias*, p. 92.

⁹Cf. Booker, *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*, p. 5.

¹⁰Cf. Mumford, *História das Utopias*, p. 94.

¹¹Cf. Francis Bacon, *New Atlantis*, 1626, <http://oregonstate.edu/instruct/phl302/texts/bacon/atlantis.html>.

¹²Cf. Mumford, *História das Utopias*, p. 95.

1.2 O Colapso da Utopia Moderna e o Surgimento da Distopia Pós-moderna

A Segunda Revolução Industrial e os avanços científicos do Século XIX materializariam muitas das tecnologias imaginadas ou idealizadas pelos utopistas modernos. No entanto, este mesmo momento de progresso científico ficaria também marcado pelo início de uma mentalidade prudente ou, nalguns casos, crítica em relação ao avanço tecnológico e ao sonho utopista da consecução da sociedade perfeita. Esta mentalidade viria a ganhar traços ainda mais profundos no início do século XX com a concretização dos processos industriais de produção em massa e consequentes condições de trabalho dos operários e, mais tarde, com o trauma das Guerras Mundiais.

A racionalização mecanizada introduzida pela Segunda Revolução Industrial vem a concretizar-se plenamente no início do Século XX com a aplicação do Taylorismo e do Fordismo nas indústrias americanas. Frederick Taylor, com *Principles of Scientific Management* (1911), desenvolve a administração científica do trabalho e do processo produtivo em função da maximização da eficiência e do lucro. A doutrina de Taylor implementa o processo de automatização que orientaria, suportando-se nelas, outras metodologias de produção como a divisão do trabalho, a especialização de tarefas e as cadeias de montagem. Estes processos, rigorosamente aplicados nas Fábricas de Henry Ford, determinaram que os operários executassem sempre a mesma tarefa com os mesmos gestos sem tempos mortos e gestos inúteis, poupando-se-lhe, ao máximo, o esforço físico e psíquico. Estava em causa a rentabilização máxima do binómio trabalhador/máquina. O operário não precisava de pensar para desempenhar o seu trabalho bastando-lhe absorver o funcionamento mecânico do aparelho ao qual estava condicionado. O trabalhador deixou de manobrar as máquinas para passar a ser manobrado pelas próprias máquinas num processo inconsciente de subordinação e condicionamento. Para além desta interiorização mecânica, o Taylorismo determinava ainda a vigilância dos operários na supervisão da correcta execução dos procedimentos, aspecto que consolida a ideia de uma essência disciplinar inerente a estes modelos de produção que reduzem o operário a mais um factor de produção – um factor também determinável e controlável. Como explica M. Keith Booker:

Estes avanços tecnológicos bem ilustrados pela máxima de Bacon “saber é poder” proporcionaram demonstrações concretas das admiráveis capacidades da mente humana para compreender, dominar e controlar a Natureza – mas os mesmos avanços estavam a dominar e a controlar as pessoas da mesma forma¹³.

Entretanto, a própria descoberta científica apresentava novas conjecturas sobre o alcance e os limites da sua evolução. O final do século XIX cria um novo quadro científico de questionamento do progresso. A Segunda Lei da Termodinâmica ou a Teoria Evolucionista de Darwin¹⁴ seriam alguns dos principais contributos para este quadro que culmina, no início do século XX, com o surgimento da Teoria da Relatividade de Einstein que demonstra que espaço, tempo e movimento não são absolutos. Aplicando a este quadro científico as palavras de Nietzsche:

A ciência estimulada pelo vigor da sua poderosa ilusão precipita-se irresistivelmente para os seus próprios limites, contra os quais se quebra o optimismo que se esconde na essência da lógica.¹⁵

A crença moderna que alimentou os horizontes utopistas, do progresso ilimitado e das possibilidades de um conhecimento e um domínio absolutos sobre a Natureza sofre um forte abalo com a fundação de uma epistemologia – que se reclama de autores como Karl Popper ou Thomas Kuhn – crítica da verdade absoluta e da ciência totalizante, a qual passa a ser considerada como relativa, condicionada pelas suas próprias leis, pelos limites do sujeito que conhece e pelo contexto sociocultural que o rodeia. Se, como diz Óscar Wilde, “o progresso é a realização das utopias”¹⁶, esta realização parece comprometida quando o progresso que a suportaria conhece um enquadramento que o relativiza e lhe confere limites.

¹³Cf. Booker, *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*, p. 6.

¹⁴Cf. *Ibid.*

¹⁵Cf. Friedrich Nietzsche, *A Origem da Tragédia*, 1872 (Lisboa: Lisboa Editora, 2003, p.137)

¹⁶Na epígrafe de Carl Freedman, *Critical Theory and Science Fiction*, 2000 (Hanôver and London: Wesleyan University Press, 2000).

A par destas descobertas científicas e desta revolução epistemológica, surge, também, um conjunto de concepções e teorias provenientes do âmbito das ciências sociais e humanas que teriam forte impacto na reflexão desta nova mentalidade crítica, no contexto das suas implicações para a cultura contemporânea.

A obra de Friedrich Nietzsche é uma das primeiras a constituir uma filosofia que suscita uma desconfiança em relação ao projecto utópico assente no espírito científico da “total cognoscibilidade da essência da natureza e na universalidade dos efeitos curativos do saber”¹⁷. O optimismo ilimitado deste espírito é contraposto a um pessimismo trágico que surge quando a ciência tiver “atingido os seus limites e de a sua pretensão a uma validade universal tiver sido negada pela administração da prova destes limites”¹⁸. Para Nietzsche, esta descoberta inaugura uma civilização que o filósofo ousa qualificar de *trágica*¹⁹ e que constitui uma “vitória sobre o optimismo inerente à essência lógica”²⁰. Este cunho distópico do pensamento de Nietzsche estende-se, ainda, na sua equiparação do império científico à religião, equiparação ilustrada na figura do

deus *ex machina* especial, o deus das máquinas e dos laboratórios, quer dizer, as forças dos espíritos da natureza, entretanto descobertas pelo conhecimento e postas ao serviço de um egoísmo refinado –, [que] de tal modo acredita que pelo saber pode endireitar o mundo e pela ciência governar a vida²¹.

A propósito desta relação, conclui Booker da seguinte forma:

Para Nietzsche tanto a ciência como a religião impõem interpretações simplistas de um mundo infinitamente complexo, confinando o individuo a uma “esfera limitada” que exclui possibilidades alternativas²².

¹⁷Cf. Nietzsche, *A Origem da Tragédia*, p. 148.

¹⁸Cf. *Ibid.*

¹⁹Cf. *Ibid.*, p. 155.

²⁰Cf. *Ibid.*, p. 154.

²¹Cf. *Ibid.*, p. 151.

²²Cf. Booker, *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*, p. 8.

A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental (1936) de Edmund Husserl enfatiza que a realidade espiritual, por relação à material, possui a sua própria autonomia e as ciências do espírito têm um pressuposto tão científico como o das ciências naturais.

Sigmund Freud, com a fundação da Psicanálise e o desenvolvimento de conceitos como o de inconsciente ou a valorização do sonho como objecto terapêutico, enfatiza a dimensão subjectiva da existência humana. O impacto destas concepções atingiu a visão positivista que se concentrava na medida racionalista do Homem, proclamando essa medida para a sua evolução e para o seu progresso. Além disso, com *A Civilização e os seus Descontentamentos* (1930)²³, Freud esboça uma visão céptica e pessimista sobre a sociedade e o seu progresso. A visão distópica de Freud sugere mesmo, devido à incompatibilidade entre os impulsos instintivos humanos e as exigências repulsivas da civilização, que a plena felicidade do Homem é impossível de alcançar.

Também a Escola de Frankfurt, destacadamente com o texto de Theodor Adorno e Max Horkheimer *Dialéctica do Iluminismo* (1947) expressa uma crítica e um pessimismo relativamente à sociedade técnica que, na ordem do capitalismo e através das inovações tecnológicas, massifica as obras de arte adulterando-lhes a verdadeira essência e instrumentalizando-as ideologicamente em função dos interesses da classe dominante. Segundo esta Teoria Crítica, as consequências da tecnologização da sociedade provariam que a racionalidade técnica mais do que libertar o Homem, escravizá-lo-ia: “aquilo que o Homem procura aprender da Natureza é como usá-la para dominar, completamente, tanto esta como os seres humanos”²⁴.

O espírito das concepções que temos vindo a apresentar integra, tendo também estimulado a sua formação, uma corrente de pensamento que, de forma discutida e por vezes ambígua, viria a ser denominada de Pós-Modernidade. Esta mentalidade que predica como novos valores a relativização e o questionamento, o corte com a herança passada e a inovação, a fragmentação e a descentralização, o pluralismo e a alternatividade, a incomensurabilidade e a indeterminabilidade, a reinterpretção

²³Cf. Sigmund Freud, *Civilization and its Discontents*, 1929 (New York: W. W. Norton, 1989).

²⁴Cf. Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, *The Dialectic of Enlightenment*, 1947 (Stanford: Stanford University Press, 2002, p.2)

e o reaproveitamento, representa um novo contexto cultural que rompe com o projecto moderno do progresso ilimitado, com a totalidade e a unificação dos grandes sistemas explicativos – como a ciência ou a religião – que reclamam legitimidade universal. No colapso destas *meta-narrativas*²⁵ podemos também identificar o colapso do projecto utopista moderno que, em si mesmo, pode também ser considerado como uma *metanarrativa* totalizante e holística acerca do devir técnico do Homem como condição para a sua felicidade. A Pós-Modernidade, no seguimento do espírito dos autores antes referidos, marca então o surgimento de um quadro céptico em relação às aspirações utopistas:

Valores e desejos são relativizados, as soluções são parciais e provisórias. A Pós-Modernidade é radicalmente anti-fundamentalista, de uma forma que pelo menos estas formas de utopismo, que implicam reivindicações acerca da verdade e da moralidade, são postas em questão.²⁶

Se todo este quadro relativista e crítico, reforçado pelo espírito pós-moderno, coloca em causa a validade do projecto utopista, o decorrer do século XX deriva em vários eventos traumáticos que, mais do que reforçarem o cepticismo perante o utopianismo, criam uma mentalidade empenhada em negar ou denunciar esse projecto. A exploração maquinal do proletariado industrial cria as primeiras denúncias e desconfianças acerca dos efeitos da tecnologia na felicidade humana. Mas seriam as duas Guerras Mundiais – com a segunda a terminar com recurso à bomba atómica – que em conjunto com os regimes totalitaristas – nos quais surgem as práticas eugenistas dentro do programa nazi – determinam definitivamente o despoletar de uma nova imaginação especulativa que, correlativamente à utopia, tece um quadro negro do futuro da sociedade contemporânea. O ímpeto tecnológico que serve de base à concretização do sonho utópico moderno converte-se, através da experiência destes acontecimentos traumáticos, no determinante que condicionará as sociedades a condições piores do que as do momento

²⁵Cf. Jean-François Lyotard, *La Condition Postmoderne*, 1979 (Paris: Les Éditions de Minuit, 1979).

²⁶Ruth Levitas e Lucy Sargisson, “Utopia in Dark Times: Optimism/Pessimism and Utopia/Dystopia,” em *Dark Horizons - Science Fiction and the Dystopian Imagination*, Raffaella Baccolini and Tom Moylan., 2001 (Routledge, 2003), p. 15.

presente. O esgotamento da confiança nas potencialidades da técnica cede a uma ansiedade em relação ao devir e a um pessimismo que reconsidera a Técnica como possível causa de males do futuro. Se na Utopia Moderna estava sobretudo em causa a ponderação dos defeitos do presente em relação ao que se poderia alcançar, e como se poderia alcançar – através da tecnologia – enfatizando-se o potencial da imaginação utópica para a educação do desejo, a Distopia Pós-moderna centra-se na reflexão sobre os defeitos do futuro; o ênfase passa a incidir no seu potencial para uma educação da percepção numa lógica de rectificação dos riscos dos usos do progresso e da tecnologia. Em última instância, o impulso distópico, acaba por reflectir, tanto a frustração inerente ao facto do progresso – que afinal pode não ser *ilimitado* – não ter concretizado o sonho da sociedade perfeita, como ao receio de que os esforços em direcção a essa sociedade resultem em piores sociedades. A inconcretização da Utopia não significa apenas que esta não aconteceu; significa também que já se teme que venha a acontecer: “Hoje utopia é uma palavra maldita não porque desesperemos por sermos capazes de a concretizar mas porque temos medo que se concretize.”²⁷

1.3 Sobre as Distopias Literárias ou como a sofisticação tecnológica é Potencial Condição para o Controlo

Como vimos, a Época Moderna enformou o espírito do projecto utópico em obras literárias – como as de More, Campanella ou Bacon – que se tornaram referência desse projecto, assumindo-se também como fontes essenciais que, ao sintetizarem e canonizarem o espírito e as expectativas de uma época em relação ao papel da tecnologia na constituição da sociedade, contribuíram para a compreensão desse espírito. De forma idêntica, também o impulso distópico firmado no século XX vem a adquirir a sua configuração através de novelas e ficções literárias que condensaram os traços da ansiedade e do pessimismo que caracterizam esta nova mentalidade. Estas obras – que viriam a ter forte impacto na cultura popular contemporânea em formas de expressão simbólica como

²⁷Cf. Booker, *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*, p. 16.

o cinema, o teatro ou as artes plásticas, as quais complementariam e desenvolveriam a *representação* da Distopia – têm o poder de funcionar como ilustrações concretas que através das suas narrativas, das suas personagens, dos seus cenários, transpõem para possíveis e especulativos panoramas da vida real os receios e as dúvidas que – de forma dispersa, abstracta ou teórica – estiveram na base do impulso distópico. Ao ler e interpretar estas obras, ao empatizar com as angústias e com os destinos dos heróis das narrativas, o público envolve-se na confrontação com perspectivas negras do seu próprio futuro e da transformação social operada pelo progresso.

O universo constituído pelas ficções distópicas a que nos referimos é vasto e diversificado. Das possíveis referências, destacamos aqui as ficções nas quais está patente, de uma forma sintomática, a relação dos efeitos da tecnologia no controlo da sociedade e na sua constituição política.

The Machine Stops (1909), o conto de E. M. Forster, é das primeiras ficções²⁸ a esboçar uma visão distópica de um mundo subordinado à sofisticação tecnológica. A narrativa passa-se num mundo em que a superfície da Terra já não é habitável e a maioria da população humana vive numa sociedade subterrânea edificada tecnologicamente. Cada indivíduo vive numa “cela” individual na qual todas as suas necessidades físicas e psicológicas são satisfeitas pela *Máquina*, a entidade onipotente que, tendo sido criada pelo Homem, se autonomizou dele num processo de auto-programação atingindo um nível de complexidade tal que, apenas enquanto estrutura mecânica, sustenta e controla o funcionamento de toda a sociedade. As deslocações das celas não são incentivadas e a comunicação entre os indivíduos resume-se a uma espécie de comunidades virtuais sustentadas por aparelhos de mensagem e vídeo (*the speaking apparatus*) que funcionam sobretudo para a discussão e partilha de ideias e conhecimento científico, a única actividade existente. Apenas, excepcionalmente, as pessoas se encontram

²⁸Há várias ficções anteriores ao conto de Forster em que é possível distinguir aspectos de cunho distópico. Como exemplos marcantes podemos apontar *Paris no Século XX* (1863) de Júlio Verne ou *A Máquina do Tempo* (1895) de H. G. Wells. No entanto, se nestas obras se descortina já por vezes as possibilidades repressivas do progresso tecnológico, este aspecto é apenas um elemento da narrativa e não o seu mote principal como vem a acontecer em “The Machine Stops”.

no mesmo espaço. O poder da *Máquina* adquire estatuto divino e a sociedade vive sob a sua autoridade, pois tudo o que se pode viver e fazer está formatado aos seus processos mecânicos e técnicos. Na impossibilidade de habitar a superfície da Terra e na condição de se estar dependente da *Máquina* para se viver, a sociedade subordina-se-lhe inteiramente e celebra o progresso científico. “Nada pode ser dito contra a *Máquina*”²⁹ e todos os aspectos e comportamentos considerados desviantes ou “contrários ao espírito do tempo”³⁰ e à *Máquina* são considerados como “não mecânicos”. O enredo do conto desenvolve-se, justamente, a partir da característica personagem perturbada e alienada: o jovem Kuno contacta a sua mãe Vashti com a intenção de se encontrar com ela ao vivo sentindo-se frustrado com os constrangimentos da comunicação por videoconferência. Vashti não compreende o propósito do seu filho e este insurge-se contra a formatação mental que a tecnologia impõe, dizendo-lhe:

Tu falas como se deus tivesse criado a *Máquina*. Eu acredito que tu lhe rezas quando estás triste. Foi o homem que a fez, não te esqueças disso. Grandes homens, mas homens. A *Máquina* é muito, mas não é tudo.³¹

No final do conto, a *Máquina* acaba por “parar” por já não conseguir concertar-se autonomamente. Quando a máquina cai apocalipticamente, a civilização cai com ela.

O conto de Forster ilustra uma das correntes características das distopias de ficção científica centradas na consideração dos aspectos repressivos da tecnologia: a visão de uma sociedade em que a tecnologia criada pelo Homem se aperfeiçoou a um tal ponto que deixou de precisar da acção directa do Homem para funcionar; ao se autonomizar, a tecnologia cria os seus próprios processos técnicos que impõe ao Homem na sua experiência quotidiana e na sua visão do Mundo; no último estágio desta evolução distópica, a tecnologia controla o Homem e faz com que este se lhe subordine.

²⁹Cf. E. M. Forster, *The Machine Stops*, 1909, p. 2, http://manybooks.net/titles/forstereother07machine_stops.html.

³⁰Cf. *Ibid.*, p. 4.

³¹Cf. *Ibid.*, p. 2.

A outra corrente de distopias que aqui queremos destacar constitui-se pelas obras em que o foco da problemática é o uso social e político que a autoridade faz dos poderes de uma tecnologia em estado avançado para o domínio e controlo da sociedade. A sofisticação tecnológica continua a ser um alicerce da narrativa mas já não se centra na questão da sua autonomização; o problema é sobretudo os usos que o próprio Homem pode fazer da técnica. Dentro do universo de possíveis referências a obras desta corrente, destacam-se marcadamente três obras: *Nós* (1921) de Evgueni Zamiatine, *Admirável Mundo Novo* (1931) de Aldous Huxley e *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* (1948) de George Orwell. As três são determinantes para a definição do género da ficção distópica e distinguem-se “tanto na vivacidade do seu comprometimento com as questões sociais e políticas do mundo real, como no alcance da sua crítica às sociedades em que se focavam”³². Os enredos destes romances funcionam como exercícios políticos acerca das possibilidades tecnológicas de controlo e determinação social. Por outro lado, estas três obras, que aqui tomamos como exemplo, revelam-se determinantes para a reflexão sobre os cruzamentos entre Utopia e Distopia e sobre o destino da Utopia. Como referimos atrás, o projecto utópico moderno desfigura-se e ganha uma conotação negativa quando confrontado com sinais de que o seu resultado poderia não ser o sonho especulado no seu início. Estas obras – e também já *The Machine Stops* de Forster reflecte este aspecto ainda que de uma forma confinada aos limites de desenvolvimento de uma *short-story* – ilustram as condições das sociedades perfeitas em que o progresso e a tecnologia permitiram alcançar um nível de extrema organização social, um funcionamento plenamente regular dos comportamentos dos indivíduos, a satisfação de todas as necessidades básicas humanas, o controlo dos desvios e uma sensação constante de felicidade ao se eliminarem os constrangimentos da liberdade de escolha e de definição do próprio destino. As descrições iniciais destas narrativas apresentam as suas sociedades como Utopias que se concretizaram. Todavia, quando o foco recai nos aspectos problemáticos destas sociedades perfeitas, somos confrontados com a visão distópica. Independentemente de entrarmos em categorizações definitivas, estas ficções podem ser referidas – para além de distopias

³²Cf. Booker, *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*, p. 20.

– como utopias negativas ou anti-utopias “nas quais os sonhos utópicos dos «velhos reformadores» se realizaram, apenas para se transformarem em pesadelos”³³.

Dos três romances, *Nós* de Evgueni Zamiatine é o primeiro a ter sido escrito e poderá ter constituído influência para as obras de Huxley e Orwell. Escrito em 1921, Zamiatine tece um cenário de inovações técnicas de controlo e de governo como os *aeros* policiais – pequenas naves usadas pela polícia tanto para a vigilância como para a resolução de conflitos –, o equipamento policial no qual se destacam os chicotes eléctricos, os muros de ondas eléctricas que delimitam a área do Estado Único e que “constituem o fundamento de tudo o que é humano”³⁴, as membranas de escuta instaladas sob o pavimento das ruas, a *Campânula de Vidro Pneumática* – sofisticada máquina para torturar e executar os criminosos –, o controlo electrónico do correio, os monitores robots que, formatada e mecanicamente, regiam a educação, ou, ainda que fora da esfera electrónica mas essencial para o funcionamento do Estado Único, a arquitectura de vidro com que eram feitos todos os edifícios, materializando a transparência absoluta. Podemos, ainda, referir os processos de neurocirurgia como a *fantasioctomia* que, eliminando a capacidade de criar e de fantasiar dos indivíduos, curava aqueles, como o protagonista D-503, que sofriam da doença da *alma*.

Todavia, a projecção de Zamiatine vai para além da construção de um cenário de instrumentos e processos técnicos e amplia-se num sentido paralelo que acentua de uma forma reveladora os efeitos da tecnologia na transformação do Homem: mais do que centrada na especulação sobre as máquinas ou os dispositivos tecnológicos concretos que seriam usados para vigiar e controlar repressivamente a sociedade, esta narrativa salienta a possibilidade de o próprio Homem, num processo natural de interiorização, se transformar num dispositivo tecnológico que, embora não perdendo a sua carnalidade biológica, é inteiramente condicionado a absorver instintivamente o meio tecnológico em que está envolvido. Técnica e Homem formam uma só unidade: “as máquinas humanizadas e os humanos perfeitos como máquinas”³⁵. O comportamento das personagens da sociedade de Zamiatine é, assim, mecanica-

³³Cf. *Ibid.*, p. 16.

³⁴Cf. Evgueni Zamiatine, *Nós*, 1921 (Lisboa: Antígona, 2004, p.58)

³⁵Cf. *Ibid.*, p. 106.

mente operacionalizável: é previsível, é controlável, é uniforme, é concertável. Na aplicada uniformidade social, o único critério que distingue os indivíduos é o número de série atribuído a cada um substituindo a diversidade livre dos nomes próprios. As *Tábuas dos Mandamentos Horários* sincronizam e planeiam todas as actividades desde a produtividade às relações sexuais. Esta uniformidade é garantida por uma inculcação e uma propaganda constantes e incisivas, por uma formatação científico-política das mentalidades que tanto faz interiorizar a adoração e a obediência inquestionáveis à figura do *Benfeitor*, da sua *Máquina* e do progresso científico como determina matemática e geometricamente a linguagem, a visão do Mundo e a inteligência dos indivíduos: mesmo o desviado herói D-503 prefere a recta perfeita do quadrado à curva selvagem da circunferência e sofre de ansiedade quando lhe vem à cabeça $\sqrt{-1}$, raiz quadrada cujo resultado pertence ao domínio dos números imaginários. Em detrimento da liberdade e do *eu* singular, o Estado Único garante a “feliz média aritmética”³⁶, uma felicidade plena, exacta e artificial.

Na imaginação desta sociedade tecnocientífica, Zamiatine desenvolve as bases de uma verdadeira engenharia social que tudo planeia e determina, que garante a unanimidade totalitária através do controlo do pensamento e da repressão da dissidência, que, em função da plena organização social e do progresso científico, tem como consequência a abolição tecnológica do Homem.

O contexto social de *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley é distinto do da distopia de Zamiatine. No romance de Huxley o autoritarismo é ofuscado pelas malhas de uma aparente democracia consumista e capitalista que se certifica de garantir a felicidade tecnológica e materialista dos sujeitos. O princípio de funcionamento desta sociedade “perfeita” – de pessoas alienadas e realizadas pelo seu papel social, pelo conforto material e pela permanente sensação de felicidade – é um sistema de condicionamento tecnocientífico que desde a raiz determina os sujeitos para as castas sociais que vão integrar. Este sistema, ilustrado por Huxley através de extensas e sofisticadas descrições tecnológicas,

³⁶Cf. *Ibid.*, p. 82.

inicia-se com o *Método Bokanovsky* no qual os fetos em tubos de ensaio são desde logo condicionados a desenvolvimentos diferentes conforme o papel social que lhes vai ser atribuído: os fetos com destino à *Gama Alfa*, a mais baixa, são frequentemente privados de oxigénio para lhes limitar o desenvolvimento intelectual. Na fase de *Condicionamento Neo-Pavloviano*, os recém-nascidos são determinados para a sua profissão mediante um sistema de penalização e recompensa: o mesmo bebé *Alfa* recebe um choque eléctrico cada vez que tocar num livro de modo a instintivamente odiar a literatura, sendo recompensado se se dirigir a algo relacionado com a sua futura actividade. A última fase, apelidada de *hipnopédia*, destina-se à formação moral, social e ideológica dos sujeitos: várias vezes por semana, as crianças são sujeitas, durante o sono, à audição de mensagens repetidas de modo a interiorizarem o estatuto da casta a que pertencem e os valores que lhe são inerentes por relação com as outras. O resultado deste estágio científico, descrito como “um aperfeiçoamento prodigioso em relação à Natureza”³⁷, é uma estabilidade social perfeita em que cada um, por ter sido cientificamente condicionado, é completamente feliz com aquilo que é, com o papel que desempenha e com o conforto materialista e consumista para o qual é formatado. Como refere o *Administrador*:

Não se podem fazer calhambeques sem aço e não se podem fazer tragédias sem instabilidade social. O mundo é estável, agora. As pessoas são felizes, conseguem o que querem e nunca querem aquilo que não podem obter. Sentem-se bem, estão em segurança, nunca estão doentes, não receiam a morte, vivem numa serena ignorância da paixão e da velhice, não são sobrecarregadas com pais e mães, não têm mulheres, nem filhos, nem amantes, pelos quais poderiam sofrer emoções violentas, estão de tal modo condicionados que, praticamente, não podem deixar de se comportar como devem. E se por acaso alguma coisa corre mal há o soma³⁸, que o senhor atira friamente pela janela em nome da liberdade, Sr. Selvagem.³⁹

³⁷Cf. Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*, 1931 (Lisboa: Livros do Brasil, 2003, p.23)

³⁸Droga tranquilizante que provoca imediatamente uma sensação de prazer.

³⁹Cf. Huxley, *Admirável Mundo Novo*, p. 230.

Nesta sociedade “perfeita” de controlo totalizante, a ciência e a biotecnologia, apoiadas pela propaganda e pela persuasão química, conseguiram anular tanto a possibilidade de se ser infeliz como a possibilidade de dissidência e de desvio. Mesmo um raro e imprevisto acidente humano como aquele que esteve na origem da heterodoxia que caracteriza a personagem Watson – um acidente com a sua proveta fê-lo física e psicologicamente diferente dos outros membros da gama Alfa Mais, uma das mais altas – não é suficiente para perturbar a ordem do mundo. Apesar da insatisfação da personagem não há contra quem se rebelar, não há possíveis delitos a cometer, as suas frustrações nem sequer são compreendidas. Apesar de, na identificação de alguém diverso, a sociedade aplicar os seus meios repressivos para a exclusão desse membro pois “não há crime mais odioso do que a falta de ortodoxia na conduta”⁴⁰, a dinâmica disciplinar da sociedade de Huxley funciona, essencialmente, *a priori* do castigo, residindo aí a sua eficiência. A simples diversidade é já delito mesmo antes de resultar em efeitos visíveis. Em comparação com a obra de George Orwell, Huxley afirma o seguinte:

A sociedade descrita no *1984* é uma sociedade controlada quase exclusivamente pelo castigo e pelo medo do castigo. No mundo imaginário da minha própria fábula, o castigo não é frequente e é, de um modo geral, suave. O controlo quase perfeito exercido pelo governo é realizado pelo reforço sistemático de comportamento desejável, por numerosas espécies de manipulação quase não-violenta, tanto física como psicológica, e pela standardização genética.⁴¹

A visão de Huxley reforça o papel da Ciência e da Tecnologia como fundamentos da construção de uma sociedade distópica. A concretização do *progresso* possibilita esta realidade na qual o controlo científico se totaliza na forma da *predestinação* e na regularidade plena dos comportamentos e das consciências.

⁴⁰Cf. *Ibid.*, p. 158.

⁴¹Cf. Aldous Huxley, *Retorno ao Admirável Mundo Novo*, 1957 (Lisboa: Livros do Brasil, p. 19)

Em relação às obras atrás analisadas, *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* de George Orwell é aquela em que a ditadura totalitária assume a forma mais explícita e mais violenta. A dinâmica que garante a estabilidade social já não é da ordem do conforto material e da felicidade artificial alienante, mas antes da ordem repressiva e coerciva, da tensão constante exploradora do medo e da submissão. Dentro do cenário tecnológico de *1984* – cenário esse em que, à margem do progresso, as condições de vida são miseráveis – existem dois sistemas que revelam particular pertinência em relação à imposição tecnológica do controlo social e político.

O primeiro sistema é constituído pelas tecnologias de vigilância como os microfones ocultos dispersos pela cidade e como o simbólico *telecrã*, uma tela electrónica – que simultaneamente funciona como câmara de vigilância e como televisão – existente em todas as casas, todos os espaços públicos e em todas as ruas. O *telecrã* alterna entre o rosto de bigode e olhos escuros do Grande Irmão, que tudo vê através da videovigilância, e entre a transmissão de boletins informativos e propagandísticos com a doutrina do Partido e as notícias ideologicamente construídas. É neste aparato estatal de vigilância que se desenvolve uma das dimensões que mais nos importa na distopia de Orwell: a utilidade e o poder da vigilância para assegurar o controlo. A exposição permanente ao *telecrã* e aos microfones, a incerteza de se ser visto sem ver, a tensão de poder receber as visitas alternadas *da Polícia do Pensamento*, a possibilidade de denunciar ou ser denunciado por qualquer um, garantem um controlo absoluto apoiado tanto no facto de a autoridade dispor dos meios tecnológicos para exercer a vigilância como no facto de esses meios induzirem, panópticamente, o auto-controlo e o controlo mútuo que assim assumem nova eficiência e permitem o funcionamento automático do Poder. A vigilância coerciva, sufocante, explícita e implícita, operada pelo *telecrã* e pelo Ministério do Amor – que vigia, pune e converte os indivíduos – é a primeira condição para o funcionamento do totalitarismo do Grande Irmão.

O segundo sistema tecnológico que destacamos é o complexo de instrumentos e aparelhos que o Ministério da Verdade – no qual o protagonista Winston trabalha – utiliza para reescrever, constantemente, o passado e o presente, sempre de acordo com a ideologia do Partido de

forma a que a única “verdade” seja a do Partido tornando-o, assim, infalível. Os *buracos da memória* que garantem a destruição de todos os documentos indevidos, o aparelho *fala-escreve* que permite alterar automaticamente os textos “errados” ou a linguagem técnica em que todo este processo decorre constituem toda uma tecnologia de manipulação da História, do momento presente, da verdade e da consciência dos indivíduos. Este controlo da realidade assume-se como a segunda condição fundamental: “quem controla o passado controla o futuro, quem controla o presente controla o passado.”⁴²

Integrando, também, tecnologias de domínio e funcionamento da produção económica assim como maquinaria de tortura e de lavagem cerebral, o controlo tecnológico complementar-se-ia com instituições ideológicas como o *duplopensar* – operação psicológica em que o sujeito sabe que algo está errado mas convence-se de que está certo permitindo-lhe, assim, entender lemas partidários como “ignorância é força” – ou a *novilíngua* – uma língua em desenvolvimento cujo objectivo era reduzir e fundir palavras para restringir o campo de pensamento e, assim, “fazer com que o *crimepensar* seja literalmente impossível, pois não haverá palavras para o exprimir”⁴³.

A distopia de *1984* marca uma visão dos abusos dos governos totalitários no uso da tecnologia, a qual, em vez de explorar o progresso e o conhecimento para fazer prosperar a civilização, é colocada ao serviço da ortodoxia inflexível e da ditadura do controlo e da vigilância.

As obras atrás analisadas, acerca das quais reafirmamos o seu marcante cunho político e o seu forte impacto para a canonização do género distópico, são apenas parte da onda de visões distópicas que marcaria o decorrer do século XX. Entre outros possíveis exemplos influentes, podemos destacar a peça de teatro de Karel Čapek *R.U.R – Rossum’s Universal Robots* (1921) a qual, actualizando o velho mito do *Golem*, é uma das primeiras a introduzir a figura do robot ou andróide num enredo em que estes, criados pelo Homem, se rebelam contra o seu controlo para o passarem a controlar; o romance de Kurt Vonnegut *Player Piano*

⁴²Cf. Orwell, *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, p. 40.

⁴³Cf. *Ibid.*, p. 58.

(1952) que à imagem de *Admirável Mundo Novo* de Huxley projecta uma sociedade assente na evolução tecnológica e distópica do capitalismo e do consumismo; *Fahrenheit 451* (1953) de Ray Bradbury em que os bombeiros utilizam a tecnologia para, em vez de apagarem incêndios, queimarem todos os livros existentes de modo a anularem o espírito crítico individual; *Nova Express* (1964) onde William Burroughs descreve um elaborado e paranóico sistema de microfones ocultos colocados nas cidades, especulando assim sobre o vício do controlo ou ainda *THX 1138* (1971) de Ben Nova, uma distopia tecnológica clássica. Também a ficção científica de Philip K. Dick produziu algumas narrativas onde se reflecte o impacto da tecnologia na experiência humana. Em *Minority Report* (1956) descreve-se uma perfeita sociedade preventiva em que, através de seres mutantes e da tecnologia policial, os crimes são evitados antes de serem cometidos. *Do Androids Dream of Electric Sheep?* (1968), adaptado por Ridley Scott no filme *Blade Runner* (1982), lança a questão sobre a possível humanidade da tecnologia e os seus poderes quando esta se encontra num estado máximo de sofisticação e evolução. Na novela *A Scanner Darkly* (1977) a ênfase é posta num controlo omnipresente em acção contra uma nova droga que se populariza como alienação à sociedade contemporânea e tecnológica.

Do conjunto destas obras é possível apurar um sentido que subjaz, comumente, ao espírito destas visões distópicas: a concepção de um controlo totalizante sobre uma sociedade e sobre os seus membros, tanto ao nível dos comportamentos como das consciências, está dependente de um estado de plena sofisticação tecnológica de matriz mecânica, electrónica ou digital que possa assegurar, ao controlo político, os meios radicais para determinar as relações e o quotidiano da experiência humana. A imaginação crítica destes escritores produziu, através dos seus sistemas elaborados e das suas projecções futuristas que desafiaram os limites da ciência da época em que foram arquitectados, um estádio de cenários tecnológicos que sustentam e possibilitam que a propaganda, a ideologia, a formatação de mentalidades e a repressão pelo castigo funcionem de uma forma plenamente regular de acordo com os planos e o governo do *poder*. Na linha destas obras, os vários mecanismos do funcionamento social e do poder, assim como os aspectos gerais da vida quotidiana, desde o entretenimento ao trabalho, são unificados numa tecnologia integrada que se torna na condição de existência dessas

sociedades, as quais parece que não se poderiam materializar de uma forma tão eficiente e controlada através dos meios tradicionais de controlo desprovidos da tecnologia electrónica e digital.

No seguimento das duas grandes correntes distópicas que identificámos atrás, a conjectura do controlo que faz da sofisticação tecnológica sua condição desdobra-se em duas vertentes. A primeira é relativa a um estágio em que a tecnologia atinge tal nível de complexidade – ilustrada especialmente na figura do robot e do andróide ou na inteligência artificial das máquinas – que se autonomiza da programação e da criação inicial do Homem para, liberta dos condicionamentos naturais humanos, o passar a controlar numa ditadura das máquinas. A segunda vertente é relativa ao estágio em que a tecnologia favorece a concentração económica e/ou política, dispondo ao poder tecnocrático os meios totalizantes de controlo da sociedade.

1.4 Contributo Crítico da Ficção Utópica e Distópica

O interesse teórico ou crítico que os textos utópicos e distópicos foram suscitando ao longo da sua evolução deve-se, em grande parte, à sua dimensão especulativa sobre o futuro e sobre a transformação do presente. Se a origem etimológica de *utopia* nos remeta para uma realidade sem lugar, as utopias modernas e as distopias pós-modernas vêm a reflectir um cunho sobretudo temporal enquanto realidades que se projectam em relação ao momento presente. A sua temporalidade é da ordem do devir enquanto modos de pensamento alternativos organizados sob um princípio radicalmente diferente, positivo ou negativo, das condições do presente. Assim, as utopias e as distopias constituem importantes contributos para a reflexão sobre a técnica, sobretudo na análise das interpretações holísticas – a positiva e a negativa – e das expectativas que a civilização construiu acerca daquela. Ao se especular sobre o futuro, implica-se uma reflexão sobre o progresso, sobre o desenvolvimento cumulativo das condições presentes de nível técnico e material. O resultado desta relação entre presente e futuro são visões em que se conjecturam rumos de progresso, projecções que colocam em causa as suas consecuições ou os seus riscos, gerando modelos antecipatórios da realidade futura que inspiram ou advertem o presente.

As utopias e as distopias, na linha das suas afinidades com o género

da ficção científica, adquirem então uma ligação com a teoria crítica. No seu questionamento da mutabilidade histórica, estas narrativas enformam os rigores do pensamento dialéctico característico da filosofia histórica e das ciências sociais. No caso particular das distopias, esta ideia ganha um alcance ainda maior pois, na sua crítica aos “defeitos do futuro”, funcionam como complexo de ideias para a mudança social relativizando o *status quo*, a ideologia ou, no caso da técnica, uma visão unitária e reificada do progresso científico. A inconformidade e a alienação das personagens, escravas dos estádios tecnológicos e políticos das sociedades futuras, funcionam como contraposição ao instituído e simbolizam o alternativo e o heterodoxo como evasões a mundos que se tornam piores do que os actuais.

Por outro lado, se o sonho utópico moderno faliu porque não chegou a acontecer, as ficções distópicas adquiriram uma inquietante validade ao anteciparem e confirmarem vicissitudes traumáticas, como os usos da tecnologia nos totalitarismos e nas guerras mundiais, que efectivamente se realizaram no decorrer do século XX.

Além disso, poderemos ainda identificar na corrente literária distópica uma origem e uma inspiração da vasta bibliografia teórica que se desenvolve no final do século XX sobre os efeitos da tecnologia digital e electrónica no controlo dos indivíduos e na invasão da sua privacidade.

Desta forma, no que toca particularmente à relação entre a tecnologia e o controlo, as ficções distópicas, ao enfatizarem as possibilidades revolucionárias da alta sofisticação tecnológica para o controlo dos indivíduos, foram alertas *avant la lettre* dos perigos que um progresso tecnológico não reflectido e mal direccionado poderia ter na esfera humana, social e política.

2 Visões da Técnica a partir da Filosofia

O campo que é explorado com máquinas e aquele que é adubado com o azoto artificial das fábricas, já não é o mesmo campo. (...) O homem que faz uma ligação eléctrica talvez disponha de uma maior comodidade, mas seguramente dispõe de uma menor independência do que aquele que queima a sua candeia. Ernst Jünger

2.1 A Corrente Crítica da Técnica

A esfera natural opõe-se à esfera humana. A esfera técnica opõe-se à esfera natural. O Homem e a Técnica que ele criou são, à partida, acção sobre a Natureza e sobre o seu desígnio. Porém, no momento em que o Homem cria um domínio de instrumentos para explorar a Natureza, neste momento em que se constitui uma actividade prática de transformação material do mundo e a sobrevivência do indivíduo passa a depender do domínio técnico, este domínio estabelece com ele uma oposição. O Homem é o dono da Técnica, mas esta autonomiza-se e aquele torna-se objecto de certos meios e procedimentos. Face à dimensão subjectiva do Homem, a Técnica impõe a sua materialidade, a sua artificialidade, a sua dimensão mensurável ou quantitativa, afirmando-se como uma operação de determinismo e necessidade. A Técnica, que o próprio Homem criou, passa então a afigurar-se-lhe como um elemento externo e estranho, um elemento que deriva de uma ruptura radical com o mundo natural e orgânico, ao qual o ser humano pertence originariamente. Um elemento que, ao actuar sobre a Natureza, actua também sobre ele, passando a determinar a condição humana.

Esta oposição entre Homem e Técnica virá marcar uma corrente de reflexão sobre a tecnologia que se desenvolve na segunda metade do século XX e que fica ligada mais particularmente ao questionamento que se desenvolveu a partir da área da filosofia da Técnica. Cunhada por um vector crítico em relação ao progresso tecnológico, esta corrente ficaria associada a autores como José Ortega y Gasset (1883 – 1955), Martin Heidegger (1889 – 1976), Lewis Mumford (1895 – 1990) ou Jacques Ellul (1912 – 1994). A corrente destes autores vem em linha divergente com a reflexão da técnica que surge no seio da engenharia e

que se constituiu como uma análise feita de dentro pelos próprios técnicos. Marcada por figuras como Ernst Kapp (1808 – 1906), que discorreu sobre a Técnica enquanto projecção dos órgãos humanos, ou Friedrich Dessauer (1881 – 1963), que entendeu a Técnica como participação na criatividade divina, esta corrente centrou-se antes nas potencialidades do progresso tecnológico e na maximização das capacidades humanas através da Técnica, do que, como a corrente crítica das humanidades, na procura de um entendimento da tecnologia a partir do significado que ela representa para o Homem e do impacto cultural que nele pode ter⁴⁴.

2.2 Lewis Mumford e a Coacção da Megatecnologia

Lewis Mumford é um dos autores mais pessimistas dentro da corrente crítica da Técnica. Ao contrário de Ernst Kapp, Mumford considera que a máquina não projecta os órgãos humanos, antes os limita. Em “A Técnica e a natureza do Homem” (1965), Mumford considera que o progresso gera um estado de evolução tecnológica e cultural que apelida de *megatecnologia* e que desencadeia um processo de constrangimento da condição humana, transformando-o de um animal activo para um animal passivo:

Com a nova *megatecnologia* o homem criará uma estrutura uniforme e omnienvolvente desenhada para a operação automática. No lugar de funcionar activamente como um animal que utiliza ferramentas, o homem chegará a ser um animal passivo, ao serviço das máquinas, cujas funcionalidades, caso este processo não mude, serão ou bem introduzidas numa máquina ou bem estritamente limitadas e controladas em benefício de organizações colectivas despersonalizadas⁴⁵

⁴⁴À luz do capítulo anterior, com estes dois entendimentos da Técnica pode-se estabelecer uma correspondência com uma perspectiva utópica da Técnica, da parte dos engenheiros que vêem nela a solução para os limites do Homem, e com uma perspectiva distópica, que desconfia dos impactos da Técnica no desenvolvimento cultural do Homem.

⁴⁵Cf. Lewis Mumford, “La Técnica y la Naturaleza del Hombre,” em *Filosofía y tecnología*, Carl Mitcham y Robert Mackey. (Madrid: Ediciones Encuentro, 2001, p. 93)

A *megatecnologia*, para Mumford, não se constitui apenas pela soma das ferramentas e dos objectos técnicos mas refere-se também à estrutura cultural que esses objectos determinam. Definida por Mumford como “máquina colectiva arquetípica”⁴⁶, a *megatecnologia* constitui-se por todas as partes humanas a trabalhar numa estrita organização, em função da utilização eficaz dos utensílios técnicos. É uma figura de âmbito social, não estritamente técnico, que representa as implicações humanas e organizativas da técnica e o estágio cultural a que o progresso conduziu. Dentro deste conceito da *megatecnologia*, Mumford identifica um outro mais específico que corresponde à concepção mais material da técnica: a *monotécnica*, estado que se opõe e se impõe perante a *politécnica*. Esta última, também denominada como *biotécnica*, constitui-se pelas formas primordiais de acção em que a técnica está orientada para a vida e não centrada no trabalho ou no poder, funcionando de maneira democrática no sentido de realizar todas as potencialidades humanas. Este estado, associado à liberdade e à vida na comunhão entre Homem e Natureza, opõe-se, então, à *monotécnica* que, de cariz científico e autoritário, está centrada “no aumento do poder e da riqueza mediante uma organização sistemática das actividades quotidianas segundo um padrão mecânico e rígido”⁴⁷. Atingindo o seu nível mais perfeito com a industrialização moderna, a monotécnica surge para Mumford há cinco mil anos atrás – tendo o seu primeiro sinal na “construção das primeiras máquinas complexas e de grande potência”⁴⁸ – na constituição de um regime que seria aceite por todas as sociedades civilizadas posteriores e que culminaria na mecanização e automatização absolutas da produção.

Na sua teoria, Lewis Mumford concebe uma antropologia da Técnica, criando uma outra distinção sobre a natureza humana. A *megatecnologia* formatará o indivíduo e criará o *homo faber* que abolirá o *homo sapiens*. Para o autor, este último é o “construtor da mente” e tem no *pensar*, no inventar e no interpretar os seus principais atributos enquanto que o primeiro é o “fabricador de ferramentas” constringido à competência de *fazer*. Com mais esta distinção, a análise de Mumford assume-se como uma teoria de afirmação do homem simbólico,

⁴⁶Cf. *Ibid.*, p. 104.

⁴⁷Cf. *Ibid.*, p. 103.

⁴⁸Cf. *Ibid.*

a verdadeira essência humana, que está ameaçado pelo progresso tecnológico. “A raça humana não terá adquirido nenhuma posição especial em razão, unicamente, da sua tendência para utilizar ou construir ferramentas”⁴⁹ e, para o autor, continua a ser a linguagem – a primeira técnica verdadeiramente humana, justamente por ser simbólica – a invenção mais complexa do Homem, incomparavelmente mais sofisticada e exigente do que qualquer outra ferramenta inventada nos primórdios da humanidade.

A dimensão crítica do pensamento de Mumford torna-se ainda mais patente quando o autor discorre sobre as tendências autoritárias do progresso técnico. No preço a pagar pelas “soberbas conquistas do controlo da Natureza, do progresso civilizacional e da abundância”⁵⁰, o autor acentua, para além do que já se referiu relativamente ao constrangimento do *homo sapiens* para o *homo faber*, uma dimensão coerciva da técnica, que se desenvolve desde logo no contexto industrial, e que atinge os seus efeitos mais violentos e destrutivos nos usos militares para os quais, segundo o autor, a técnica esteve intimamente direccionada ao longo da História do Homem. Neste sentido, Lewis Mumford formula a pergunta: “esta associação de poder e produtividade exorbitantes com uma violência e uma destruição igualmente exorbitantes é meramente accidental?”⁵¹ Por outro lado, Mumford sugere que a automatização do trabalho industrial, com o indivíduo concentrado em movimentos rigorosamente repetitivos e alienantes, traz uma outra consequência, para além da exploração física do Homem, que é de carácter político. As tarefas monótonas e repetitivas impostas pela máquina originam uma “neurose compulsiva” que, transferindo alguns dos aspectos psicológicos confinados ao rito religioso para a esfera do trabalho, funcionam como uma “nova ordem ritual restritiva para diminuir a ansiedade e para defender o próprio trabalhador do frequente impulso democrático do inconsciente e dos costumes”⁵². Desenvolvendo a ideia, Mumford acrescenta que

o trabalho metódico e repetitivo proporcionou um meio quotidiano de autocontrolo; um agente moralizante mais

⁴⁹Cf. *Ibid.*, p. 97.

⁵⁰Cf. *Ibid.*, p. 105.

⁵¹Cf. *Ibid.*, p. 107.

⁵²Cf. *Ibid.*

penetrante, mais efectivo e mais universal que o do ritual ou o da lei⁵³.

A desconfiança de Mumford perante o progresso técnico revela a sua maior expressão quando o autor se refere à industrialização do século XX e ao estado tecnológico da actualidade. O que Mumford chama a “era da máquina”⁵⁴ – que se começa a esboçar no século XVIII – é marcada por

um processo de desenvolvimento técnico que se tornou cada vez mais coercivo, totalitário e – na sua expressão humana directa – compulsivo e claramente irracional; na verdade, absolutamente hostil às manifestações da vida mais espontâneas que não podem introduzir-se na máquina⁵⁵.

Num discurso distópico onde apela à revitalização da *biotécnica* como forma de restabelecer o equilíbrio entre a medida humana e o meio material, Mumford deixa clara a sua preocupação com as possibilidades de controlo que a *Megatecnologia* traz consigo. Interrogando-se sobre os “fundamentos ideológicos de todo este sistema, com a sua excessiva concentração no poder centralizado e no controlo externo”⁵⁶, Lewis Mumford denuncia a obsessão dos inventores e controladores da Máquina com a omnisciência e a onnipotência:

As noções de poder absoluto da era nuclear, da inteligência computacional infalível, da produtividade expansiva sem limites, etc., culminam num sistema de controlo total exercido por uma elite industrial-científico-militar, correspondendo à concepção do reino divino da idade de bronze.⁵⁷

⁵³Cf. *Ibid.*

⁵⁴Pensamento que encontra expressão no conto de E. M. Forster – a Máquina não tolera nada que lhe seja externo, que não seja Mecânico. Esta ideia também tem eco no conceito de *fenómenos técnicos* de Jacques Ellul.

⁵⁵Cf. Mumford, “La Técnica y la Naturaleza del Hombre,” p. 108.

⁵⁶Cf. *Ibid.*

⁵⁷Cf. *Ibid.*, p. 109.

2.3 Jacques Ellul e a Incompatibilidade entre a Técnica e a Civilização

As distinções operadas por Lewis Mumford relativamente a dois tipos de estádios técnicos – que correspondem, respectivamente, a um estado primário e natural da Técnica e a uma fase em que a Técnica exerce um impacto coercivo sobre o Homem – são comuns ao pensamento de outros autores desta corrente crítica ou romântica de reflexão do progresso técnico. Jacques Ellul, que considera a técnica o fenómeno social mais importante do mundo moderno, tece também uma distinção entre a *fase das acções técnicas* e a *fase dos fenómenos técnicos*. Numa lógica idêntica à divisão de Lewis Mumford entre politécnica e *monotécnica*, Ellul faz corresponder as *acções técnicas* às biotécnicas, à diversidade de contextos e aos primeiros estádios de evolução do Homem, enquanto que os *fenómenos técnicos* correspondem à unidade e à forma moderna de fabricar e utilizar utensílios, uma forma que resiste a subordinar-se a disposições não técnicas, impondo ao resto do ambiente e das actividades as formas tecnológicas. Quando Jacques Ellul apresenta a sua definição de Técnica, é já a fase dos *fenómenos técnicos* que marca a sua concepção:

A técnica é a totalidade de métodos que racionalmente alcançam a eficácia absoluta (numa dada etapa de desenvolvimento) em todos os campos da actividade humana.⁵⁸

Nesta concepção, Ellul atribui à Técnica um potencial transformador, um devir que altera culturalmente o Homem e o seu meio: “a técnica converteu-se num novo e específico ambiente em que o Homem se vê obrigado a existir, por ter suplantado o antigo ambiente, isto é, aquele da natureza”⁵⁹. É nesta tensão imposta pela transformação operada pela Técnica que Ellul, preocupado com a maneira como a Civilização poderá integrar a Técnica, reforça o seu cunho crítico e identifica três contradições básicas entre Civilização e Técnica.

⁵⁸Cf. Carl Mitcham, *Qué es la Filosofía de la Tecnología?*, 1989 (Barcelona: Editorial Anthropos, 1989, p. 76)

⁵⁹Cf. Jacques Ellul, “El Orden Tecnológico,” em *Filosofía y tecnología*, Carl Mitcham y Robert Mackey. (Madrid: Ediciones Encuentro, 2001, p. 112)

A primeira contradição constitui-se pela tradicional incompatibilidade entre a dimensão quantitativa da Técnica e a dimensão qualitativa do Homem:

A sociedade técnica não é, e não pode ser, uma sociedade genuinamente humanística desde o momento em que coloca em primeiro plano, não o homem, mas as coisas materiais.⁶⁰

Na impossibilidade de trânsito entre estas duas esferas, o mundo da técnica tende a impor a sua materialidade sobre a subjectividade humana, reduzindo o Homem a um objecto material e ao domínio do quantitativo. O estádio da perfeição, em função do qual segue o progresso, “apenas se atinge através do desenvolvimento quantitativo e, necessariamente, apenas aponta ao que é mensurável”⁶¹.

A segunda contradição é relativa às questões do poder e da axiologia. O desenvolvimento tecnológico, na eficácia dos seus meios, conduz a um incremento do poder, um poder que tende a ser exercido de forma absoluta e cujo único objectivo é o poder em si mesmo. Na base deste poder está a possibilidade da acção ilimitada e absoluta que um avançado grau técnico permite. E “quando o poder se torna absoluto, os valores desaparecem”⁶², isto é, quando existe a possibilidade de se obter qualquer coisa, o valor dessa coisa desaparece. Evocando o exemplo das sociedades totalitárias, Ellul defende que um elevado nível de evolução técnica em relação com o poder destroi a distinção entre o bem e o mal, entre o justo e o injusto.

A terceira contradição é a mais negativa de Ellul e diz que a “técnica nunca pode gerar liberdade”. Apesar de libertar o homem do espaço e do tempo, da fome e do frio ou da escuridão da noite, para Ellul, a “técnica é uma operação de determinismo e de necessidade” enquanto “estrutura de procedimentos racionais e eficientes, como uma colecção de ordens, esquemas e mecanismos”⁶³. Através desta caracterização, Ellul justifica que na ordem da técnica não entra a liberdade, a heterodoxia, a

⁶⁰Cf. *Ibid.*, p. 121.

⁶¹Cf. *Ibid.*

⁶²Cf. *Ibid.*, p. 122.

⁶³Cf. *Ibid.*, p. 123.

esfera do gratuito e do espontâneo, dimensões que apenas introduziriam a discórdia e a desordem⁶⁴.

No entanto, a desconfiança de Ellul nos *fenómenos técnicos*, e na sua eventual integração pela civilização, não é fatalista. No texto “A Ordem Técnica” (1962), que sintetiza as teses da sua obra *O Século XX e a Técnica* (1960), Ellul, depois de questionar duas tendências principais de solução – na primeira, o problema resolve-se por si mesmo e a técnica contem em si mesma a solução para os seus problemas e, na segunda, o problema obriga a uma mudança da condição humana – aponta a direcção para uma reflexão e uma consciência éticas e filosóficas que o Homem deve desenvolver para, compreendendo a inevitabilidade do progresso técnico e do domínio que este lhe impõe, estar ciente de que vive num ambiente técnico que substituiu o velho ambiente natural. Com esta compreensão e destruindo o “mito de que a técnica é sagrada”⁶⁵, o homem pode ser livre, feliz e afirmar-se sobre a técnica. Sob a tese de que “o progresso técnico é sempre ambíguo”, Ellul extrai quatro conclusões gerais da sua teoria sobre a técnica: quando a técnica acrescenta uma coisa, subtrai outra; a técnica suscita mais problemas do que os que resolve; os efeitos prejudiciais da técnica são inseparáveis dos seus efeitos favoráveis; toda a técnica é composta por efeitos imprevisíveis⁶⁶.

2.4 Martin Heidegger e o Dogmatismo Objectivado da Técnica Moderna

Martin Heidegger, a partir de uma perspectiva ontológica, é outro filósofo que estabelece uma distinção entre estádios técnicos, distinguindo as *técnicas tradicionais da ciência moderna*. Como premissa, Heidegger não considera a técnica como neutra ou como uma actividade humana. Como explica Carl Mitcham,

Heidegger considera que a técnica é um género de verdade ou de desocultar e a tecnologia moderna, em particular, é um desocultar que *põe e provoca* a natureza exigindo-lhe a

⁶⁴Cf. *Ibid.*

⁶⁵Cf. *Ibid.*, p. 135.

⁶⁶Cf. *Ibid.*, pp. 136 - 151.

libertação de energias que, enquanto tais, podem ser exploradas e acumuladas.⁶⁷

Na distinção destes dois paradigmas – da *técnica* e da *tecnologia moderna* que, respectivamente, correspondem às *técnicas tradicionais* e à *ciência moderna* – Heidegger contrapõe o moinho de vento ou de água com a central eléctrica. Os dois captam uma energia da natureza e põem-na ao serviço de fins humanos. O primeiro está em relação íntima com a natureza e depende directamente dela, pois sem vento ou água é impossível a produção. Além disso é uma estrutura que está em harmonia com a paisagem natural e, por outro lado, desoculta características que passariam despercebidas, na medida em que, por exemplo, se destaca numa planície e chama a atenção sobre si. Por seu lado, uma central térmica de carvão “descobre energias físicas básicas para as acumular em abstracto, numa forma não sensível”⁶⁸. Já não se trata apenas de captar movimento mas também de o transformar, de o manipular, de o acumular e, numa última fase, de o distribuir. Por outro lado, uma central eléctrica, dificilmente, estará em harmonia com a paisagem, além de provocar poluição e contaminar o ambiente⁶⁹.

Ainda na diferenciação das *técnicas tradicionais* em relação aos *processos tecnológicos*, Heidegger considera o tipo de produtos resultantes. Enquanto um artesanal jarro de barro é uma coisa em “sentido genuíno”, o plástico da ciência moderna é algo que não tem valor inerente e que apenas depende do uso posterior que lhe seja dado. A este último tipo de objectos, Heidegger chama *bestand*, isto é, objectos de consumo disponíveis⁷⁰.

A partir desta distinção entre dois tipos de tecnologia, Heidegger esboça uma crítica ontológica à tecnologia moderna, realçando a objectivação do mundo natural que ela impõe, um mundo que fica constrangido à representação em termos numéricos e que vê ignorado o seu carácter terreno. Por outro lado, Heidegger defende que a tecnologia moderna não só encobre a coisicidade das coisas, como também obscurece o Ser e, finalmente, encobre o significado da própria Técnica.

⁶⁷Cf. Mitcham, *Qué es la Filosofía de la Tecnología?*, p. 67.

⁶⁸Cf. *Ibid.*

⁶⁹Cf. *Ibid.*, p. 68.

⁷⁰Cf. *Ibid.*

Na homogeneização técnica do mundo, em que no sentido de uma ideia comum aos dois autores anteriores, a Técnica exclui o não técnico, a ciência moderna obscurece a diversidade e a relatividade que permite e deixa em aberto a verdade. Neste sentido, como conclui Carl Mitcham:

A tecnologia moderna, segundo o ponto de vista de Heidegger, pode-se caracterizar como uma espécie de dogmatismo objectivado que trata realmente acerca de como construir ou fabricar a tecnologia. Este dogmatismo objectivado tem um método ou procedimento que exclui outros métodos ou procedimentos. O dogmatismo não reconhece as suas próprias limitações, não se reconhece a si mesmo.⁷¹

2.5 Ortega y Gasset e a Ameaça Técnica do Projecto de Concretização Pessoal

Desenvolvida no que se pode chamar uma teoria da natureza humana, José Ortega y Gasset (*Meditação sobre a Técnica*, 1939) integra a sua visão da técnica na sua máxima de que “o homem é ele e as suas circunstâncias”. Ortega considera que a Técnica está directamente ligada ao significado do humano e o Homem recorre a ela para realizar o seu projecto pessoal e cultural. É dentro desta argumentação que Ortega introduz, tal como Mumford mas numa perspectiva diferente, a imagem do *homo faber* que, de acordo com o filósofo espanhol, já não só se limita à fabricação material mas também compreende a criatividade espiritual que coloca a Técnica ao serviço desse projecto pessoal e cultural⁷². No entanto, o progresso técnico que conduziu ao actual estado de “perfeição da técnica científica”, levanta preocupações a Ortega. A alta sofisticação tecnológica compromete o *homo faber* e precipita a esterilização e o atrofio da faculdade imaginativa humana⁷³. Com as inovadoras possibilidades da ciência que parecem não ter limites ou restrições na transformação material do mundo e no alcance de qualquer objectivo, o Homem, que se via obrigado a lidar com os problemas e as frustrações que envolviam a demorada concretização de projectos, vê

⁷¹Cf. *Ibid.*, p. 71.

⁷²Cf. *Ibid.*, p. 61.

⁷³Cf. *Ibid.*, p. 63.

ameaçada a sua capacidade para desejar, criar e fantasiar, pois tudo é facilmente alcançável do ponto de vista material. A realização do projecto pessoal é, então, desvirtuada e perde a profundidade que exige a selecção e adaptação dos processos técnicos às expectativas de vida. A Técnica passa, então, a ser uma dimensão meramente formal, vazia do conteúdo da vida. Como diz Kirilov, personagem d’*Os Possessos* de Dostoiévski, “quando tudo está permitido, nada está permitido”.

2.6 Gilbert Simondon e o Objecto Técnico Moderno

A última reflexão sobre a Técnica que aqui consideramos é a de Gilbert Simondon que, apesar de uma aproximação a alguns pontos do pensamento dos autores anteriores, revela vários traços específicos, nomeadamente numa abordagem que deixa de lado a caracterização coerciva da autonomização da Técnica. Simondon faz a sua abordagem a partir do conceito de *objecto técnico*. Antes de vermos este conceito, importa referir que a filosofia da Técnica de Simondon inclui-se dentro de um âmbito maior que é o da teoria da individuação, onde a questão da *evolução* e do *dever* ocupam um lugar essencial, aspecto que releva para os objectivos da nossa tese. Na mesma linha que os autores anteriores, também Simondon valoriza a dimensão simbólica do Homem como a mais alta disposição da sua condição. Para o autor francês, é aliás a faculdade da imaginação, na busca da evolução e da superação dos condicionamentos, que antecede a criação técnica. A partir das narrativas, das obras de arte, da invenção de mundos:

É a imaginação, segundo Simondon, que culmina na actividade técnica visto que o humano transforma-se no autor de um outro *dever* que já não é relativo aos indivíduos, mas aos objectos: a concretização técnica.⁷⁴

A concretização, ou a concretude, é, assim, a condição de existência dos objectos técnicos, sendo um dos aspectos diferenciadores do pensamento de Simondon sobre a Técnica. Por oposição à abstracção dos

⁷⁴Cf. Pascal Chabot, “La Philosophie des Techniques de Simondon,” em *Les Philosophes et la Technique*, Pascal Chabot et Gilbert Hottos. (Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2003, p. 232)

objectos tradicionais, o objecto técnico moderno é uma convergência *concreta*⁷⁵ de estruturas e funções, as quais, no objecto abstracto, estão independentes, separadas ou mesmo em conflito. Na passagem da *abstracção* à *concretude*, Simondon divide o processo de concretização do objecto técnico em três etapas⁷⁶.

A primeira fase corresponde à criação de uma ideia nova. O inventor, em função das necessidades, idealiza a função do objecto que pretende criar e imagina o seu funcionamento, isto é, o seu *esquema*. É o exemplo de, na criação do comboio, idealizar uma máquina a vapor adaptada a um vagão ao qual transmite a sua força para se deslocar. A segunda etapa é a da materialização do objecto, ou seja, é o momento em que o inventor faz o que imaginou. Porém, apesar de ganhar forma nesta fase, o objecto mantém-se ainda próximo do espírito, do intelectual, é ainda abstracto e não é tecnicamente viável. Nesta fase, o inventor adapta a máquina a vapor ao vagão mas a ideia pode ainda não funcionar pelo conjunto ser demasiado pesado ou pelo vagão não suportar o peso de uma máquina a vapor industrial que impossibilita a locomoção. O objecto ainda está muito próximo da ideia abstracta que apenas era relativa à junção das duas estruturas. É apenas na terceira fase, a da concretização, que o objecto ganha viabilidade técnica. Nesta etapa, são eliminadas todas as incompatibilidades e todos os resíduos que permaneciam do objecto abstracto. Com a invenção da caldeira tubular de Marc Seguin, torna-se possível diminuir o peso sobre o vagão dado que “em vez de utilizar uma fonte de calor externa à caldeira, ele fez passar os tubos pelo interior da caldeira, através da água”⁷⁷, evitando também que se dêem perdas de calor. Assim, a convergência concreta do objecto técnico realiza-se porque a alteração de uma *estrutura* (a caldeira) permite o desempenho de várias *funções* (perda de peso, manutenção do calor, possibilidade de deslocação). O objecto concretizado ultrapassa, até, os efeitos à partida previstos no processo de invenção.

É, então, através da análise das etapas de invenção do objecto técnico e da sua definição enquanto objecto concreto, que Simondon define

⁷⁵Cf. Gilbert Simondon, *Du Mode d'Existence des Objets Techniques*, 1958 (Paris: Aubier, 2001, pp. 19 - 23)

⁷⁶Cf. Chabot, “La Philosophie des Techniques de Simondon,” pp. 232 - 233.

⁷⁷Cf. *Ibid.*, p. 233.

a própria Técnica: esta não é um conjunto de ideias concretizadas, mas um conjunto de coisas concretas que têm as suas próprias leis.

Ainda que não reconheça uma oposição entre Homem e Máquina ou Cultura e Técnica, Simondon deixa perceber traços problemáticos que a tecnologia impôs ao indivíduo, além de – este aspecto de uma forma mais explícita – se referir a um desconforto cultural gerado pela Técnica. Se este desconforto pode ser resolvido por “uma tomada de consciência do sentido dos objectos técnicos”⁷⁸ e da realidade humana que estes contêm, já os aspectos problemáticos que referimos são sobretudo relativos às alterações introduzidas com as revoluções industriais a partir do século XVIII. Sobre a industrialização, Simondon – sem o vector crítico ou social da corrente marxista da qual se distancia – enfatiza a introdução de um desfasamento entre os ritmos humanos e os ritmos das máquinas, uma desproporcionalidade que provoca a alienação do indivíduo numa cultura tecnocrática e moral do rendimento.

2.7 A Definição da Técnica por *Sistemas* e por *Fases*

A partir da análise dos autores tratados é-nos possível identificar, entre os seus conceitos e distinções, dois grandes estádios técnicos. Apesar das especificidades de cada autor, existem duas visões gerais da Técnica com traços comuns entre Mumford, Ellul, Heidegger e Ortega: um primeiro paradigma em que a Técnica está integrada numa harmonia com a Natureza e com o Homem, no desenvolvimento das suas potencialidades primitivas, e um segundo paradigma em que o mais alto progresso provoca um ambiente técnico, que à margem dos benefícios e das conquistas que proporciona à civilização, revela tendências de controlo, de hostilidade, de constrangimento e mesmo de violência perante o Homem. Menos patente no pensamento de Simondon, estes dois paradigmas determinam o entendimento da técnica dos outros quatro autores citados e, como já referido na análise das suas teorias, são conceptualizados em categorias correspondentes a uma determinada definição de Técnica. Lewis Mumford distingue a *biotécnica* da *monotécnica*, Jacques Ellul considera as *acções técnicas* por oposição aos *fenómenos técnicos* e Martin Heidegger fala das técnicas tradicionais que foram substituídas pela *ciência moderna*. Embora sem

⁷⁸Cf. Simondon, *Du Mode d’Existence des Objets Techniques*, p. 9.

especificar estas categorias, Ortega y Gasset deixa também claro que distingue o estado primitivo técnico do estado tecnológico actual que compromete o desejo e a faculdade imaginativa ou criativa do Homem.

Apesar de implicarem uma consideração temporal e um critério evolutivo, estas categorias não são definidas numa perspectiva estritamente cronológica. São categorias conceptuais que, no pensamento dos autores, contribuem para uma definição do estado técnico actual perante a oposição a um estado técnico primitivo. Em última instância, trata-se de categorias eidéticas que se referem à essência de um tipo de desenvolvimento técnico, ao espírito e à singularidade que uma determinada utilização geral da Técnica implica na constituição de uma certa cultura ou civilização, mais do que referir-se aos próprios procedimentos ou instrumentos utilizados ou à sucessão e aperfeiçoamento de técnicas. A estas categorias, que de acordo com os autores citados corresponderão a dois grandes tipos, damos o nome de *sistema*. A esta noção não é estranha a teoria de Thomas S. Kuhn dos paradigmas das revoluções científicas⁷⁹ pois os dois *sistemas* técnicos mantêm uma relação de incomensurabilidade entre eles e a afirmação do segundo implicou a eliminação do primeiro. Trata-se de uma operação de ruptura, de descontinuidade e de revolução entre um sistema primitivo e um sistema moderno cujas naturezas e modos de funcionamento são marcadamente diferentes.

No entanto, para além da divisão em *sistemas*, três dos autores considerados apresentam também uma divisão histórica da Técnica naquilo que chamaremos de *fases*. Em relação aos *sistemas*, as *fases* já contém uma dimensão claramente cronológica e referem-se ao tipo de técnicas utilizadas, às formas de exploração e às alterações históricas com as quais as revoluções técnicas podem ser ligadas. Porém, assim como os *sistemas*, também as *fases* são entendidas numa lógica de descontinuidade e de ruptura. Apesar da nova fase não ignorar o conhecimento da fase precedente, esse saber é explorado de maneira diferente e radicalmente transformado pelos novos avanços. Cada nova fase tem novos métodos, redefine o mapa de problemas e soluções, altera as fontes utilizadas e gere-se por objectivos distintos da fase anterior. Por outro lado, as características das fases contém em si a natureza do sistema que lhe corresponde. Os primeiros períodos históricos baseiam-se numa ex-

⁷⁹Cf. Thomas S. Kuhn, *Estrutura das Revoluções Científicas*, 1962 (São Paulo: Perspectiva, 2001).

ploração técnica harmonizada com a Natureza face aos períodos mais recentes que já reflectem as preocupações dos autores em relação à Técnica moderna, seja no impacto racionalista e positivista da ciência moderna, nas consequências coercivas da industrialização e da automatização ou nos efeitos compulsivos da revolução electrónica do século XX.

Lewis Mumford e Ortega y Gasset consideram três períodos técnicos face aos quatro considerados por Simondon. Para os três autores, as várias fases são independentes mas inter-relacionadas. Mumford divide a evolução técnica na fase das *técnicas intuitivas*, na fase das *técnicas empíricas* e na fase das *técnicas científicas*⁸⁰. A fase das *técnicas intuitivas*, situada por Mumford até 1750, é baseada na utilização da água e do vento. Dentro desta fase, além de se incluir necessariamente a *politécnica*, inclui-se também a *monotécnica* que, para Mumford, se inicia logo com a constituição dos primeiros exércitos e de tácticas bélicas ou da construção organizada das pirâmides do Egipto. A fase das *técnicas empíricas* inicia-se em 1750 e estende-se até 1900 e tem como grandes recursos o ferro e o carvão. A última fase, a das *técnicas científicas*, a actual com início em 1900, apoia a sua tecnologia na exploração da electricidade e das ligas metálicas.

Também identificando três períodos, Ortega baseia a sua divisão na maneira como o Homem fabrica os meios para realizar o projecto pessoal em que decidiu converter-se⁸¹. A fase das *técnicas do acaso*, a do primeiro contacto do Homem com a Técnica nos tempos primitivos, caracteriza-se por não existir um método técnico de acção, sendo baseado na descoberta aleatória e ocasional. Sucede-se a fase das *técnicas de artesanato*, na qual existe já uma consciência de acção técnica, a qual é transmitida de geração em geração através da classe dos artesãos. *As técnicas do cientista ou do técnico*, com início coincidente com o surgimento da ciência moderna e em desenvolvimento até à actualidade, marcam uma ruptura com as duas fases anteriores que ainda não baseiam a exploração técnica num critério racionalista e cumulativo. Com a ciência moderna, a técnica passa a tecnologia, a ciência aplicada, isto é, a um estado de evolução em que a Técnica permite realizar qualquer fim. Os indivíduos já não dispõem de *uma* técnica. A

⁸⁰Cf. Mitcham, *Qué es la Filosofía de la Tecnología?*, p. 54.

⁸¹Cf. *Ibid.*, p. 63.

humanidade alcançou e tem a Técnica. O Homem, apesar de perder em conteúdo o que ganha na facilidade de concretização dos seus projectos, sabe como realizar tecnicamente qualquer projecto antes de eleger um particular para realizar.

Já Gilbert Simondon divide a evolução técnica em quatro períodos⁸². O primeiro estágio é a *fase artesanal*, essencialmente baseada no modo da aprendizagem e na aquisição de competências. Os procedimentos técnicos têm ritmos coincidentes com os ritmos da Natureza e a evolução está assente na transmissão dos gestos de uma geração para outra. Tal como Mumford e Ortega, é a revolução da ciência moderna que, para Simondon, determina a mudança de paradigma e a passagem à segunda fase, a *enciclopédica*. Nesta fase, já não se trata da difusão de gestos mas da difusão de saber, uma difusão que é racionalizada e que, tal como o nome dado por Simondon, tem por referência a organização universal e lógica da *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert. Mas a grande ruptura dar-se-á com a *fase contemporânea das revoluções industriais* na qual, como já referimos, se desequilibram os ritmos técnicos com os ritmos humanos. As mecânicas de trabalho desenvolvidas com a industrialização e a automatização da produção introduziram um desfasamento entre as limitadas capacidades humanas e as forças ininterruptas e regulares das máquinas industriais que, pela primeira vez, subordinam e alienam o Homem. No entanto, Simondon, que se distingue do pessimismo dos outros autores referidos, coloca na última fase, a dos nossos dias, a esperança para a conciliação entre o Homem e a Máquina. A *fase cibernética* é “marcada por energias de baixo rendimento mas com alta capacidade de transmissão de informação”⁸³. Assente nas redes comunicativas, isto é, na conjugação da informática com as telecomunicações, o desenvolvimento da tecnologia electrónica proporcionará uma nova complementaridade entre o Homem e as suas técnicas: “a memória da máquina, que armazena bem mas classifica mal, pode ajudar a memória humana que atribui sentido aos dados até aí neutros”⁸⁴.

Perante a consideração e a comparação dos *sistemas* e das *fases* definidas por cada autor, podemos organizar os dois quadros que apre-

⁸²Cf. Chabot, “La Philosophie des Techniques de Simondon,” p. 234.

⁸³Cf. *Ibid.*, p. 235.

⁸⁴Cf. *Ibid.*

sentamos abaixo. O primeiro compara os *sistemas* técnicos e o segundo está construído sob a representação de uma linha de tempo onde introduzimos comparativamente as *fases* de cada autor e a sua duração ao longo da história.

Grandes *Sistemas* da Técnica

Mumford ⁸⁵	Heidegger	Ellul
<i>Biotecnologia</i> ou <i>Politécnica</i>	Técnicas Tradicionais	Fase das <i>Acções Técnicas</i>
<i>Monotécnica</i> ou Técnica Autoritária (sustentada pela <i>Megamáquina</i>)	Ciência Moderna	Fase dos <i>Fenómenos Técnicos</i>

Quadro 1

Fases do Progresso Técnico

Mumford	Simondon	Ortega
Técnicas Intuitivas (água e vento); até 1750	Fase Artesanal	Técnicas do Acaso
Técnicas Empíricas (ferro e carvão); de 1750 a 1900	Fase Enciclopédica	Técnicas de Artesanato
Técnicas Científicas (electricidade e fundição de metais); a partir de 1900	Fase Contemporânea da Revolução Industrial	Técnicas do Técnico ou do Engenheiro
	Fase Cibernética	

Quadro 2

Nos quadros apenas pudemos colocar lado a lado as categorias que são equivalentes entre autores. Simondon e Ortega não atribuem desig-

⁸⁵Na visão de Mumford a mudança de paradigma não se dá com a fundação da Ciência Moderna, sugerida pelos outros dois autores. A *monotécnica* da *megamáquina* surge ainda na Antiguidade com o surgimento dos grandes exércitos ou aquando da construção das Pirâmides do Egipto.

nações a um primeiro e a um segundo *sistema* técnico, o que os exclui do primeiro quadro, e Heidegger e Ellul não constroem uma história das *fases* técnicas, o que os exclui do segundo quadro. No entanto, há um aspecto comum entre os cinco autores que se pode deduzir dos dois quadros e do seu cruzamento: a época do advento e desenvolvimento da ciência moderna, localizável entre o final do século XVI e o século XVII. Heidegger recorre, justamente, à expressão *ciência moderna* para caracterizar o novo estádio técnico que aí se inicia e Ellul também precisa o desenvolvimento dos *fenómenos técnicos* nessa época. O mesmo se aplica a Ortega para quem a revolução moderna representa o fim das *acções técnicas* (utilizadas no contexto das *técnicas do acaso* e ainda no contexto das *técnicas tradicionais*) e a inauguração de um paradigma radicalmente novo, o das *técnicas do técnico*. Também Mumford e Simondon apontam uma viragem profunda neste momento. O primeiro, para além de a localizar historicamente nesta altura, caracteriza-a em função das técnicas empíricas, directamente, descendentes do método científico, e o segundo alude à *Enciclopédia*, marco do iluminismo e do racionalismo franceses, para se referir às mudanças ocorridas a nível da utilização do conhecimento e da ciência.

Assim, a ciência moderna assume-se como uma linha comum entre os vários autores, uma linha que divide o Quadro 2, o das fases técnicas, e espelha a ruptura de um primeiro estado técnico em relação a um segundo⁸⁶. Além disto, é este desenvolvimento da ciência moderna que, como defendemos no primeiro capítulo, marca o despoletar de uma nova mentalidade com altas expectativas utópicas numa Técnica capaz de tudo alcançar e tudo proporcionar à civilização no caminho para a sociedade perfeita. Contudo, será ao forçar a sociedade perfeita através da Técnica, que o Homem se depara, pela primeira vez, perante novos problemas. É com o positivismo que começam os primeiros questionamentos dos limites do progresso científico e do se preço a pagar para a cultura simbólica do Homem. E é, também, no seguimento dos avanços

⁸⁶Há aqui ressaltar que Lewis Mumford será um pouco excepção a esta generalização dado que o autor considera que a *monotécnica*, como já foi referido, se inicia ainda nas primeiras civilizações com as técnicas de guerra e as grandes construções. Porém, Mumford refere as maiores expressões da *monotécnica* nos períodos posteriores à ciência moderna e sobretudo aquando das revoluções industriais. Este último aspecto vem, em última instância, aproximá-lo dos outros autores.

da ciência moderna que se criaram as condições para a concretização das duas revoluções industriais, cujos processos de automatização e mecanização do trabalho tanto inquietam, como vimos, Mumford, Ellul ou Ortega. Por fim, numa última mudança de paradigma, dá-se a revolução electrónica da cibernética, relativa à segunda metade do século XX e à actualidade, a qual se afirma como o mais avançado estágio técnico, tanto no alcançar das conquistas mais desejadas como no suscitar dos problemas mais temidos. Será, assim, a fase mais ambivalente e mais complexa.

Para os autores mais críticos como Mumford e Ellul, é esta a fase em que mais se agudizam alguns dos problemas que a Técnica levanta ao Homem. A alienação e a subordinação das mecânicas de trabalho atingem as suas formas mais totalizantes, as máquinas podem substituir os homens e podem-se autonomizar mediante os avanços da inteligência artificial. A divulgação do conhecimento adquire uma celeridade que pode comprometer uma cultura profunda e reflexiva do saber e, mais uma vez, acentuar as características de um *homo faber* menos subjectivo, mais superficial e mais condicionado por um quotidiano quantitativo e imediato. Mais do que estes aspectos, o paradigma electrónico criou novas e mais directas formas de subordinação, designadamente no âmbito do controlo social exercido pelo poder. Os meios emergentes de controlo e de vigilância têm funcionalidades inéditas de captação do real; estão, pela primeira vez, numa interacção integrada, e já podem dispensar o Homem da actividade de vigiar os outros homens pois possuem formas autónomas de garantir esse controlo. O controlo social totalitário apenas depende da organização política que o explora para ser posto em prática, pois em termos materiais, as condições tecnológicas já o permitiriam a um nível do estado especulado pelas ficções distópicas que analisámos no primeiro capítulo.

Por outro lado, poderá ser o paradigma técnico actual que, como frisa Simondon, conciliará a esfera humana com a esfera técnica. Por assentar nas propriedades da informação e da comunicação, e já menos no plano material e industrial da exploração física do Homem, a tecnologia electrónica poderá, além das condições proporcionadas no domínio do conforto e da abundância nas sociedades industrializadas, propiciar o momento em que a civilização integra a tecnologia. As novas redes de comunicação e as facilidades de acesso ao saber, e da sua

transmissão, podem devolver a dimensão simbólica ao Homem e, então, expandir-lhe as suas capacidades pessoais e sociais.

No entanto, considerando a perspectiva crítica dos autores citados, não deixamos de relevar as potencialidades coercivas que a Técnica preserva. Dentro da ambivalência atrás referida, os *sistemas* técnicos teorizados por Mumford, Heidegger ou Ellul continuam a atribuir à essência da Técnica um impacto constrangedor sobre o Homem. A Técnica, na sua natureza, é uma potência de controlo. Mediante isto, quanto mais avançado o seu estado, mais concreta é essa potência. Considerando que o progresso tecnológico conhece na actualidade o seu estado mais avançado, então, poderemos estar perante o tipo de sociedade com mais potências ou possibilidades de controlo da História. Caso consideremos esta hipótese, entender as perspectivas dos autores tratados em relação à Técnica na sua acepção eidética enquanto *sistema*, é procurar uma génese da sociedade de controlo. Esta sociedade concretiza-se porque é altamente tecnológica, e sendo altamente tecnológica tem mais tendências de controlo, dada a visão da Técnica como opressora. No entanto, além de considerarmos esta hipótese, importa-nos também ver até que medida cada *fase* técnica impõe um tipo particular de controlo de acordo com as características dessa *fase*. Neste sentido, cada mudança de *fase* técnica implicaria, correlativamente, uma mudança das formas de controlo exercidas e uma exploração específica dessa Técnica pelo Poder.

É a questão do Poder, por relação com o controlo e a vigilância, que nos ocupará no próximo capítulo.

Parte II

O CONTROLO

3 Disciplina e Biopolítica: o Controlo segundo Michel Foucault

Este ou aquele poder serve-se da técnica; quer dizer: adequa-se ao carácter de poder que se esconde atrás dos símbolos técnicos. Ernst Jünger

3.1 Uma Concepção de Poder a partir da Análise das suas Tecnologias

A análise do conceito de poder feita por Michel Foucault não se integra na abordagem clássica da teoria do poder. De encontro ao horizonte dos objectivos da nossa tese, Foucault desloca o objecto da sua análise – da óptica do direito e da sua legitimidade, da génese do poder soberano e da sua essência, do seu limite e da sua origem – para a óptica das técnicas do poder, das tecnologias do poder, isto é, para a forma como o poder domina e faz obedecer, para os instrumentos e as práticas que constituem o governo dos indivíduos, as suas relações, a sua ordem, a sua punição e a sua reconversão. Face à concepção jurídica do poder, Foucault constrói uma concepção tecnológica do poder.

Assim, antes de nos debruçarmos na consideração dos operadores técnicos⁸⁷ que sustentam a *sociedade disciplinar* teorizada por Foucault, expomos resumidamente as principais características da concepção do poder para Michel Foucault, as quais nos permitirão um melhor entendimento do funcionamento e da aplicação das tecnologias do poder, assim como da sua evolução histórica.

A primeira premissa do método de análise do poder de Michel Foucault considera que não existe um poder central, existem vários poderes, isto é, *micropoderes* que são periféricos, regionais e heterogéneos:

Poderes, isto quer dizer formas de dominação, formas de sujeição, que funcionam localmente, por exemplo na ofi-

⁸⁷Estes operadores, como veremos, não são necessariamente materiais; podem ser práticas, modos de actuação ou tipos de saber que, ainda assim, podem pressupor, na sua base, instrumentos ou ferramentas.

cina, no exército, numa propriedade de tipo escravagista ou numa propriedade onde há relações servis.⁸⁸

A Foucault interessa considerar, dentro de cada um destes sistemas periféricos, as formas que o poder toma para além dos limites das regras do direito. O foco da análise é colocado nas mecânicas aplicadas em função do contexto de dominação, das práticas de sujeição dentro de cada instituição, como por exemplo, a forma como o corpo é tomado e formatado por uma técnica e se deixa determinar por instrumentos de intervenção material, eventualmente, até violentos⁸⁹. Deste modo, Foucault não se centra verticalmente na figura do soberano ou daquele que detém o poder e na questão das razões porque o detém, concepção a partir da qual Thomas Hobbes edifica o *Leviatão*. O ângulo de Foucault assenta, antes, no estudo dos “corpos periféricos e múltiplos, nos corpos constituídos, através dos efeitos de poder, como sujeitos”⁹⁰. A “sociedade é um arquipélago de poderes diferentes”⁹¹ e é na análise dos mecanismos e das técnicas específicas de poder de cada um desses arquipélagos que se pode chegar a um entendimento do poder de uma sociedade, das *malhas do poder*.

O segundo aspecto da concepção de poder construída por Foucault que decorre deste último, consiste no facto de, também invertendo a concepção clássica, estes poderes regionais não derivarem ou serem consequência do poder central, o poder primordial e homogêneo, o da dominação de um indivíduo sobre os outros. Pelo contrário, numa análise ascendente, é o poder central que resulta da integração das técnicas dos poderes periféricos, mais localizados e concretos: “não é a dominação global que se pluraliza e se reproduz descendentemente”⁹², é o inverso. Neste sentido, são as mecânicas disciplinares da família, da religião, dos médicos, da oficina ou da polícia mais baixa que vêm a ser postas em prática pelo poder central e lhe constituem a essência.

⁸⁸Cf. Michel Foucault, “Les Mailles du Pouvoir,” em *Dits et Écrits Vol. IV 1980 - 1988* (Paris: Gallimard, 1994, p. 186)

⁸⁹Cf. Michel Foucault, *Il Faut Défendre la Société - Cours au Collège de France*, 1976 (Paris: Gallimard, 1997, p. 25)

⁹⁰Cf. *Ibid.*, p. 26.

⁹¹Cf. Foucault, “Les Mailles du Pouvoir,” p. 187.

⁹²Cf. Foucault, *Il Faut Défendre la Société - Cours au Collège de France*, 1976, p. 27.

Foucault recorre ao exemplo da loucura para ilustrar a sua tese. O poder central não irá integrar exactamente a exclusão do louco. O poder integra antes os mecanismos e os instrumentos, a maioria, neste caso, com origem na técnica psiquiátrica, relativos a tal exclusão e generaliza-os a todos aqueles que sejam inúteis ao formato de produtividade capitalista, em função do qual o corpo e o sujeito foram transformados. A generalização da microfísica do poder que Foucault teoriza tem origem neste modelo e subentende o momento em que as mecânicas dos poderes periféricos se constituem, económica e/ou politicamente, proveitosas para que sejam integrados no aparelho de Estado:

São os mecanismos de exclusão, é o aparelho de vigilância, é a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, é tudo isto, ou seja, a micromecânica do poder, que representou, que constitui para a burguesia, a partir de um certo momento, um interesse.⁹³

É desta forma que, como terceiro aspecto que aqui destacamos do método foucauldiano, o poder não é directamente localizável nas mãos de ninguém de uma forma maciça. Em perspectiva oposta:

O poder deve ser analisado como qualquer coisa que circula, ou sobretudo que não funciona a não ser em canal. (...) O poder exerce-se em rede e, sobre essa rede, não só os indivíduos circulam, como eles estão sempre em posição de sofrer e também de exercer esse poder.⁹⁴

O poder transita, então, de indivíduo em indivíduo e cada um é um efeito de poder que, justamente por sê-lo, funciona como retransmissão do poder.

A concepção de poder de Foucault é ainda marcada por uma ruptura em relação ao papel das ideologias. Em vez de entender as grandes maquinarias do poder em função das ideologias (ideologia do poder monárquico, ideologia da democracia parlamentar, entre outras), Foucault considera que os sistemas de poder são acompanhados, desde a sua base, por instrumentos de saber. É antes na produção de verdade e

⁹³Cf. *Ibid.*, p. 29.

⁹⁴Cf. *Ibid.*, p. 26.

de sentido que assentam as redes do poder. O exercício do poder baseia-se sobretudo no estabelecimento de aparelhos de saber que determinam a interpretação que os indivíduos constroem do regime de dominação no qual estão inseridos e que, simultaneamente, legitimam esse regime. Assim, a base tecnológica deste binómio poder/saber sustenta-se através dos

instrumentos efectivos de formação e acumulação de saber, dos métodos de observação, das técnicas de registo, dos processos de investigação e de pesquisa, dos aparelhos de verificação⁹⁵.

Como síntese da sua concepção do poder, Michel Foucault apresenta a seguinte formulação:

Mais que orientar a pesquisa sobre o poder do lado do edifício jurídico da soberania, do lado dos aparelhos de Estado, do lado das ideologias que o acompanham, é preciso orientar a análise do poder do lado da dominação (não da soberania), do lado das operações materiais, do lado das formas de sujeição, do lado das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e, por fim, dos dispositivos de saber.⁹⁶

A partir desta concepção, sobressai-nos uma das conclusões de Foucault sobre o exercício do poder moderno: apesar de não deixar de se reconhecer uma dimensão repressiva no poder e, inquestionavelmente, uma dimensão de dominação, o poder não é proibitivo, não é negativo; o poder é produtivo. Não se trata do imperativo “não deves fazer algo”, trata-se sim de “deves fazer de uma maneira específica, utilizando determinada técnica”. A partir do estudo das mudanças técnicas introduzidas no exército ou na oficina, nesta última esfera relativamente à divisão do trabalho, Foucault enfatiza o papel das instâncias disciplinares na produção de sujeitos o mais adequados possível à ordem imposta na sociedade. O objectivo não é restringir as capacidades dos indivíduos. O objectivo é operacionalizar-lhe as capacidades e desenvolver-lhe novas

⁹⁵Cf. *Ibid.*, p. 30.

⁹⁶Cf. *Ibid.*

valências de acordo com as mudanças técnicas da sociedade e os objetivos industriais e políticos da ordem. A preocupação desta concepção contínua, assim, a não ser a da génese do soberano mas a da fabricação de sujeitos, da ampliação da sua performance, da maximização da sua eficácia. O desvio às normas sociais é, portanto, evitado numa lógica de formatação ortodoxa. As disciplinas servem para excluir os “anormais”⁹⁷ que não têm utilidade aos modelos produtivos e políticos da sociedade, mas servem sobretudo para produzir indivíduos “normalizados” que na sua determinação condicionada já não são capazes de se desviar da norma.

Decorrente desta análise do poder, Foucault identifica duas grandes revoluções da tecnologia do poder que se operam com a Modernidade, tanto com a ascensão da burguesia como com o início dos processos de industrialização a partir do final do século XVII. A primeira revolução é relativa ao surgimento da *sociedade disciplinar*, relativa ao aperfeiçoamento da *anatomia-política* e centrada no corpo-máquina como principal objecto. A segunda, que integrará mas transformará a primeira, considera o nascimento da biopolítica centrada nos fenómenos biológicos e centrada sobre a vida e na sua normalização. O objecto deste segundo paradigma passa a ser o *corpo-espécie*. Ambas sucedem como paradigmas de governo ao modelo da soberania jurídica do poder. Os operadores e as tecnologias da sociedade disciplinar reflectem-se particularmente nos sistemas de vigilância punitivos, que analisaremos em seguida. Voltaremos depois ao paradigma biopolítico para contextualizá-lo em função das tecnologias de vigilância da *sociedade disciplinar*.

3.2 A Vigilância Disciplinar como Forma de Controlo

A *sociedade disciplinar* teorizada por Michel Foucault serve tanto para expor os princípios técnicos de uma sociedade de controlo, independentemente da sua localização histórica, como para ilustrar o modelo de uma sociedade de controlo, nas suas características básicas, sustentada sem recursos electrónicos.

Os princípios operadores desta sociedade são apresentados por Michel Foucault em *Surveiller et Punir* como os recursos para o bom ades-

⁹⁷Cf. Michel Foucault, “Les Anormaux,” em *Dits et Écrits Vol. II 1970 - 1975* (Paris: Gallimard, 1994, pp. 822 - 828)

tramento⁹⁸. A *sociedade disciplinar* que o autor francês descreve assenta em três figuras: a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame*, esta última resultante das duas primeiras. Cada uma destas figuras pode ser considerada como um modo tecnológico que a jusante inclui várias técnicas dentro dele e a montante é parte de uma tecnologia maior, a que se poderá chamar tecnologia disciplinar e que, tal como Foucault aqui a apresenta, será uma base generalizada para o controlo da experiência.

Em relação à *vigilância hierárquica*, Foucault expõe a sua essência na seguinte passagem:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica.⁹⁹

É este *jogo do olhar*, é este *poder ver* que ao mesmo tempo que cria a hierarquia de uns poderem ver os outros, *sem serem vistos*, e de outros serem controlados por estarem expostos à observação ou vigilância, que induz poder às instâncias que dominam esse jogo. O *poder ver* institui a disciplina enquanto dispositivo que obriga pela vigilância. O *acampamento militar* é a estrutura base deste sistema de vigilância. Na tecnologia que organiza a sua disposição espacial, na *arquitectura* em que as tendas são dispostas, assim como os corredores entre elas, “tudo se dispõe para o desenho da rede dos olhares que se controlam uns aos outros”¹⁰⁰. O hospital, operador terapêutico; as escolas, operadores de adestramento ou as fábricas que, substituindo a organização das oficinas, integram a vigilância no próprio processo de produção, transporiam para si o mesmo modelo e ilustrariam no conjunto a primeira mudança de paradigma que a sociedade disciplinar funda: do princípio do enclausuramento e da espessura onde os controlados são encerrados, passa-se para o princípio do cálculo das aberturas, das passagens e das transparências onde os controlados, em aparente liberdade, são

⁹⁸“Les Moyens du Bon Dressement” em Michel Foucault, *Surveiller et Punir*, 1975 (Paris: Gallimard, 1998, pp. 200 - 227)

⁹⁹Cf. *Ibid.*, p. 201.

¹⁰⁰Cf. *Ibid.*, p. 202.

vigiados. A nova arquitectura instrumentalizada e funcional já não é para ser vista – como o fausto dos palácios - nem para vigiar o espaço exterior – como a geometria das fortalezas. A nova arquitectura é, inversamente, para passar despercebida e para vigiar o interior. Estamos, assim, perante um poder disciplinar que se auto-sustenta por ele próprio produzir poder. Além disso, o poder da vigilância é *indiscreto* por estar em todo o lado e nada ficar à sombra e, ao mesmo tempo, *discreto* pois funciona permanente e silenciosamente ao ponto de fazer os observados esquecerem-se dele. Além da produção de um microscópio de comportamento, promovem-se as condições técnicas para uma maquinaria de controlo mais eficaz:

Graças às técnicas de vigilância, a «física» do poder, a dominação sobre o corpo efectua-se segundo leis de óptica e de mecânica, segundo todo um jogo de espaços, de linhas de ecrãs, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência.¹⁰¹

O segundo instrumento disciplinar é a *sanção normalizadora*. Considerando que “na essência de todos os mecanismos disciplinares funciona um pequeno mecanismo penal”¹⁰², Foucault considera que o modelo penal das disciplinas, ainda que paralelo ao modelo penal judicial dos tribunais¹⁰³, constitui-se por uma maneira específica de punir, sendo um modelo reduzido deste primeiro referido. É que a disciplina distingue-se por ocupar um espaço deixado vazio pelas leis e por abranger um conjunto de comportamentos que passa indiferente aos grandes sistemas de castigo. Assim, na lógica da microfísica do poder, das suas manifestações infinitesimais, das suas expressões mais atomistas, a disciplina serve-se da *micropenalidade* que, quer seja do tempo (atrasos, ausências), da actividade (desatenção, negligência), da maneira de ser (má educação, desobediência), dos discursos (insolência), do corpo (gestos pouco correctos) ou da sexualidade (indecência),

¹⁰¹Cf. *Ibid.*, p. 208.

¹⁰²Cf. *Ibid.*, p. 209.

¹⁰³A penalidade disciplinar apesar de, pela sua especificidade, se distinguir da penalidade judicial, inspira-se nos principais fundamentos clássicos desta segunda, visto que também implica leis próprias, especifica delitos e, consequentemente, comportamentos reprovados, determinando formas particulares de sanção que serão mediadas através de instâncias de julgamento próprias.

recorrendo desde pequenas humilhações até ao castigo físico, procura sempre “tornar penalizáveis as fracções mais ténues da conduta e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do sistema disciplinar”¹⁰⁴. A finalidade deste minucioso sistema de vigilância disciplinar e penal concretiza-se no controlo dos *desvios*, naquilo que, por mais indiferente ou irrelevante que pareça, se afasta da regra, da norma, da normalidade e que, portanto, ao não ser desejável para o funcionamento das instituições, não é normal, não é ortodoxo, o que implica que tenha de ser corrigido, tenha de ser normalizado.

É neste ponto que se introduz a segunda mudança de paradigma: os castigos, isto é as penalidades, já não se baseiam na força física mas são dóceis, são correctivos, em função da emenda dos desvios. Já não se trata de uma vingança da lei, mas sim da sua insistência redobrada com vista à expiação, ao arrependimento e, mais importante, ao *adestramento*, ao exercitar e aprender a fazer ou a agir como se deveria ter feito ou agido, de forma a se corrigir o desvio. Esta nova instrumentalização do castigo e da penalidade resulta no sistema de *gratificação-sanção*. Em substituição do critério binário do permitido e do proibido que constitui a essência da penalidade judicial, o sistema de *gratificação-sanção* serve-se do critério do bom e do mau – do aprovado e do reprovado, do melhor e do pior, do normal e do desviante, do ortodoxo e do heterodoxo – para arquitectar uma qualificação dos comportamentos e a sua quantificação numa economia ou contabilidade penal traduzida em números. Toda esta prática organizada leva à diferenciação e à hierarquização não só dos actos dos indivíduos mas da própria natureza dos indivíduos que passam a ser conhecidos mediante a observação vigilante e a categorização dos seus actos em bons e maus. Os maus, os “anormais”, são normalizados através do adestramento ou da sanção até se tornarem correctos. A diferenciação dos indivíduos segundo as classificações tem assim um duplo papel: por um lado, “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências, as aptidões”¹⁰⁵; por outro lado, castigar e recompensar, corrigindo. Como explica Foucault:

O poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os

¹⁰⁴Cf. Foucault, *Surveiller et Punir*, p. 210.

¹⁰⁵Cf. *Ibid.*, p. 215.

níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras.¹⁰⁶

O terceiro instrumento, o *exame*, ao combinar as técnicas da “hierarquia que vigia e da sanção que normaliza” concretiza o projecto do modelo disciplinar:

O *exame* é um controlo normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.¹⁰⁷

O conhecimento e o saber como operadores do poder, tal como referimos atrás, constituem a modo de funcionamento do dispositivo do exame. Desde o seu uso na psiquiatria, na pedagogia, na medicina ou no trabalho, como elemento para a contratação de mão-de-obra,

O exame “nos seus métodos, nas suas personagens e nos seus papeis, nos seus jogos de perguntas e respostas, nos seus sistemas de notas e classificações” *pressupõe* “um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício de poder.”¹⁰⁸

Daí advém a ritualização de que se reveste o exame enquanto sistema que concentra duas funções: medir e observar e, simultaneamente, punir.

Neste quadro, as técnicas do dispositivo do exame prefiguram mais uma mudança de paradigma que, ao desdobrar-se em três aspectos, desenvolve e concretiza os dois novos paradigmas já apresentados da sociedade disciplinar em relação às práticas de vigilância e controlo. O primeiro aspecto é referente ao facto de o exame inverter a economia da visibilidade do poder pois já não é o poder que é visto mas são os súbditos que estão constringidos a serem vistos. O segundo aspecto relaciona-se com o facto de o exame fazer a individualidade entrar num

¹⁰⁶Cf. *Ibid.*, p. 216.

¹⁰⁷Cf. *Ibid.*, p. 217.

¹⁰⁸Cf. *Ibid.*, p. 218.

campo documental pois a organização dos dados que resulta da sua aplicação permite a formação de um arquivo detalhado e minucioso sobre os comportamentos individuais. Além do indivíduo se transformar num objecto descritível analisável – não em termos naturalistas mas nos termos das relações de poder –, as estruturas de poder dispõem da possibilidade de ter um sistema comparativo dos indivíduos. O terceiro aspecto deriva deste último: cada indivíduo transforma-se num *caso*, num “objecto para o conhecimento” e numa “tomada para o poder”. Na relação de alimentação mútua entre poder e saber, os indivíduos tanto são o objecto e as engrenagens dessa relação como o seu próprio efeito.

Através destes três instrumentos, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame, activa-se a tecnologia disciplinar que determina a sociedade moderna. O novo poder anónimo e funcional opera também um novo processo de individualização que já não tem por base a heroificação ascendente e ritualista da individualidade, mas a sua objectivação descendente e disciplinar assente na vigilância e na diferenciação. A individualização far-se-á, então, mais pelos desvios do que pelas proezas. O poder disciplinar é mais desconfiado, humilde e subtil do que triunfante. A ideia de o poder não ser negativo mas produtivo, reforça-se novamente. A disciplina não constrange ou amputa os indivíduos num sentido redutor, reduzindo-lhe as forças. A disciplina exercita-os, adestra-os e fabrica-os cuidadosamente, ligando e multiplicando as forças num todo organizado de modo a impor a adequação dos indivíduos às estruturas de poder. Conclui Foucault:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objectos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter originam-se nessa produção.¹⁰⁹

¹⁰⁹Cf. *Ibid.*, p. 227.

3.3 O Panóptico de Bentham como Teoria da Vigilância

A técnica ou o aparelho tecnológico que fundamentam e concretizam a “anatomia política” da *sociedade disciplinar* é, segundo Foucault, o Panóptico, o mecanismo arquitetural de Jeremy Bentham. A sua descrição é conhecida:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sob a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; estas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado.¹¹⁰

A contraluz dos prisioneiros nas celas faz com que baste apenas um observador na torre central para vigiar todos os prisioneiros individualizados nas celas, sempre susceptíveis de serem vistos e impossibilitados de algum vez poderem ver.

Contudo, o Panóptico é mais do que um simples e eficaz programa técnico. O Panóptico, *o olho do poder*, constitui um processo político, uma utopia de poder que funda a sociedade disciplinar assente no “princípio da visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas a partir de um olhar centralizado” footnote Cf. Michel Foucault, “L’Oeil du Pouvoir,” em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979* (Paris: Gallimard, 1994, pp. 190 - 207): este centro que tanto é o local de exercício do poder como o lugar de registo do saber. A arquitetura do Panóptico tem o poder de “induzir no detido um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”¹¹¹. O funcionamento desta estrutura técnica revoluciona o preço ou o custo económico mas, sobretudo político, do exercício do controlo. Quando a violência exercida no controlo dos indivíduos é muito elevada, o risco de se provocarem revoltas é-lhe proporcional. Por outro lado, se a intervenção de vigilância for descontínua, surge o risco de permitir o de-

¹¹⁰Cf. *Ibid.*, p. 233.

¹¹¹Cf. Foucault, *Surveiller et Punir*, p. 234.

envolvimento, nos intervalos, de fenómenos de resistência e de obediência, os quais têm um custo político muito grande¹¹². O Panóptico vem anular estas duas contingências ao criar um controlo totalizante e contínuo que na sua descrição é interiorizado e esquecido.

Nos seus objectivos de *normalizar* o indivíduo, de o fazer interiorizar a culpa e os remorsos, o Panóptico impõe a norma, aquilo que a disciplina vertical fixa, anulando a possibilidade do desvio, neutralizando a multiplicidade, a heterodoxia e todas as suas conjunções horizontais de contrapoder. Assim, o seu funcionamento e os seus efeitos enformam a mecânica da *sociedade disciplinar*. O par ver/ser visto é dissociado pois cada um nas celas é visto mas não vê em ordem inversa ao observador e ao poder que vê tudo mas não é visto. A vigilância é, e pode desta forma sê-la, contínua nos seus efeitos mas descontínua na acção. O poder que o Panóptico induz é tal que o indivíduo vigia-se e controla-se a si mesmo por si mesmo numa aplicação própria e espontânea da ordem sem o fardo da coerção pela força. Reduz-se ao máximo a preocupação com a punição e os esforços passam a estar centrados numa lógica antecipatória direccionada para os sujeitos não chegarem a prevaricar. A consciência da vigilância e a indução de poder que ela representa anula a capacidade de fazer o mal. A derradeira interiorização desta subordinação resulta no efeito de se anular o pensamento, o desejo, a necessidade ou a possibilidade do desvio. O poder automatiza-se e individualiza-se e o essencial não é quem o exerce, não é o soberano, mas a própria tecnologia a operar por si própria. O Panóptico, ao individualizar os indivíduos na permanente observação e constante registo também é, então, capaz de os analisar singularmente e até de lhes modificar o comportamento, de os adestrar e de os fabricar em relação útil ao poder. “O poder, mesmo tendo uma multiplicidade de homens a gerir, é tão eficaz como se se exercesse sobre um só”¹¹³ e a tecnologia do Panóptico passa a ser laboratório, fábrica e táctica desse poder, um poder que se torna o menos custoso possível, tanto a nível económico como político. Um poder que tem os seus efeitos o mais eficientes possível. O Panóptico está, então, na base da *sociedade disciplinar* de Foucault como programa técnico e político, mas afirma-se

¹¹²Cf. Foucault, “L’Oeil du Pouvoir.”

¹¹³*Ibid.*

como um modelo ideal, como uma teoria geral de organização e de eficiência de uma qualquer sociedade de vigilância.

3.4 O Paradigma Biopolítico: do Controlo do Corpo ao Controlo da Vida

Tanto os princípios operadores da *sociedade disciplinar*, que segundo Foucault se estabelece nos séculos XVII e XVIII, como os efeitos da tecnologia do Panóptico têm como principal objecto de aplicação o corpo, isto é, o corpo humano e individual enquanto máquina, enquanto matéria transformável e normalizável, corrigível e produtora. Este poder centrado sobre o corpo manifesta-se, em primeiro lugar, em

todos os procedimentos através dos quais se assegura a distribuição espacial dos corpos (a sua separação, o seu alinhamento, a sua colocação em série e em vigilância) e a organização em torno destes corpos individuais, de todo um campo de visibilidade.¹¹⁴

As disciplinas exploram o corpo na medida em que as técnicas utilizadas são aplicadas no sentido do desenvolvimento das suas aptidões e das suas forças, na correcção das anormalidades, na sua formatação para o mais útil e eficiente aproveitamento. Em suma, na *produção* de um corpo ajustado às necessidades dos vários sistemas de poder. Por fim, o corpo é tomado pelo poder no âmbito da redução e da racionalização de custos económicos e políticos que referimos, através de

todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspecções, de escrituras, de relações: toda esta tecnologia que podemos chamar tecnologia disciplinar do trabalho.¹¹⁵

Porém, a relação do poder para com o corpo humano conhecerá ainda, segundo Foucault, um paradigma mais avançado. Depois das disciplinas, que já tinham sucedido às práticas de poder da soberania

¹¹⁴Cf. Foucault, *Il Faut Défendre la Société - Cours au Collège de France*, 1976, p. 215.

¹¹⁵Cf. *Ibid.*

jurídica, surge uma nova tecnologia de poder, que integra as disciplinas mas transforma-as; uma tecnologia que já não actua tanto no corpo individual como máquina mas sobretudo no corpo humano como espécie: o paradigma biopolítico. Este novo exercício tecnológico do poder, que Foucault localiza na segunda metade do século XVIII, atribui uma dimensão política à vida e, correlativamente, a política torna-se biológica. Na implicação mútua do *bios* com o político, já não se trata do governo individual de cada célula da sociedade, mas do governo do conjunto dos vivos de uma população. Os fenómenos particulares como a morte ou a loucura passam a ser encarados numa nova racionalidade em termos de grandes fenómenos biológicos, passíveis de serem regulados e controlados, como a mortalidade ou a exclusão da anomalia:

A nova tecnologia que toma lugar dirige-se à multiplicidade dos homens, mas não tanto enquanto eles se resumam em corpos, mas sobretudo que ela forme, ao contrario, uma massa global, afectada de processos de conjunto que são próprios à vida (...). Assim, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se faz sobre o modo de individualização, há uma segunda tomada de poder que, não é individualizante mas que é massificante.¹¹⁶

O controlo desenvolvido pelo paradigma biopolítico passa, então, a ser exercido na regulação da natalidade, da mortalidade, da esperança de vida, da doença, da higiene pública, da velhice, dos acidentes, das anomalias ou incapacidades biológicas, das raças, da própria relação entre a espécie humana e o seu meio de existência, o seu *habitat*, e também na centralização da informação e na normalização do saber. Os fenómenos biológicos da vida humana – à partida apenas dependentes das próprias condições naturais do Homem e, num segundo grau, dos instrumentos técnicos que tem ao seu dispor – são considerados na sua utilidade política e a sua transformação passa a ser vista como efeito da tecnologia poder-saber.

É neste sentido que se opera uma inversão no que toca à relação do poder com a morte e com a vida. Para a teoria clássica da soberania, *o poder faz morrer e deixa viver*. Para o paradigma biopolítico,

¹¹⁶Cf. *Ibid.*, p. 216.

o poder “faz” viver e “deixa” morrer. Face ao poder desequilibrado do soberano, sempre exercido do lado da morte e apenas efectivado no momento em que matava, no momento em que exercia o seu direito sobre a vida, o biopoder está permanentemente activo na regularização de todos os aspectos da vida humana. A sua preocupação não é o acto de matar mas de, primeiro através da “fabricação” de indivíduos pelas disciplinas e depois através do controlo dos fenómenos biológicos, adaptar a vida aos modelos económicos vigentes e à normalização imposta pelo poder. Entre as técnicas utilizadas pelo biopoder no seu desenvolvimento na segunda metade do século XVIII, Foucault destaca os primeiros estudos demográficos e estatísticos, as políticas natalistas e os “esquemas de intervenção nos fenómenos globais de natalidade”. Mas também, na génese do que viria a ser o grande campo da *medicina social*¹¹⁷, as rigorosas medidas de controlo das epidemias, um perigoso factor de subtracção de forças e de energias, com conseqüente enfraquecimento da mão-de-obra operária e possíveis custos na produção.

Numa das suas apresentações do conceito de biopolítica no Collège de France, Michel Foucault aponta três elementos definidores deste paradigma de exercício do poder. O primeiro elemento é o surgimento da noção de *população*. Este novo corpo que determina a biopolítica já não é nem a sociedade ou o corpo social do direito e da teoria clássica da soberania, nem o corpo individual da sociedade disciplinar. O poder, no seu exercício, ao considerar a noção de população, considera um “corpo múltiplo, corpo a um número de cabeças, se não infinito, mas pelo menos não necessariamente numerável”¹¹⁸. Para o poder, a população é, então, um problema simultaneamente científico e político, cujas características de fenómeno de massa devem ser reguladas em termos de dimensão, de estrutura ou de constituição.

O segundo aspecto refere-se ao facto de os fenómenos biológicos e colectivos aos quais a biopolítica se dirige, como a natalidade ou a higiene pública, serem fenómenos marcados pela aleatoriedade, pela imprevisibilidade e por se desenvolverem em duração. Todavia, estes fenómenos guardam esta aleatoriedade e imprevisibilidade, sobretudo,

¹¹⁷Cf. Michel Foucault, “La Naissance de la Médecine Sociale,” em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979* (Paris: Gallimard, 1994).

¹¹⁸Cf. Foucault, *Il Faut Défendre la Société - Cours au Collège de France*, 1976, p. 218.

se forem considerados isoladamente. A racionalidade que a biopolítica opera é, ao considerar estes fenómenos em termos de massa num nível colectivo, apurar as constantes, apurar as circunstâncias que, no conjunto, são comuns a vários casos isolados e se vão repetindo, podendo-se estabelecer tipos de padrões de contingências, relativamente, estáveis. Assim, apesar de aleatórios e imprevisíveis, por se desenvolverem em duração e serem organizados a partir das suas constantes, estes fenómenos permitem que sejam tomados como fenómenos em série.

O terceiro aspecto é um efeito deste segundo aspecto: perante as características dos fenómenos biopolíticos, os mecanismos reguladores de saber e de intervenção do poder passam a estar assentes em sistemas de medidas globais, de estimativa estatística, de previsão e de antecipação. O objectivo, mais do que conhecer as características de cada fenómeno ou determiná-lo individualmente, é modificá-lo no seu sentido global, no seu sentido mais primário, seja na estimulação da natalidade, seja na exclusão daqueles que têm mais probabilidades de vir a cometer crimes, de modo a, assim, reduzir a mortalidade. Como explica Foucault em relação às técnicas que estão implicadas neste processo:

Trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nesta população global com o seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostásia, assegurar compensações; isto é, instalar mecanismos de segurança em torno desta aleatoriedade que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar um estado de vida.¹¹⁹

O horizonte final da biopolítica, que aqui se assume como o primeiro grande paradigma de uma sociedade de controlo, é regularizar a própria vida humana. As disciplinas constituíram uma anatomia-política de acção sobre o corpo individual, na maximização ou na extracção das forças humanas, na formatação e na fabricação dos indivíduos, tal como são os efeitos do Panóptico. A biopolítica, ainda que não deixe de integrar estas técnicas, transforma-as num novo objectivo: não apenas a acção sobre o corpo individual, mas a *regulação* do corpo populacional e dos seus fenómenos biológicos. Numa perspectiva mais geral, será a

¹¹⁹Cf. *Ibid.*, p. 219.

norma a operar esta articulação. A norma, ao organizar uma prática produtiva, um sistema de organização espacial ou um sistema de vigilância, controla a ordem disciplinar do corpo. Mas é também a norma que, ao trabalhar no perfil demográfico de uma população ou ao estabelecer critérios de intervenção numa doença contagiosa, controla os eventos aleatórios da multiplicidade biológica. A biopolítica integra e transforma as disciplinas, formando uma sociedade de normalização¹²⁰ que, apesar de ser sempre uma acção sobre o corpo¹²¹, já não se trata tanto de o adestrar ou disciplinar individualmente, mas antes de constituir uma tecnologia de seguros, uma tecnologia reguladora, uma tecnologia de segurança.

A biopolítica é, então,

uma tecnologia que reagrupa os efeitos de massa próprios a uma população, que procura controlar a série de eventos de risco que se podem produzir numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade, e em todo o caso compensar os efeitos. É uma tecnologia que visa (...) a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos.¹²²

É, justamente, no seio desta dimensão estatística e antecipatória da biopolítica que surgem os alicerces do que se veio a estabelecer como o *estado securitário*. A *gouvernementalité* biopolítica, isto é, o modo específico como o poder é exercido, assenta no eixo segurança – população – governo¹²³. A engenharia social que se começa a desenhar com a biopolítica onde a vida entra no domínio dos cálculos explícitos e da organização quantitativa como forma de estabelecimento da ordem e da

¹²⁰Cf. *Ibid.*, p. 225.

¹²¹A sexualidade é um dos exemplos dados por Foucault para ilustrar que a acção, tanto da disciplina como da biopolítica, é sempre sobre o corpo humano, ainda que de acordo com as perspectivas relativas a cada uma. Tomando este exemplo, as disciplinas penalizaram a repressão da masturbação infantil porque era inútil e desviante para o formato de produção industrial. A biopolítica intervém na sexualidade em geral, considerando-a como um instrumento para estimular ou diminuir a natalidade.

¹²²Cf. Foucault, *Il Faut Défendre la Société - Cours au Collège de France*, 1976, p. 222.

¹²³Cf. Michel Foucault, “La Gouvernementalité,” em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979* (Paris: Gallimard, 1994, pp. 635 - 657)

normalização, assim como da prevenção do risco, constitui a génese do *pacto de segurança* que se veio a impor nas sociedades ocidentais da segunda metade do século XX. O estado securitário funda-se, como refere Foucault, no adágio “vós estais seguros”, “seguros contra tudo aquilo que pode ser incerto, acidental, perigoso, arriscado”¹²⁴. A regulação dos fenómenos biológicos não é mais do que este derradeiro esforço para uma segurança total em que, por tudo ser conhecido, quantificado e normalizado no binómio *poder-saber*, nada deve ser imprevisível e tudo tem de estar de acordo com a fabricação operada pela norma. Para Foucault,

O Estado que garante a segurança é um Estado que está obrigado a intervir em todos os casos em que a trama da vida quotidiana é afectada por um evento singular, excepcional¹²⁵.

A *gouvernementalité* biopolítica promove, assim, o desenvolvimento da observação estatística e da construção de índices ou probabilidades, da produção de grelhas de descrição do social, do cálculo de médias e investigação de regularidades que induzem sistemas de interpretação justificadas pela ciência e pelos números. A taxinomia biopolítica gerará, num último grau, um sistema que, assente em dispositivos de saber, produzirá efeitos de verdade e de interpretação do mundo. O modelo interpretativo da delinquência associada a categorias étnicas ou raciais é o exemplo da construção de um sistema legitimado política e quantitativamente que move os meios de intervenção do poder. Os meios de vigilância são, então, direccionados para um fenómeno de alerta que exige um plano técnico adequado.

Tudo o que foge à norma e à ortodoxia – isto é, que não é constante e não está em série relativamente ao conjunto dos fenómenos que são quantificados e definidos como padrão – deve ficar sob desconfiança, sob aviso, sob vigilância, sob controlo. Os sujeitos controversos, aqueles sobre os quais reina a incerteza, devem ser objecto de análise e vigilância para que se opere a sua regulação. Gera-se, assim, uma

¹²⁴Cf. Michel Foucault, “La Sécurité et l’État,” em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979* (Paris: Gallimard, 1994, p. 385)

¹²⁵Cf. *Ibid.*

economia de ilegalidades e de desvios, uma racionalidade política de gestão de riscos, uma criminologia da vida quotidiana e uma concepção quantitativa da sanção.

Porém, as formas de intervenção para a manutenção da ordem, cujo carácter será sempre excepcional, não devem parecer à população como uma repressão ou um excesso de poder, nem, por outro lado, como uma arbitrariedade. Pelo contrário, essa intervenção deve assumir o espírito da disponibilidade do Estado, da sua solicitude omnipresente, sempre disposta a resolver e a eliminar qualquer coisa diferente ou extraordinária que possa surgir¹²⁶.

Sobre a possibilidade desta *gouvernementalité* constituir uma forma de totalitarismo, mesmo que implícita, na medida em que o poder define um tipo de comportamento ou um grupo social como perigosos para o conjunto da população, Foucault responde que “a vocação do Estado é ser totalitário, isto é, em última instância, fazer um controlo preciso de tudo”¹²⁷. Os regimes totalitários do século XX haviam de levar este preceito a nível extremo pondo em prática a eliminação do perigo biológico, categoria na qual os judeus foram integrados pelo nazismo. A morte do anormal foi considerada uma condição de existência da segurança da população.

Mas é, sobretudo, quando a biopolítica é exercida de uma forma mais subtil e dócil, menos violenta, que a sua eficácia conhece uma verdadeira expressão. Revolucionando o controlo descontínuo dos regimes soberanos e reduzindo o seu carácter oneroso, a vigilância e o controlo da biopolítica estão centrados na maximização dos efeitos de poder e da sua eficiência e, conseqüentemente, na minimização dos custos. A eliminação do risco político e do acaso, patente na exclusão dos desviantes e dos anormais, foi o primeiro passo na génese da sociedade de con-

¹²⁶Cf. *Ibid.*

¹²⁷Cf. *Ibid.*, p. 386. Relativamente a esta afirmação de Foucault de que “a vocação do Estado é ser totalitário”, dada numa entrevista a Jean-Pierre Barou e a M. Perrot, e apesar de reconhecermos o sentido em que a usa neste contexto, não deixamos de vislumbrar uma recuperação oportuna do hobbesianismo ou até uma certa incongruência do filósofo francês. É que toda a sua ciência política de Foucault é construída sob a negação da teoria soberana do poder – teoria hereditária do pensamento de Thomas Hobbes que justifica o monopólio do Estado – e sobre a afirmação da microfísica do poder, em que, como estamos a ver, o Estado é apenas mais um poder que até se constitui pelas práticas dos micropoderes.

trolo. Um controlo que está ao serviço de uma sociedade plenamente normalizada, isto é, uma sociedade em que se asseguram os dispositivos técnicos para que as normas se interiorizem e sejam cumpridas e na qual, portanto, nada é anormal. São estes, no fundo, os dois lados da normalidade, da normalização. É nesta *gouvernementalité* que, levada à perfeição, nada se opõe ao poder e, também, já nada apela à consciência crítica dos indivíduos, pois eles mesmos são efeito e transmissão do próprio poder que os domina.

4 Mudanças de Paradigma nos Meios de Vigilância: os Dispositivos Digitais de Controlo

Qualquer caminho que se tome, temos o telecrã diante de nós. George Orwell

4.1 Tecnologia Digital: Mutações e Características

Como foi referido nos dois primeiros capítulos deste ensaio, a Técnica na sua forma mais primária tem, na sua essência, uma dimensão antropomórfica de prolongamento das capacidades, fisiologicamente limitadas, de produção ou de transporte do Homem. A evolução técnica desenvolveria esta dimensão, resultando numa mecânica generalizada a todos os aspectos da vida e assente em operações de força e energia, isto é, em efeitos de acção e de movimento sobre objectos ou corpos, numa perspectiva materialista. As revoluções industriais reforçariam esta dimensão materialista com a concentração de esforços e de métodos para a produção de objectos físicos em função da abundância de produtos.

No entanto, a Técnica que se desenvolve na segunda metade do século XX desenvolve uma natureza diferente. O paradigma cibernético – fundado no estudo das relações entre a informação/controlo de máquinas electrónicas e concretizado na fusão da informática computacional com as telecomunicações – marcará a evolução técnica contemporânea, resultando em dispositivos tecnológicos cuja essência assenta na informação codificada digitalmente. As valências da nova Técnica já não estão tão centradas na potência física e na produção de objectos, mas na produção de informação numérica que pode ser transmitida e arquivada em vários dispositivos numa malha interconectada e fisicamente incontornável. O que se constituiu como a *rede* é este espaço virtual constituído por todos os dispositivos electrónicos que, devido à sua interacção, não detêm uma verdadeira dimensão concreta apenas por si e desenvolvem-se numa dinâmica invisível e imaterial. A rede técnica que torna a sociedade cada vez mais *transparente* é, afinal, *intransparente*, não transparece e não reflecte a luz que progressivamente vai anulando os espaços de sombra, a privacidade dos indivíduos. Do conjunto

destes aspectos, destacamos as primeiras três grandes características da Técnica actual aqui consideradas: é digital, está em interconexão e é invisível.

Por outro lado, a nova dimensão numérica da Técnica, pela sua abstracção, e o seu distanciamento em relação à medida antropomórfica introduzem um desfasamento entre os processos técnicos e os processos humanos. A Técnica, por um lado, funciona à margem do conhecimento vivencial do Homem e, por outro lado, opera segundo as suas próprias lógicas de acordo com protocolos electrónicos programados para se sustentarem autonomamente e desenvolverem faculdades de inteligência artificial. Assim, a Técnica do presente, na sua quarta característica aqui considerada, é autónoma e funciona, cada vez mais, numa lógica de menor dependência do Homem.

Como quinta característica, a Técnica tem efeitos imprevisíveis, tal como Ellul já predissera. Os processos técnicos não são neutros e têm efeitos próprios que não se resumem apenas aos fins que os decisores lhes atribuem ou lhes supõem. A utilização da tecnologia digital produz efeitos originais e por vezes inesperados que ultrapassam ou, por vezes, se desviam das expectativas iniciais. Consequentemente, a Técnica do século XXI agudiza e concretiza algumas das considerações dos filósofos críticos da Técnica. O *sistema* técnico actual enforma as tendências opressoras de uma Técnica que, em autonomização, impõe homogeneamente o domínio da sua linguagem e dos seus processos, implantando a medida quantitativa dos algoritmos e dos processos numéricos, ameaçando a heterodoxia criativa do homem simbólico.

Ao longo deste capítulo procuramos descrever os novos dispositivos actuais de vigilância naquilo que trazem de inédito e na forma como podem reflectir as características, atrás referidas, do *sistema* técnico actual.

A descrição destes novos dispositivos subentende uma contraposição, em termos de evolução, em relação ao conjunto das formas tradicionais de vigilância, isto é, em relação àquelas que não dependem da tecnologia electrónica, entre as quais se incluem desde a observação e a audição simples, as técnicas de espionagem, os recenseamentos, as entrevistas e os inquéritos de âmbito médico, financeiro, de segurança social ou de recrutamento, até às estruturas físicas como as torres de vigia ou as disposições espaciais de uma cidade ou de um acampamento

militar, passando, claro, por todas as técnicas particulares das disciplinas, na forma dos procedimentos e dos dispositivos de saber postos em prática pela psiquiatria, pela medicina, pelo ensino, pelo exército ou pela criminologia.

Considerando a actualização ou a alteração radical das características destas formas clássicas de controlo, a reflexão nos novos dispositivos electrónicos, que substituem as antigas formas, será também a reflexão sobre as novas tecnologias que o poder pode assumir e activar para o controlo, político ou comercial, dos indivíduos.

4.2 Bases de Dados: o Coração do Controlo pela Organização Informativa

No conjunto das inovações tecnológicas desenvolvidas pela informatização digital, a constituição das bases de dados electrónicas virá funcionar como o coração articulador da estrutura cibernética de controlo. Derivadas dos livros ou das tabelas de registos, as bases de dados electrónicas revolucionam o sistema clássico de armazenamento de informação, ainda, paradigmaticamente, patente nos cento e oitenta quilómetros de dossiês soviéticos, da monitorizada Alemanha de Leste, descobertos depois da queda do Muro de Berlim¹²⁸.

A evolução e a especificidade técnica das bases de dados reside no seu próprio suporte: apenas os meios informáticos e computadorizados têm capacidade de armazenamento para quantidades praticamente infinitas de informação, uma capacidade que permite simultaneamente processar e organizar essa informação, permitindo, assim, a sua instrumentalização ao garantir tanto a navegação e o acesso a ela como o cruzamento com vários suportes informáticos ou entre os dados da própria informação. A revolução que constitui o desenvolvimento das bases de dados assentará na articulação das suas características inéditas. A *recolha* de informação detalhada relativa aos indivíduos: nome, lugar e data de nascimento, ascendência familiar, descrição física, actividades, histórico de habilitações e profissional. A *classificação* da informação e a sua *indexação*. Em relação a esta valência, os sistemas

¹²⁸Cf. Éric Sadin, *Surveillance Globale - Enquête sur les Nouvelles Formes de Contrôle*, 2009 (Paris: Climats, 2009, p. 110)

electrónicos de dados têm desenvolvido potencialidades para uma classificação e uma organização automáticas da informação, naquilo que foi definido como *data mining*. Este agenciamento electrónico, baseado em algoritmos, consiste na extracção de padrões através do cruzamento “inteligente” de dados de modo a apurar automaticamente constantes e assimetrias, estruturas escondidas ou relações subtis entre as massas de dados. No fundo, trata-se da descoberta automatizada e técnica de *saber* a partir de uma grande quantidade de dados. Por fim, como terceira funcionalidade, o *arquivamento* quase infinito da informação que, devido às potencialidades de classificação, é feito em função de um uso estruturado e adaptado às necessidades e às circunstâncias, tanto das contingências políticas como das ofertas comerciais. Todas estas características são operacionalizáveis pelo facto de a informação qualitativa que é recolhida ser codificada em dados numéricos, o que permite um tratamento económico, universal e inteligente dos dados:

A estrutura numérica autoriza não apenas uma optimização em termos de gestão de volumes e de rapidez de tratamento, mas permite igualmente funcionalidades aumentadas: faculdade de *conjugação* entre eles regimes simbólicos distintos; redução indiferenciada de documentos heterogéneos a códigos numéricos (de natureza textual, icónica, sonora); *duplicação* de dados em função dos softwares utilizados; identificação e *marcação* automáticas de informação ou indexação; potência incessantemente crescente de armazenamento sobre discos duros.¹²⁹

As bases de dados electrónicas podem, assim, ser definidas como:

Massas de informações sob forma de códigos numéricos, armazenados sobre discos duros fechados ou sobre serviços conectados, classificados segundo categorias indexadas e oferecendo modalidades de acesso estruturadas.¹³⁰

Desde a instrumentalização de pequenas tecnologias como a implementação de chips, as bandas magnéticas, os códigos de barras, passando pelas fichas da segurança social, os dossiês médicos, os cartões

¹²⁹Cf. *Ibid.*, p. 112.

¹³⁰Cf. *Ibid.*, p. 114.

de compras e os cartões de crédito, até aos projectos tecnocráticos dos cartões únicos integrados em sistemas nacionais de identificação, as bases de dados trazem, no reverso das suas vantagens quotidianas, possibilidades inéditas no registo da informação pessoal. Cada indivíduo pode ser identificado com a máxima precisão num aperfeiçoamento taxinómico da sociedade. As potencialidades das bases de dados revolucionam o recenseamento estatal e, enquanto reservatório de informação em interconexão, são o coração de todas as tecnologias de controlo ou vigilância, as quais assentam na recolha de uma informação que apenas se opera se for armazenada e organizada. Em última instância, as bases de dados são o coração do próprio paradigma de controlo assente na informação e no conhecimento.

A partir das suas características técnicas, as bases de dados suscitam implicações em duas esferas de reflexão que aqui consideramos. A primeira é relativa ao impacto na condição antropológica do Homem na actualidade. Da organização quantitativa e objectivada da realidade que a organização das bases de dados impõem, a primeira ideia que decorre é a de que o indivíduo sofre um processo em que é reduzido a códigos e a dígitos. A sua individualidade subjectiva é anulada ao ser integrada como dados, indexados a outros dados, num sistema maciço que permite conhecer individualmente, mas estabelece-se indiferenciadamente como grande conjunto. Os nomes cedem lugar aos números de série e as características pessoais transformam-se em índices e variáveis. No governo estatístico do real, na interpretação da sociedade pelos seus perfis numéricos, a percepção do mundo começa cada vez menos a ser feita pela representação e mais pela quantificação. Por outro lado, a própria dimensão física dos indivíduos e a sua representação no espaço é substituída pela dimensão virtual dos perfis quantitativos. Na regulação social, os indivíduos passam a ser agentes incorporais que circulam em redes numéricas configuradas pelas probabilidades e pelas constantes deduzidas através da inteligência artificial. Num outro nível, a desmaterialização dos sujeitos deriva da própria desmaterialização da tecnologia das bases de dados; a sua existência guarda uma dimensão imaterial e invisível que as faz passar despercebidas à percepção sensível. Por comparação com os sistemas de videovigilância, objectos de uma contestação cada vez maior, as bases de dados alimentam os outros

meios electrónicos de vigilância sem se exporem ao olho dos que são controlados.

A segunda esfera de reflexão que consideramos está ligada às implicações no âmbito do poder e dos sistemas de dominação, quer políticos, quer económicos. A relação do poder com o corpo social está indissociavelmente ligada ao estabelecimento de ficheiros. Sendo uma das formas mais antigas de controlo do Estado, as valências radicalmente diferentes, que a recolha e o armazenamento de dados assumem actualmente, reforçam a gestão racionalizada da entidade social, a prevenção de possíveis ameaças e a procura eficaz de suspeitos. Na análise em tempo real, na interpretação das multiplicidades e na identificação de significações, no cruzamento de todos estes elementos, não só a esfera do crime ou do terrorismo são objecto de controlo mas, em caso de abuso ou de uso indevido, também a própria esfera privada, no apuramento de dados que definam comportamentos impróprios ou censurados, mesmo que perfeitamente legais.

As bases de dados, enquanto ponto convergente do controlo contemporâneo, transformam-se numa das maiores materializações dos efeitos de poder visíveis mas inverificáveis, tal como Bentham concebera o sistema Panóptico. Os Estados e as instituições privadas ou empresariais podem, assim, operar uma *datavigilância* que com o espírito, mas com infinitas mais potencialidades, do *exame da sociedade disciplinar* e da *normalização* da biopolítica, permite tecer perfis pormenorizados de cada pessoa quantificando-a, classificando-a, hierarquizando-a, constituindo-lhe uma matriz que tanto pode fundamentar a sua promoção como a sua exclusão. Como considera Zygmunt Bauman, “as bases de dados são um instrumento de selecção, separação e exclusão. Elas filtram o global e removem o local”¹³¹.

4.3 Tecnologias de Intercepção: do Projecto Globalizante ECHELON ao Controlo Localizado

Outro dos domínios técnicos que tem sido colocado ao serviço de dinâmicas de controlo e de monitorização é aquele que é constituído pelos

¹³¹Cf. Zygmunt Bauman, *Globalization: The Human Consequences*, 1998 (New York: Columbia University Press, 1998).

mecanismos de intercepção de comunicações. Enquanto sistema assente, essencialmente, nas potencialidades dos satélites, este agenciamento tecnológico teve a sua primeira grande expressão com o mega projecto ECHELON¹³². Apesar da polémica e do mistério em torno da sua existência, o sistema – criado pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos nos anos 80 em consequência do pacto Ukusa, assinado entre os americanos e os outros países anglo-saxónicos – terá sido a primeira grande rede planetária com capacidades de intercepção de comunicações internacionais por satélite desde conversas telefónicas, SMS, faxes, navegação on-line ou correio electrónico. Através de dispositivos de escuta disseminados por vários países e com ligações a satélites e a bases de dados – que viriam a constituir a *tecnologia de filtragem* – o ECHELON surgiu como um projecto global de controlo totalizante. Apontado, inicialmente, como um projecto direccionado para a espionagem geopolítica e militar do final da Guerra Fria e, também, para a espionagem económica e industrial, as potencialidades de intercepção do ECHELON cedo despertaram preocupações em relação a uma possível extensão dessa espionagem à esfera privada num ímpeto de voyeurismo gratuito que violaria a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção da União Internacional das Telecomunicações. Apesar de algum secretismo em torno do desenvolvimento do ECHELON, o projecto foi posto em prática, inspirando observatórios similares em países europeus ou do Médio Oriente. No entanto, apesar de um sistema como o ECHELON poder interceptar milhares de comunicações por dia e captar até cerca de noventa por cento do tráfego da Internet¹³³, tais quantidades de informação levantam, desde logo, dúvidas em relação às possibilidades de serem analisadas. Os propósitos utópicos de uma cobertura global de intercepção parecem ficar comprometidos na própria concepção do projecto. O excesso de dados e a incapacidade de os analisar torna os efeitos do sistema aleatórios e incertos, confinados a uma análise demasiado maciça para produzir consequências práticas e reduzidos à minoria da informação analisada. Tal

¹³²Cf. Duncan Campbell, *O Mundo sob Escuta - As Capacidades de Intercepção no Século XXI*, 2001 (Lisboa: Frenesi, 2001).

¹³³Cf. Sadin, *Surveillance Globale - Enquête sur les Nouvelles Formes de Contrôle*, p. 180.

abordagem acaba por comprometer a efectivação do poder de controlo através de uma análise individual e comportamental diferenciada.

Porém, este cenário conhece uma nova tendência quando os poderes da interceptação de informação são aplicados em contextos mais restritos como são os dos círculos empresariais, comerciais, institucionais ou, até, universitários, isto é, em esferas que Foucault consideraria como *micropoderes* ou poderes periféricos. As estratégias de interceptação adquirem os seus contornos mais eficientes nos locais de trabalho para os “legitimados” fins de avaliação e melhoria de performance. Entre as práticas utilizadas encontra-se a escuta de conversas telefónicas, a interceptação de correio electrónico, a visualização em tempo real do ecrã de computador de alguém, a captura de palavras-chave, a instalação de *spywares* ou até a análise de performance através de teclados de computador equipados com captadores, além da introdução de localizadores GPS em veículos ou telemóveis. Promovida como uma vigilância *soft* e transparente em função da produtividade empresarial e do aproveitamento do trabalhador, estes sistemas de interceptação constituem um dos níveis tecnológicos mais ameaçadores dos direitos individuais e mais accionadores de um poder que, apesar de localizado e atomista, é efectivamente totalizante e autoritário nos seus efeitos. Já não se trata de verificar a presença dos trabalhadores nos seus postos de trabalho ou de avaliar a sua prestação em função de objectivos definidos. A nova tecnologia digital de interceptação, sem expor a sua materialidade e sem revelar os seus traços coercivos, tece um controlo permanente e intrusivo em que os factores pessoais e privados são considerados e equacionados na performance e no estatuto do trabalhador.

Ainda no âmbito das tecnologias de interceptação referimos outras duas tecnologias. A primeira é a RFID (Radio Frequency IDentification), a qual opera essencialmente a partir de componentes electrónicos, de microprocessadores, aplicados em objectos materiais que assim podem receber ou emitir frequências de informação para uma antena localizada. O campo de aplicação da tecnologia RFID estende-se a cartões de transportes, a bilhetes de acesso, a embalagens de produtos alimentares, a aparelhos electrónicos, a roupas, a calçado, a livros, a jogos, entre outros produtos idênticos. Mais do que uma evolução do sistema de código de barras, esta tecnologia permite desde a localização em tempo real do objecto até ao acompanhamento do seu estado mate-

rial. A tecnologia RFID constrói então uma análise da *vida dos objectos* e, conseqüentemente, nalguns contextos, dos portadores desses objectos.

A outra tecnologia que aqui referimos é relativa à introdução de componentes electrónicos, não em coisas, mas nos próprios humanos, através dos avanços da nanotecnologia. Enquanto ciência aplicada na introdução de elementos artificiais de escala atómica em órgãos ou tecidos biológicos, a nanotecnologia aplicada ao corpo humano tem os primeiros desenvolvimentos na área da medicina em implantes atómicos que permitem já obter informação sobre determinados fluxos ou emitirem dados que permitem constituir um histórico de determinada doença. A relação da nanotecnologia com as dinâmicas de controlo advém das suas potencialidades enquanto sistema de recolha de informação que, ao poder estar insensível e até desconhecidamente integrado no corpo, poderá permitir uma monitorização absolutamente permanente, capaz de identificação da posição geográfica, do estabelecimento de contactos e, num estado mais avançado, até de estados emocionais. No hipotético avanço de uma nanotecnologia intrusivamente aplicada, o controlo entraria no paradigma do híbrido, de uma matéria bioelectrónica controlada num cenário de “fusão entre corpos, nanoprocessadores e ambientes infiltrados de sensores”¹³⁴.

4.4 Geolocalização: uma Cartografia Inteligente

A tecnologia dos satélites viria a favorecer não apenas as técnicas de interceptação como também a tecnologia da geolocalização. Esta tecnologia é caracterizada pela localização e identificação de corpos ou de objectos – equipados com chips ou outros dispositivos electrónicos – que emitem um sinal a sistemas localizadores ou se tornam visíveis em cartas virtuais de identificação. Em relação ao uso dos satélites para a interceptação de mensagens e de telecomunicações, as funcionalidades dos satélites ao serviço da geolocalização – em grande parte assente no sistema GPS (Global Position System) – funcionam em função do estabelecimento de uma cartografia inteligente, uma dimensão espacial que não se apoia apenas na observação cada vez com mais precisão e em tempo real, mas também, a partir da rede estabelecida com as bases de

¹³⁴Cf. *Ibid.*, p. 198.

dados, na análise e na interpretação das localizações e das deslocações na superfície terrestre de acordo com os perfis estabelecidos dos alvos de controlo. Em 1997 o Chefe de Estado Maior da Força Aérea Americana anunciava o seguinte sobre os avanços da geolocalização:

No início do século XXI, seremos capazes de encontrar, seguir e perseguir, quase em tempo real, qualquer elemento em movimento à superfície da Terra, através de sensores capazes de detectar todas as espécies de vibrações acústicas, gravimétricas, químicas, sísmicas, térmicas, no visível, em infra-vermelhos, em ultra-violetas, em segmentos muito largos de espectro electromagnético, radar, sonar, detectores de anomalias electromagnéticas, sinais hertzianos..., graças à cobertura de satélites e aos poderes de análise em tempo real.¹³⁵

A partir do domínio militar, a geolocalização assente no GPS derivou em múltiplas aplicações quotidianas sobretudo patentes nos equipamentos de navegação de transportes. Esta visão ou este controlo podem ser globais sem que, no entanto, sejam integrais. O principal limite desta tecnologia reside no facto de muitos objectos não terem transmissor que envia a sua posição ou a sua imagem ao satélite e ao servidor.

Mas a expectativa evocada pelo Chefe de Estado Maior americano, a qual parece querer concretizar a ancestral ambição de uma visão divina da Terra a partir do Céu, conhece, desde logo, num nível mais básico, a sua concretização no protocolo Google Earth que, enquanto pioneiro de outros sistemas similares que lhe sucederam, fundou um modo inédito de percepção do planeta:

Mesmo se as informações não são difundidas em tempo real, a técnica posta à disposição de *todos* descobre uma nova forma – *individualizada* – de “panoptismo planisférico”, livre de se «deslocar» e de fazer zoom “acima” do conjunto da Terra.¹³⁶

¹³⁵Cf. *Ibid.*, p. 42.

¹³⁶Cf. *Ibid.*, p. 58.

4.5 Biometria – o Corpo não mente

A biometria é a ciência de cálculo das dimensões dos órgãos humanos. Com origem nos primeiros métodos antropométricos forenses utilizados pelos detectives e pela polícia, a biometria digital vai construir um quadro inédito de análise do corpo humano. Mais do que estabelecer medidas, a biometria actual transforma as características físicas do corpo humano – dedos, mão, cara, íris, retina – em dados numéricos ou séries de códigos binários que podem ser arquivados digitalmente ou combinados com outros dados. Para a eficiência de um processo cujo fim, portanto, já não é tanto o da medição em si mesma, mas o da autenticação e o da identificação de pessoas, os dados recolhidos devem ter as seguintes características:¹³⁷ serem *universais* – existirem em todas as pessoas; serem *permanentes* – apresentarem evolução ao longo do tempo; serem *únicas* – diferenciarem-se de pessoa para pessoa; serem *registáveis* – a informação é captada com consentimento – e mensuráveis – que permitirem uma comparação futura. Entre os processos mais dominantes de aplicação dos métodos biométricos podemos destacar o reconhecimento de impressões digitais e da palma da mão, a análise da íris e da retina, o reconhecimento facial, a configuração de veias, o reconhecimento de voz ou a análise de vários traços biológicos como odores, ADN, saliva ou sangue.

Apesar da origem da biometria estar nas ciências forenses, a sua aplicação actual na vida quotidiana está sobretudo dirigida para o acesso de pessoas a locais ou a determinadas operações. O reconhecimento de uma impressão digital ou a análise da íris garantem uma autenticação única da identidade e anulam os riscos de acesso indevidos através de roubos de chaves ou de usurpações de palavras-chave. O passo final é a própria supressão de chaves, palavras-passe ou códigos de acesso. Estes elementos são o próprio corpo daquele que quer aceder a algo. A partir desta base, a identificação biométrica tem-se estendido a uma multiplicidade de espaços e de objectos, desde aeroportos, empresas e administrações até a automóveis, pen-disk's e discos rígidos.

Ainda assim, a biometria digital guarda e actualiza a sua dimensão forense originária. Porém, com uma substantiva alteração. Em vez de estar centrada na recolha pós crime feita a partir das medidas

¹³⁷Cf. *Ibid.*, p. 164.

da vítima para descodificar o sucedido, a biometria digital concentra-se numa recolha generalizada e permanente *a priori*, numa lógica de fabricação social de suspeitos que pressupõe que qualquer um pode vir a cometer um delito. Por outro lado, para além da identificação simples do sujeito, em que este se “oferece” à máquina de identificação, o campo da biometria tem desenvolvido uma acção dinâmica e inteligente ao combinar, através do recurso a outros dispositivos de controlo, o registo e a análise das trajectórias dos indivíduos, as suas posturas, as suas emissões químicas como a transpiração, outros fenómenos fisiológicos como a temperatura ou ritmo cardíaco ou mesmo emoções faciais. Dentro desta evolução tecnológica, destaca-se o projecto europeu HUMABIO¹³⁸ que combina dados visuais, sonoros e fisiológicos com o fim securitário de detectar e seguir movimentos, trajectórias, atitudes e expressões suspeitas ou o programa SENSATION¹³⁹ que desenvolve micro e nano sensores capazes de controlar, de forma discreta e não invasiva, o estado fisiológico dos indivíduos em termos de atenção, cansaço ou stress.

Assim – para além das suas funcionalidades postas ao serviço de tecnologias de acesso e de identificação que, com a biometria inteligente, constroem um “rasto”, simultaneamente, físico e virtual de cada sujeito, dos seus deslocamentos, das suas acções quotidianas e dos seus estados fisiológicos – a biometria é, também, utilizada no sentido de constituir, através das bases de dados, perfis individuais cada vez mais completos, nos quais a caracterização física é cada vez mais essencial para a interconexão com outros sistemas de controlo como a videovigilância.

Na base da utilização da biometria dentro dos objectivos de controlo e de vigilância está o valor de autenticidade e de fiabilidade do corpo humano na sua representação científica: o corpo não mente, subentendendo-se que os indivíduos, estes sim, podem. No quadro de um *continuum* disciplinar e biopolítico, o corpo humano é considerado como uma matéria para capturar, ler e interpretar através dos algoritmos das bases de dados. A carne é uma superfície informacional, *scanável* e indexável. O corpo é reduzido às suas partes divididas e às respec-

¹³⁸Human Monitoring and Authentication using Biodynamic Indicators and Behavioural Analysis: <http://www.humabio-eu.org/>.

¹³⁹Advanced Sensor Development for Attention, Stress, Vigilance & Sleep/wakefulness Monitoring: <http://www.sensation-eu.org/>.

tivas medidas num estudo quantitativo do ser humano. O corpo enquanto conjunto de dados é, portanto, um corpo des-*subjectivizado*, uma matéria que se decompõe para o governo estatístico do real iniciado pela biopolítica.

4.6 Videovigilância: Automatização e Transparência

A tecnologia que mais parece concretizar a *vigilância*, até de um ponto de vista simbólico, é a videovigilância. No aperfeiçoamento técnico e histórico dos sistemas de controlo, na procura de uma fórmula ideal de observação à distância sem ser visto, no estabelecimento de um sistema capaz de fornecer ininterruptamente imagens, sem exigir a presença física do Homem, com a capacidade de transmissão e comunicação com sistemas de arquivos, a videovigilância assume-se como a derradeira tecnologia desta utopia da ubiquidade e da omnipresença do controlo.

A implementação generalizada dos mecanismos de videovigilância que vigoram actualmente beneficiou de uma combinação de factores no final do século XX. Em primeiro lugar, foi vista como um sistema supostamente eficaz para combater as estatísticas do número crescente de criminalidade e delinquência. Em segundo lugar, veio servir de resposta ao discurso securitário dos estados ocidentais. Em terceiro lugar, este discurso securitário dos governos democráticos ganhou uma nova legitimidade com as ameaças e os actos de terrorismo.

Microcâmaras, circuitos fechados de televisão (CCTV – close-circuit television), câmaras que vigiam as entradas de edifícios, as ruas, as avenidas e os cruzamentos das grandes cidades, câmaras móveis colocadas em veículos ou em meios aéreos como os dirigíveis. A vigilância por vídeo constituiu-se como uma moldura tecnológica com características originais de observação e de registo. A capacidade de zoom ou a possibilidade de focagem em qualquer direcção representam a sua base técnica. No entanto, as suas maiores potencialidades residem nos desenvolvimentos para a *vigilância inteligente*. Apesar do sistema ainda exigir a direcção humana, a videovigilância inteligente tem sido aperfeiçoada para dispor, cada vez mais, de funcionalidades autónomas que dispensam o controlo do Homem. A interconexão, que sustenta a rede dos dispositivos de controlo, liga as câmaras de vigilância a outros sis-

temas e a softwares com possibilidades de análise das imagens e de alerta, a partir de informação já arquivada que pode ser automaticamente associada à que está a ser recebida das câmaras. Esta tendência de automatização da videovigilância desenvolve-se em dois sentidos. O primeiro é o da *análise comportamental*. Através de experimentações empíricas, construíram-se classificações que, ainda com grande margem de erro, permitem já a um sistema de videovigilância detectar traços de nervosismo ou de ansiedade, posturas desviantes ou suspeitas, presenças indevidas ou consideradas demasiado longas num determinado local.¹⁴⁰ Ainda neste sentido, a possibilidade de reconhecimento facial, num sistema capaz de associar em tempo real os dados recebidos com imagens codificadas digitalmente em bases de dados da polícia ou de outros sistemas securitários, representa uma evolução única. O segundo sentido da automatização da videovigilância é relativo à *interpretação automática de imagens*:

Já não se trata da análise comparativa código por código mas da combinação de modelos matemáticos e extracção de dados com vista a realizar uma interpretação da cena.¹⁴¹

Estes desenvolvimentos assentam numa sofisticada codificação das imagens, as quais são decompostas digitalmente em algoritmos que, quando detectados em determinada combinação, oferecem descrições semânticas automáticas da fonte icónica que analisam. Neste campo de desenvolvimento, a empresa multinacional LTU Technologies constitui um dos mais avançados pólos de investigação. O seu slogan é “no cerne dos nossos algoritmos, o nosso ADN da imagem permite que os computadores vejam conteúdo visual tal como os seus olhos vêem”¹⁴².

Em termos gerais, por um lado assistimos à miniaturização dos dispositivos de videovigilância e à sua integração harmoniosa e discreta no ambiente urbano; por outro lado, este sistema de controlo desenvolve uma capacidade cada vez mais sofisticada para o tratamento automático

¹⁴⁰Cf. Sadin, *Surveillance Globale - Enquête sur les Nouvelles Formes de Contrôle*, p. 87.

¹⁴¹Cf. *Ibid.*, p. 89.

¹⁴²“At the core of our algorithms, our "image dna" enables computers to see content like your eyes do”, <http://www.ltutech.com>.

dos dados icónicos e para o seu cruzamento com outros dados e outros suportes.

Assim, o desenvolvimento e a proliferação dos sistemas de videovigilância criaram um novo ambiente técnico e cultural assente na imagem: a imagem das câmaras, a imagem dos ecrãs. Este poder da dimensão icónica do controlo adquire a sua máxima expressão na instalação de câmaras falsas (utilizadas por exemplo nalgumas redes de metropolitano), aparelhos que, apesar do aspecto, não captam qualquer imagem. A sua colocação comprova a instrumentalização técnica da intimidação e da indução da omnipresença. Num outro nível, a utilização de câmaras falsas como um elemento apenas dissuasor representa o reforço da vigilância efectiva, a que grava e cruza imagens, com a vigilância panóptica da interiorização da norma pela indução de uma vigilância permanente e discreta em função de um funcionamento automático do poder. A indução do medo e da desconfiança, a promoção do que os mais contestatários chamam de paranóia da vigilância, está ainda assente num poder panóptico que pode até ter a sua acção descontínua, mas mantém os seus efeitos contínuos.

O sistema da videovigilância, enquanto ponta da rede cibernética de dispositivos de controlo, leva-nos à ideia de *transparência*, conceito transversal ao espírito das distopias e das sociedades de controlo. Esta transparência pode ser considerada em três sentidos. O primeiro é o dos próprios dispositivos de controlo e de vigilância. Apesar de ser a parte mais visível da estrutura de controlo e de, por vezes, a sua aparência ser instrumentalizada, como no caso das câmaras falsas, as câmaras de vigilância estão, por um lado, cada vez mais discretas e integradas no ambiente a controlar e, por outro lado, são a extremidade de toda uma estrutura imaterial e invisível que, constituída pelos dados digitais em circulação com as bases de dados ou com os satélites, faz com que toda a luz do mundo controlado passe sem que se tornem visíveis ou identificáveis as estruturas por onde a informação passa, onde é guardada e onde é instrumentalizada para o governo dos indivíduos. O segundo sentido da transparência é o da transparência dos indivíduos que, na proliferação dos dispositivos de controlo e na abordagem clínica em que os mesmos são aplicados, vêem cada vez mais reduzidas as zonas

de sombra e de privacidade, vêm afectados os domínios do segredo. Os perfis e os comportamentos individuais são, assim, cada vez mais transparentes para os olhos dos que dispõem as tecnologias. O terceiro sentido de transparência é o da transparência do mundo, da mutação da própria noção de transparência. Como refere Paul Virilio:

A transparência não é já, portanto, unicamente a das aparências dos objectos dados a ver no instante do olhar: torna-se de súbito a das aparências instantaneamente transmitidas à distancia; de onde o termo proposto TRANS-APARÊNCIA do «tempo-real», e não já apenas transparência do «espaço real». A transmissão *em directo* das aparências das coisas substitui doravante a antiga transparência do espaço real do ar, da água ou do vidro das lentes.¹⁴³

Nas instituições da *sociedade disciplinar* o controlo já actuava sob o princípio da transparência, pois apesar de instituições de enclausuramento, já não estavam sob o paradigma da espessura e da clausura física como meio de detenção. O Panóptico aperfeiçoa este ideal na paradigmática transparência das celas, recortadas pelo contra-luz, assegurando o controlo total à torre central. Qualquer aparência ou imagem vigiada, independentemente da sua dispersão no espaço, tem a possibilidade de em tempo real ser transmitida ao posto de controlo e este, prontamente, activar os meios físicos de acção. A eficácia do Panóptico, sempre confinada ao *espaço físico* e à sua estrutura, que será em todo o caso uma estrutura de enclausuramento, expande-se agora, radicalmente, para o *espaço técnico* – a infinita rede¹⁴⁴ de mecanismos de controlo ligados entre si, operacionalizáveis por um posto de comando, cujas ferramentas se apresentam flexíveis, moldáveis e contínuas.

¹⁴³Cf. Paul Virilio, “O Controlo do Meio Ambiente,” em *A Inércia Polar* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993, p. 86)

¹⁴⁴Relativamente a este aspecto, Ernst Jünger define o espaço técnico como uma espessa rede de malha e todo o desempenho singular está em relação com os outros. Cf. Ernst Jünger, “A Técnica como Mobilização do Mundo pela Figura do Trabalhador,” em *O Trabalhador - Domínio e Figura* (Lisboa: Hugin Editores, 2000, p. 169)

5 A Mutação Técnica num Novo Tipo de Controlo: as Sociedades Preventivas

A mutabilidade dos meios técnicos é a mutabilidade dos meios de poder. Ernst Jünger

5.1 Da Disciplina ao Controlo segundo Deleuze

A abordagem empreendida por Michel Foucault na teorização da *sociedade disciplinar* foi a de procurar a génese de um primeiro sistema organizado de vigilância, um sistema que, mais do que confinado à estrutura prisional, reflecte uma mentalidade e um processo de transformação dos processos e das técnicas de controlo sob os indivíduos. O paradigma biopolítico aperfeiçoaria e levaria a um outro nível as potencialidades das disciplinas, descrevendo uma determinada *gouvernementalité* que, ainda longe da aplicação das tecnologias electrónicas e digitais da segunda metade do século XX, assegura, através das suas práticas e técnicas de governo, a ordem e controlo do corpo populacional.

Do foco na modernidade para o foco na contemporaneidade, Gilles Deleuze terá considerado o surgimento da tecnologia electrónica, que está na base dos dispositivos digitais de vigilância descritos no capítulo anterior, para discorrer sobre os seus impactos na configuração de um novo cenário de controlo. Em “Post-Scriptum sur les Sociétés du Contrôle”¹⁴⁵, Deleuze considera que os novos mecanismos de vigilância e de controlo impõem a substituição do princípio do enclausuramento, campo do qual parte a análise da *sociedade disciplinar*, para o princípio do controlo flexível, aberto e contínuo da *sociedade de controlo*. Depois da Segunda Guerra Mundial, as disciplinas – as instituições clássicas como a escola, a família, o hospital, a prisão e a fábrica – entram em crise e dão-se várias alterações que mudam a essência do controlo: a oficina dá lugar à empresa com o seu funcionamento flexível e os seus salários modulados pelo mérito e pelas condicionantes sociais; a instituição escolar evolui para o processo da formação perma-

¹⁴⁵Cf. Gilles Deleuze, “Post-scriptum sur les sociétés de contrôle,” em *Pourparlers* (Paris: Les Éditions de Minuit, 1990, 240 - 247)

nente; a assinatura como método de identificação pessoal dá lugar à palavra-chave, ao número. A linguagem da *sociedade de controlo* será, aliás, para Deleuze a linguagem numérica. Em síntese, os mecanismos contemporâneos de vigilância e de controlo desta sociedade, tal como a descreve Deleuze, estão assentes na modulação, na adaptabilidade, na flexibilidade, na variação, na flutuação, na fluidez, na abertura e na continuidade, ultrapassando os mecanismos disciplinares de ordem fixa, rígida e distinta. Os novos mecanismos mudam e moldam-se a qualquer momento de acordo com os objectos a que se adaptam num “espaço liso” que sucede ao “espaço estriado”. Uma metáfora ilustra o modelo: aos *túneis estruturais da toupeira*, animal que simboliza a *sociedade disciplinar*, seguem-se as *ondulações infinitas da serpente*, animal que simboliza a *sociedade de controlo*.

No que toca ao papel da técnica, Gilles Deleuze sustenta que a cada sociedade correspondem diferentes *tipos de máquinas*: a *sociedade de soberania* tem máquinas mecânicas e simples, a *sociedade disciplinar* equipava-se com máquinas energéticas com “o perigo passivo da entropia e o perigo activo da sabotagem”, a *sociedade de controlo* “opera com máquinas de terceira geração, máquinas informáticas e computadores cujo perigo passivo é a interferência e o activo é a pirataria e a introdução de vírus”¹⁴⁶.

Mas, o que, em última instância, opera esta transposição, do modelo disciplinar para o modelo de controlo, é o que Deleuze encara como uma *mudança de capitalismo*, uma mudança para o *capitalismo de superprodução* que já não compra matérias primas para depois vender produtos feitos, mas compra os produtos já feitos ou monta peças soltas; aliás, “o que se procura vender são serviços e o que se procura comprar são acções”. “Já não é mais um capitalismo para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado”, refere Deleuze, apontando o marketing como o novo instrumento do controlo social¹⁴⁷.

¹⁴⁶Cf. *Ibid.*, p. 244.

¹⁴⁷Cf. *Ibid.*, p. 245.

5.2 A Activação do Novo Controlo Pós 11 de Setembro: o Estado Securitário

O cenário social e técnico analisado por Gilles Deleuze é um cenário que reflecte e resulta da evolução tecnológica. As alterações e os processos introduzidos pelas novas valências dos dispositivos tecnológicos, analisados no capítulo anterior, criaram as condições para o controlo sob os indivíduos ser exercido de uma forma inédita que altera radicalmente as práticas tradicionais. No entanto, sem incorrer no determinismo técnico que apontaria os meios de controlo actuais como um simples produto da evolução tecnológica, temos de considerar a consolidação de um contexto político que se desenvolve depois da Segunda Guerra Mundial, o das políticas securitárias que reflecte o *pacto de segurança* referido por Michel Foucault, e que conhece o seu mais alto nível de concretização com a aplicação de medidas antiterroristas depois dos atentados do 11 de Setembro de 2001. Este acontecimento traumático esteve na base de uma nova activação política dos dispositivos electrónicos que analisámos atrás e de uma nova *gouvernementalité* tecnológica e estatística.

Ao choque do acontecimento em si seguiu-se o choque da incapacidade de se ter previsto uma situação de tamanhas proporções. É este choque da *não previsão* que determinou que se tenha posto em prática um conjunto de tecnologias de vigilância mais viradas para a *antecipação* – através do controlo permanente e generalizado – do que para a *verificação*. Sobre o *risco* de um novo atentado, organizou-se uma campanha de medo pela incerteza e por tudo o que não é controlável. Para Paul Virilio, trata-se do desenvolvimento de uma *administração do medo*, a qual significa que “os Estados são tentados a fazer do medo, da sua orquestração, da sua gestão, uma política”¹⁴⁸. A administração do medo é, também, a administração do risco e o novo controlo, em função de uma lógica de avaliação de ameaças, determina novas práticas e técnicas que são activadas pelos governos no combate ao terrorismo:

Nós vivemos numa sociedade obcecada pelo risco. As técnicas de gestão do risco que lidam com ameaças externas tornaram-se uma parte chave das actividades organizativas,

¹⁴⁸Cf. Paul Virilio, *L'administration de la peur*, 2010 (Paris: Les éditions Textuel, 2010, p.16)

que foram intensificadas com a “guerra ao terror”. Os processos de avaliação de risco interno são cada vez mais comuns.¹⁴⁹

Sob a lógica da protecção dos cidadãos e de um bem social que não pode, novamente, ser ferido, edifica-se o imperativo securitário da suspeição em que a segurança das populações é a grande prioridade social e geopolítica contra, repetimos Foucault, tudo aquilo que pode ser incerto, accidental, perigoso e arriscado. O terrorismo foi reificado na figura de um inimigo tão ameaçador que justifica tanto o não questionamento dos métodos utilizados, como a cooperação voluntária no paradigma de controlo de segurança. Poder e cidadãos ratificam tacitamente este pacto de segurança que, para além da referência feita por Foucault, estava já reflectido no funcionamento político das sociedades distópicas e na construção propagandística dos líderes totalitários. O Grande Irmão deve o seu nome à sua grande função, que antes de ser opressora, é protectora para todos os elementos da sociedade. O Grande Irmão transforma a segurança numa *imunidade* em que, por já não haver experimentação ou inovação, por já não haver acções em que se correm riscos, ninguém pode ser atingido. O custo dessa imunidade é a transparência total da sociedade.

A concretização do pacto de segurança, do novo estado securitário vem, então, activar e legitimar um conjunto de medidas de excepção e um conjunto de tecnologias de vigilância que, sob a ordem da razão de Estado (de segurança), podem ser cada vez mais intrusivas e penetrantes na esfera privada dos indivíduos.

A assinatura do *USA Patriot Act*, acrónimo de *Unir e Fortalecer a América, fornecendo ferramentas adequadas para interceptar e obstruir o terrorismo*¹⁵⁰, veio a constituir-se como a primeira moldura jurídica a ser posta em prática por este governo tecno-securitário. A lei, assinada a 26 de Outubro de 2001 por George W. Bush, autorizava escutas a telecomunicações, acesso a e-mails, pesquisas e apreen-

¹⁴⁹AAVV, *A Report on the Surveillance Society* (Information Commissioner by the Surveillance Studies Network, 2006), p. 11, http://www.ico.gov.uk/upload/documents/library/data_protection/practical_application/surveillance_society_full_report_2006.pdf.

¹⁵⁰Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism

sões de computadores, acesso a registos médicos, financeiros, comerciais, profissionais legitimando todo um conjunto de processos intrusivos, deixados à apreciação da polícia federal, sem necessidade de mandato judicial. No *coração* do programa estava um sistema de cruzamento de bancos de dados individuais chamado TIA (*Total Information Awareness*¹⁵¹) que, mais tarde passou a ser chamado *Terrorism Information Awareness*¹⁵². No entanto,

o objectivo continuou a ser o de construir um sistema integrado de redes de bancos de dados a fim de centralizar e cruzar o conjunto de informações pessoais sobre os cidadãos (segurança social, cartões de crédito, FBI, polícias locais, contas bancárias, hospitais, seguradoras, etc.).¹⁵³

No entendimento do espaço aéreo como um dos campos privilegiados no quadro da luta antiterrorista, o governo americano activou novos processos de tratamento dos dados PNR (*Passenger Name Record*), relativos à informação do passageiro na reserva de um voo, tendo assinado um acordo com a Europa em 2004¹⁵⁴ para expandir este sistema. Todavia,

os dados PNR colhidos no momento da reserva do bilhete de avião (nome, morada, telefones, tarifa, número do cartão de pagamento, mas também eventualmente exigências alimentares ou estado de saúde) não serão apenas consultados pelos serviços americanos de alfândega e pela segurança interna, mas poderão ser fornecidos a outros organismos de segurança americanos, para finalidades variadas. Os dados não serão conservados três anos e meio mas quinze anos. E mais, as autoridades americanas reservam o direito de os transmitir a outros países em caso de necessidade.¹⁵⁵

¹⁵¹ *Vigilância Total de Informação*.

¹⁵² *Vigilância Total do Terrorismo*.

¹⁵³ Armand Mattelart, *La Globalisation de la Surveillance - Aux Origines de l'Ordre Sécuritaire*, 2007 (Paris: La Découverte, 2008), p. 174.

¹⁵⁴ Documento disponível em <http://ec.europa.eu/idabc/en/document/2596/362>.

¹⁵⁵ Françoise de Blomac e Thierry Rousselin, *Sous Surveillance! - Dêmeler le Mythe de la Réalité*, 2008 (Paris: Les Carnets de l'Info, 2008), p. 13.

Na introdução e na aplicação de medidas como estas, constituiu-se um cenário de excepção: excepção sobre leis de protecção de dados, excepção sobre direitos privados, excepção sobre liberdades e direitos fundamentais, excepção sobre acordos internacionais de tráfego de informação. Efectivamente, neste cenário construído com recurso às tecnologias de controlo de informação, é possível descortinar traços do conceito político de *estado de excepção*. Tal como Giorgio Agamben o formula:

O estado de excepção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, de comissário ou soberano), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia onde todas as determinações jurídicas – e antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – são desactivadas.¹⁵⁶

Giorgio Agamben refere, justamente, que é esta concepção do estado de excepção que está na origem do ressurgimento das políticas securitárias no pós 11 de Setembro:

De acordo com uma tendência em prática em todas as democracias ocidentais, a declaração do estado de excepção é progressivamente substituída por uma generalização sem precedentes do paradigma da segurança como técnica normal de governo.¹⁵⁷

5.3 O Governo Estatístico do Real

Apesar destes processos de vigilância terem sido desenvolvidos em função de um contexto concreto – o do combate ao terrorismo –, ao terem sido postos em prática, evidenciaram possibilidades para um novo controlo que progressivamente se poderia generalizar a outros contextos ou mesmo a uma escala globalizada. Legitimadas pela luta antiterrorista, ainda que cada vez mais intrusivas e autoritárias, as medidas de segurança activadas no pós 11 de Setembro abriram um precedente para um

¹⁵⁶Cf. Giorgio Agamben, *État d'Exception - Homo Sacer*, 2003 (Paris: La Seuil, 2003, p. 86)

¹⁵⁷Cf. *Ibid.*, p. 29.

novo cenário de controlo. A excepção tornou-se a regra e o que foi anunciado como medidas de urgência tornou-se no modo normal de governo. Este novo cenário caracterizar-se-á por um avançado estado tecnológico que sustenta o *governo estatístico do real* e que deriva num novo tipo de sociedade: já não *disciplinar* ou de *controlo*, mas *preventiva*.

Assim, se por um lado as novas tecnologias digitais têm, já por si, um funcionamento essencialmente numérico e informativo, assentando em dados e não em forças, também as medidas governativas estão fortemente baseadas numa lógica de informação. A recolha de dados de forma permanente e generalizada através da multiplicidade de dispositivos electrónicos de vigilância está inscrita numa *política de acção e de alerta*, identificando quase em tempo real casos suspeitos que motivam uma intervenção pelas forças de segurança, mas também está inscrita numa *política de descrição informativa e quantitativa da sociedade*, uma descrição que possa identificar e destacar, legitimando através dos números e das estatísticas, de que modo se cumpre a *norma* e onde estão os agentes, os grupos e os focos de perigo ou de desvio que devem ser excluídos ou sobre os quais deve incidir mais controlo.

As bases de dados, como grande receptáculo de toda a informação captada pelos diversos dispositivos electrónicos de vigilância, permitem, então, uma digitalização quantificada e cada vez mais abrangente da vida e da própria realidade em função do estabelecimento de perfis e de índices. O social é descrito através de grelhas estatísticas que quantificam os fenómenos e constroem a interpretação dos mesmos através de números. As empresas baseiam as suas avaliações de performance com base na recolha de dados que, por sua vez, é organizada para legitimar as decisões de promoção ou despromoção. O marketing faz as suas prospecções com recurso a um conjunto cada vez maior de tecnologias de vigilância de modo a obter estudos de mercado cada vez mais rigorosos e quantificados. Também os governos legitimam as suas decisões com base nos números das estatísticas resultantes de um controlo generalizado dos indivíduos, impondo, ao mesmo tempo, modos de interpretação estatísticos da realidade.

Apesar das inovações técnicas e políticas, a origem do governo estatístico tem a sua fonte na biopolítica de Foucault, já direccionada para o controlo dos fenómenos aleatórios e imprevisíveis da população,

através dos dispositivos de poder-saber que estabeleciam medidas globais e um cálculo estatístico dos fenómenos biológicos para um controlo permanente e preventivo dos desvios. Com as possibilidades tecnológicas e a generalização do modelo securitário, os mecanismos disciplinar e biopolítico continuam a desempenhar um papel definidor nas técnicas de governo. A tecnologia disciplinar dirigida ao corpo do indivíduo continua activa nas tecnologias aplicadas ao corpo humano, com expoente na biometria, ou na formatação de gestos e procedimentos imposta pelos meios electrónicos destinados à execução, cada vez mais com menos possibilidades de acidente, de determinadas tarefas. A tecnologização do quotidiano impõe uma interiorização da técnica, dos seus processos e rotinas, primeiro por uma disciplinarização anatómico-corporal, à qual se segue a interiorização psicológica. Os comportamentos, na formatação técnica, tornam-se menos incertos¹⁵⁸. Quanto à biopolítica, expandiu o seu campo de intervenção e controlo de fenómenos aleatórios a outros para além dos biológicos. Já não interessa apenas regular a natalidade e a mortalidade, mas os esforços estão agora concentrados nos fenómenos contemporâneos que ameaçam a estabilidade e favorecem a incerteza: o terrorismo e a criminalidade, mas também o aborto e a eutanásia, a alfabetização e a infoexclusão, a heterodoxia de valores e a diversidade de crenças religiosas, os refugiados, a migração de massas e a multiculturalidade.

A máxima foucauldiana “informação é poder” reactualiza-se e ganha novo sentido. A *normalização* contemporânea sustenta-se por uma estatística de tal forma abrangente, cruzada e organizada que cada aspecto ou comportamento observados e registados de acordo com a norma, reforçam, estatisticamente, o poder dessa norma na sociedade. No

¹⁵⁸Na base deste processo técnico-político está, tal como deixámos antever no primeiro capítulo, a filosofia do taylorismo desenvolvida no início do século XX: “o taylorismo, ou a gestão *científica* do trabalho, com os seus estudos sobre a temporalidade e os movimentos dos trabalhadores para aumentar a eficácia produtiva, representa a maior ideologia panóptica na etapa do fordismo, relativa às cadeias de montagem, do capitalismo industrial”. Cf. Reg Whitaker, *El fin de la privacidad - como la vigilancia total se está convirtiendo en realidad*, 1999 (Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999, p. 145) Sobre este aspecto, acrescenta Neil Postman que “a automatização dos operários poupava-os de qualquer responsabilidade e mesmo de pensar”. Neil Postman, *Tecnopolia - Quando a Cultura se rende à Tecnologia*, 1992 (Lisboa: Difusão Cultural, 1993, p. 52)

sentido inverso, *normalizar* é também demonstrar que o que foge à média ou à regularidade merece a atenção de poder ser considerado como um fenómeno com perigosidade potencial. Neste sentido, através do cálculo de médias e da procura da regularidade constroem-se modelos interpretativos e informativos que se apresentam justificados e validados pela ciência objectiva. A persuasão através de argumentos de qualidade e do domínio da subjectividade, perde eficiência e as provas numéricas do registo tecnológico tornam-se nas provas políticas por excelência da contemporaneidade:

Com a superstição dos números, tomou vulto uma nova figura retórica: a citação estatística, que, para muitos leitores, é como uma prova que ajuda a parecer verdadeira e indiscutível a tese que se quer demonstrar. Essa figura de retórica é própria dos tempos modernos.¹⁵⁹

5.4 A Sociedade Preventiva

Se considerarmos a concepção de *gouvernementalité* de Michel Foucault, podemos entender que *governar* é estruturar o campo de acção possível dos indivíduos. Este campo de acção política torna-se tanto mais económico e eficiente, quanto mais reduzido e limitativo for, por um lado, e, por outro lado, quanto mais seguro for para a população, de modo a que se torne o menos questionável e criticável possível. A actual aplicação generalizada de dispositivos electrónicos/numéricos de vigilância, e a sua instrumentalização na constituição de uma sociedade analisável e governável quantitativamente – de modo a que o domínio das indefinições e das subjectividades seja traduzido na linguagem inequívoca e legitimada da ciência –, procura que o campo de acção possível dos indivíduos, ao se tornar mais vigiado, mais determinado e mais seguro, se torne também mais previsível. Assim, ao considerarmos a mutação das *sociedades de controlo* para as *sociedades preventivas* entendemos que, mais até do que o poder central, as várias instituições de poder – isto é, todas as formas organizadas que condicionam ou conduzem a conduta e o governo de alguém – activaram as tecnologias de

¹⁵⁹Cf. António José Saraiva, *O que é a Cultura*, 2003 (Lisboa: Gradiva, 2003, p. 32)

vigilância numa racionalidade de *previsão* e *antecipação* que constitui um novo paradigma em relação aos modelos de controlo precedentes.

Neste sentido, a tendência actual dos sistemas de vigilância, sob a forma das colheitas ininterruptas de informação e a *scanagem* permanente dos indivíduos, é mais a de deduzir desejos, propensões e intenções, do que constatar, *a posteriori*, factos. Trata-se, sobretudo, através do cruzamento dos perfis individuais com a observação repetida dos comportamentos e das trajectórias quotidianas, de avaliar a *probabilidade* do que poderá acontecer e de a justificar quantitativamente. A estratégia de acção dos vários tipos de *poder periférico* é, então, mais de *medida* do que de *verificação*, mais de *antecipação* do que de *concordância*. Esta estratégia de vigilância demarca-se da concepção jurídica da soberania, pois já não está apenas concebida com vista a saber se os indivíduos cumprem ou não a lei, mas visa a identificação de *posturas desviantes* e de atitudes julgadas ou consideradas inapropriadas – mesmo que legais e observadas no âmbito da esfera privada ou íntima – que podem revelar índices de *risco*, seja um risco terrorista, criminal, ideológico, em termos de performance profissional ou em termos de adequação a um alvo estabelecido de mercado. Cada uma destas *esferas de risco*, as quais podem ser consideradas como *micropoderes* no sentido de Foucault, activa diferentes *micropenalidades*, isto é, como vimos no terceiro capítulo, formas de disciplina do espaço que é deixado vazio pelas leis – seja em termos de tempo, de maneira de ser ou de actividade prática – de modo a intervir naqueles cuja orientação governamental ou institucional deve ser conduzida e definida.

Para além deste aspecto, mesmo no que toca à própria concepção jurídica, a lógica de aplicação das novas tecnologias de vigilância pode baralhar alguns dos seus princípios. Esta racionalidade preventiva de vigilância já não recolhe as provas depois dos actos desviantes ou dos crimes e já não age, objectivamente, em função de uma lei que foi violada. A nova tendência de controlo está permanentemente a recolher provas, antes da realização dos delitos, tentando antecipar abstractamente a violação de uma qualquer lei. Além disso, opera-se um controlo indiscriminado de toda a população que resulta, consequentemente, numa indiferenciação, também generalizada, dos indivíduos que considera que todos podem ser suspeitos. Nesta vigilância indiscriminada e permanente, não está apenas em causa a progressiva redução do

direito fundamental da privacidade. É, também, o direito de presunção da inocência que fica comprometido. A observação dos indivíduos, a recolha dos seus dados e o seu arquivamento para futura utilização atingem este direito, não só na sua significação jurídica restrita, como no quadro mais geral das capacidades e dos costumes de cada sujeito. Todos são potenciais culpados, ao nível dos poderes mais periféricos, e todos são potenciais criminosos ou terroristas, ao nível do poder central. A relação entre intenção e acto fica desequilibrada. A sociedade preventiva reforça-se, então, de uma lógica da suspeição induzida que promove um ambiente de medo e que contribui para a interiorização da ordem.

Num outro nível, esta nova *gouvernementalité preventiva* desenvolve-se na direcção da concretização da ambição mítica da *premonição* ou, como em *Minority Report*¹⁶⁰, da *précognição*. No sentido do conto de Philip K. Dick, adaptado ao cinema por Steven Spielberg, as tecnologias securitárias antecipatórias induzem um sistema em que os *micropoderes* podem determinar algumas das suas intervenções e das suas medidas em função de um cálculo do futuro, de uma mecânica empenhada em adivinhar o próximo passo de um sujeito, as suas intenções e os seus desejos. A consequência: os sujeitos passam a ser punidos antes de cometer o acto, não apenas pela disciplina jurídica da lei do poder central, mas também pelas *microdisciplinas* das empresas, das instituições de ensino, dos vários grupos sociais, dos valores.

Assim, na progressiva concretização da sociedade preventiva, por um lado os mecanismos de controlo promovem uma classificação tão rigorosa, quantificável e estatística dos indivíduos que permite racionar e intensificar a vigilância de certas pessoas ou certos grupos dado o seu índice de probabilidade de *desvio* de modo a evitá-lo *a priori*; por outro lado, as próprias rotinas impostas pela tecnologia, assim como os modos de operar que esta formata, tornam os comportamentos mais controláveis e, portanto, menos incertos. Neste último aspecto, os processos técnicos contribuem, já por si, para a anulação da possibilidade do *desvio*.

A obsessão com o risco terrorista, que fez da segurança a prioridade das sociedades contemporâneas e promoveu o governo estatístico do real, concretiza, na lógica antecipatória, a aproximação derradeira a

¹⁶⁰Cf. Philip K. Dick, *Minority Report*, 1956 (Orion, 2005).

um estádio em que o *risco* e o *acaso* sejam anulados. O risco, enquanto probabilidade de ocorrência de um determinado evento aleatório, é calculado estatisticamente, alertando-se os meios de intervenção para actuarem previamente sobre a situação em causa. O acaso, enquanto evento que ocorre sem uma causa aparente ou relacionável com outros elementos, é antecipado por um cruzamento numérico e informático, dos perfis individuais com as rotinas diárias, que determina a origem de todas as contingências. Citando a predição de Ernst Jünger sobre a *era da técnica*:

O próprio desconhecido, o insolucionado torna-se calculável – ou seja na medida em que se torna possível um plano e um prognóstico das soluções. (...) O espaço técnico ganha em clareza, organização e planificação e as soluções parciais já não são felizes achados mas resultados da marcha ordenada de um tempo cada vez mais calculável¹⁶¹.

5.5 O Novo Controlo

Na origem do pensamento distópico, que analisámos no primeiro capítulo, está uma desconfiança perante o progresso técnico, uma crítica ao seu potencial de dominação do Homem que subentende que quanto maior o nível tecnológico, maior o controlo da Técnica sobre o Homem. A conceptualização desta desconfiança distópica resultou nas teses das teorias filosóficas, vistas no segundo capítulo, que reafirmam uma dimensão opressora da Técnica nos seus estados mais desenvolvidos. Na ruptura com o domínio natural e com o domínio humano, a Técnica impõe a sua linguagem quantitativa e o seu domínio científico, imposição que se revela redutora para algumas faculdades simbólicas do Homem.

Efectivamente, o final do século XX materializaria tecnicamente muitas das formas de controlo e de vigilância idealizadas nas ficções analisadas e indicaria que a sofisticação tecnológica desenvolve tendências para um controlo mais globalizado e mais penetrante. Como vimos no capítulo anterior, as tecnologias digitais actuais têm um funcionamento essencialmente numérico que promoveu uma utilização, tam-

¹⁶¹Jünger, “A Técnica como Mobilização do Mundo pela Figura do Trabalhador,” p. 170 e p. 175, respectivamente.

bém numérica, das suas potencialidades na constituição de um controlo quantitativo da sociedade, no que considerámos o governo estatístico do real. Nesta interpretação estatística, imposta em parte pela linguagem técnica, também os fenómenos humanos são, muitas vezes, reduzidos à sua expressão material e numérica, aquando da sua vigilância e da captação de dados – como na biometria –, desconsiderando subjectividades e elementos não tangíveis do Homem. Os indivíduos, antes entendidos como seres morais ou racionais, são cada vez mais compreendidos como um ponto dentro de uma tabela de variações actuantes.

A Técnica e o seu progresso revelam, então, tendências de autonomização que aparecem afastar o Homem do controlo dos meios e transformar o seu ambiente cultural e antropológico. No entanto, ainda que crie as possibilidades de transformação, a Técnica não determinará, autonomamente, a vivência humana e o ambiente de controlo. Diferentemente da perspectiva mais negativa das distopias e de algumas ideias dos filósofos da Técnica, é o factor humano que, em última instância, activa as potencialidades transformadoras da Técnica para a concretização das dinâmicas de controlo dos indivíduos e da experiência. Naquilo que considerámos, foi o desenvolvimento das políticas securitárias desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial, com o objectivo de evitar e antecipar um conflito idêntico, e o esforço gerado politicamente, após o 11 de Setembro, para controlar o risco de um novo ataque e a incerteza de uma pós-modernidade globalizada e multicultural. Por conseguinte, à margem do progresso tecnológico relativo aos dispositivos de controlo e de vigilância, coube ao Homem a sua implantação num determinado tipo de *gouvernementalité*.

Assim, no seguimento das considerações que viemos a apresentar, a primeira tese global desta dissertação é a de que se criou um novo paradigma técnico que, conseqüentemente, criou um novo paradigma de controlo. A consideração de um novo paradigma técnico implica um entendimento do progresso numa forma descontínua e marcada por rupturas que alteram radicalmente a natureza e o funcionamento do novo estádio em relação ao que o precedeu. No sentido das *revoluções* de Thomas S. Kuhn, e tal como os filósofos da Técnica operaram divisões do progresso, entendemos que o surgimento dos dispositivos

electrónicos, a partir da segunda metade do século XX, desenvolvidos na mecânica do cruzamento entre informática e telecomunicações, criaram uma nova fase *técnica*. Aproximando-nos da *fase cibernética* considerada por Gilbert Simondon, o novo quadro técnico e as suas máquinas, funda-se na produção e transmissão de informação, deslocando-se progressivamente do foco da produção de materiais e da aplicação de energias físicas. As máquinas electrónicas que caracterizam esta fase são marcadas por um funcionamento numérico e digital, o qual promove e, simultaneamente, responde à lógica informativa das sociedades actuais. Este cenário tecnológico criou, portanto, novas possibilidades de controlo electrónico, um controlo que não é uma mera evolução mas que, como vimos nas alterações inéditas introduzidas pelos dispositivos de vigilância analisados no capítulo anterior em relação às técnicas tradicionais de vigilância, refazem o próprio controlo e alteram-lhe a natureza. As bases de dados digitais permitem um arquivamento inteligente e quase infinito da informação e a sua organização automatizante. Os satélites e as outras tecnologias de intercepção permitem uma captação de informação globalizada e direccionável a qualquer alvo. Os sistemas de geolocalização permitem a localização de uma grande quantidade de pontos na superfície terrestre e a sua integração em cartografias inteligentes. Os sistemas de biometria decompõem o corpo humano em dados informáticos para análise inteligente e criam os primeiros processos de análise electrónica do comportamento. Por fim, as câmaras de vigilância dispensam o Homem da actividade de observação ao desenvolverem sistemas de identificação e de correspondência com outros sistemas de dados. A aplicação destas novas tecnologias de vigilância, consequentes do novo paradigma técnico, resultou, então, na criação de novas formas para o exercício de um controlo inédito. Um controlo que, pela primeira vez, poderia ser exercido numa lógica de antecipação e previsão, que substituiria a lógica de constatação e verificação. Em síntese, a nova tecnologia criou um novo controlo.

A segunda tese global desta dissertação decorre da primeira e conclui que, criada uma nova técnica que possibilita um novo controlo, foi o contexto das políticas securitárias que activou e legitimou a aplicação, pelo poder, desse novo modelo de controlo tecnológico, naquilo que se constituiu como a *sociedade preventiva*, baseada no cálculo das proba-

bilidades de *risco* e na sua justificação estatística. Mas ao nos referirmos ao *poder*, não nos focamos apenas especialmente no monopólio do poder central dos governos nacionais, apesar de todas as medidas e de todos os mecanismos técnicos postos em prática perante a ameaça terrorista e a incertitude social, mas evidenciamos, também, as esferas dos *micropoderes* que aplicam particularmente as tecnologias de vigilância de acordo com o seu contexto específico¹⁶². Assim, o novo modelo antecipatório de controlo constitui-se através do conjunto das técnicas postas em prática nas instituições de ensino, nos escritórios, nos serviços de gestão, pelos padrões de fábricas, pelos directores de empresas, pelos publicitários e pelos profissionais do marketing. Este domínio do marketing será, aliás, a par do domínio do poder central, a outra grande esfera generalizada de aplicação de tecnologias de vigilância. Já apontado por Gilles Deleuze como a principal tendência das sociedades de controlo, a lógica actual do marketing também é preventiva e já não se destina apenas a verificar quem compra o quê mas, enquanto “exploração industrial das energias libidinais”¹⁶³, procura estabelecer padrões comportamentais personalizados com vista a projectar os desejos de compra, a antecipar as expectativas dos consumidores, a suscitar ou conduzir esses desejos e a combiná-los com outros, alargando o campo de aspirações.

Em suma, o progresso resultou num novo paradigma técnico que originou novas tecnologias de controlo e de vigilância, as quais foram activadas ou postas em prática, não apenas pelo próprio progresso no sentido distópico da autonomização da técnica, como também pelo contexto das políticas securitárias.

Numa síntese comparativa dos vários tipos de sociedades ocidentais, por relação com os seus sistemas de vigilância, referidos ao longo deste ensaio, traçamos uma evolução da natureza do controlo até à *sociedade preventiva*.

Nas sociedades do modelo clássico da *soberania jurídica*, locali-

¹⁶²Vimos no capítulo anterior como as tecnologias de intercepção têm especial eficácia na captação de informação e mensagens dentro de empresas ou escritórios através da monitorização de e-mails, conversas telefónicas, discos rígidos, entre outros.

¹⁶³A expressão é utilizada por Bernard Stiegler num comentário ao texto de Deleuze “Post-scriptum sur les sociétés de contrôle”, no aspecto do impacto do marketing nos sistemas de controlo. Cf. Bernard Stiegler, *Descrença e Descrédito - 1. A Decadência das Democracias Industriais*, 2004 (Edições Vendaval, 2006, p. 109)

zadas por Foucault até ao século XVII, impera um controlo exercido essencialmente pela repressão e pela violência, um controlo que é eminentemente proibitivo e que se vê constrangido perante o risco da revolta pelos efeitos excessivos da violência ou pela descontinuidade da vigilância que abre espaço para conjecturar a revolta.

A modernidade funda a *sociedade disciplinar*, que tem o seu símbolo no Panóptico e que sucede ao modelo da soberania. Este modelo perde o cunho violento e o indivíduo é docilmente *fabricado* para determinados fins, através do adestramento do seu corpo em estruturas particulares e delimitadas – como a escola, a oficina, o exército ou, claro, a prisão – com o fim de uma homogeneização e da reconversão dos sujeitos em caso de desvio, anulando a complexidade, a diversidade, a individualidade. O limite deste modelo reside, justamente, no facto da eficácia da sua técnica estar confinada à estrutura em que a disciplina se exerce, ao respectivo *micropoder*, não havendo tecnologias capazes de generalizar essas disciplinas a um controlo globalizado e totalizante da sociedade.

Com a aplicação do paradigma *biopolítico*, o controlo exercido pelo poder passa a ser o controlo dos fenómenos biológicos, numa regulação e numa normalização que pretendem actuar na raiz da própria vida para determinar o “funcionamento” da população. Todavia, as tácticas do poder inerentes a este paradigma funcionam numa perspectiva demasiado massificante sem alcance para uma vigilância individualizante. A prevenção e o controlo da aleatoriedade é mais aplicada aos fenómenos em si, e particularmente aos biológicos, do que à multiplicidade de acções dos indivíduos.

Com o desenvolvimento da tecnologia electrónica, Deleuze identifica as *sociedades de controlo* caracterizadas por um controlo contínuo, flexível e adaptável aos diferentes contextos de aplicação e, consequentemente, a cada tipo de indivíduo. No entanto, esta vigilância assenta ainda na verificação e na constatação, num alerta pós delito.

A *sociedade preventiva*, como nova tendência de controlo promovida no final do século XX com as tecnologias digitais e numéricas, constitui-se numa vigilância pela antecipação dos actos e dos fenómenos a controlar. O alerta aparece antes do desvio ou do delito, apoiado nos índices e nas estatísticas que apontam que certa acção será mais possível de se concretizar em determinado momento, intensificando a vigilância

sobre os alvos e actuando na sua repressão ou exclusão. O novo controlo já não é violento, já não está confinado a uma estrutura física, já não opera apenas perante fenómenos biológicos de massas e já não deixa que o crime aconteça para depois alertar as forças de intervenção. Entre as várias formas de controlo, este novo estágio trata de um novo tipo – o do controlo do futuro.

CONCLUSÃO – Entre a Ambiguidade da Técnica e os Limites do Controlo

A decisão sobre a liberdade e a servidão não está na técnica enquanto técnica. Ela pode ser revolucionária e reacionária, pode servir à liberdade e à opressão, à centralização e à descentralização. Dos seus princípios e pontos de vista apenas técnicos não resulta nem um questionamento político nem uma resposta política. Carl Schmitt

Nas duas grandes visões antagónicas da Técnica que marcaram as reflexões sobre o progresso, na tensão entre a concepção utópica e a concepção distópica, a Técnica foi disjuntivamente apreendida como uma figura positiva ou como uma figura negativa para o Homem. No extremo destas correntes, a Técnica foi ou sacralizada ou demonizada. O seu poder fez merecer a fé dos que nela viram a marcha prodigiosa do progresso nas suas infinitas atribuições materiais e espirituais para o aperfeiçoamento da condição humana e para a expansão das suas faculdades. Desta fé na Técnica, diz Ernst Jünger que

no meio dos círculos de espectadores de um filme ou de uma corrida de automóveis, pode-se observar uma piedade mais profunda do que a que ainda se consegue perceber sob os púlpitos e diante dos altares.¹⁶⁴

No outro oposto, demonizou-se a Técnica, cujo avanço é anunciador de apocalipses nos quais o Homem sucumbe à máquina, à sua linguagem e ao seu controlo totalitário que, progressivamente, o metamorfoseia e o subtrai à sua própria humanidade. Mas tal concepção binária da Técnica será redutora e revelar-se-á falsa de tão antagónica que se apresenta. A Técnica, na sua ambiguidade, desenvolve aspectos das duas vertentes e forma-se entre as duas, combinando-as.

É então que, perante a ilustração tecida na passagem citada de Carl Schmitt acerca da ambiguidade da Técnica, esta figura já não se nos

¹⁶⁴Jünger, “A Técnica como Mobilização do Mundo pela Figura do Trabalhador,” p. 160.

apresenta tanto com uma irreduzível natureza ou opressora ou potenciadora, mas surge sobretudo como uma figura neutra que, por possuir esta qualidade, desencadeia efeitos contraditórios e ambivalentes. Tal como Jacques Ellul já destacara, no fim das suas teses críticas e pessimistas, a Técnica depende dos usos que lhe podem ser activados, ainda que os próprios usos sejam imprevisíveis nos seus efeitos e as consequências favoráveis impliquem, correlativamente, consequências prejudiciais. Assim, a concretização técnica não dependerá apenas da sua marcha autónoma e totalizante, como é sugerido pelas distopias e pelas correntes filosóficas mais críticas, mas dependerá sempre, no último nível, da decisão do Homem sobre os domínios em que será aplicada. Entre a direcção positiva e a direcção negativa, é necessário alguém que active a Técnica, um sujeito legitimado que lhe defina o rumo, que a direcione para um fim concreto dentro das múltiplas aplicações. Na argumentação da nossa tese, este sujeito legitimado é aquele que aparece no final do século XX e que se constitui como o governo protector do perigo terrorista e da incerteza pós-moderna que vieram legitimar a activação de novos mecanismos tecnológicos de vigilância. Mas esta nova activação torna, então, a apresentar-se como distópica: a vigilância é controlo, é coacção, é o olho que inspecciona, é a falta de liberdade¹⁶⁵. Porém, nesta direcção técnica do controlo dos indivíduos, continuam a ser os mesmos que podem inverter a tendência.

Por um lado, a rede informativa das novas tecnologias numéricas de vigilância – apesar das inovações de indexação inteligente de dados – tem o seu grande limite na sua própria capacidade praticamente ilimitada de arquivamento de informação: tão grandes quantidades de dados criam problemas para a sua gestão e dificuldades para a sua interpretação. Tal como mostra o projecto de interceptação ECHELON, uma captação globalizada de informação pode não garantir um controlo, efectivamente, globalizado. Na impossibilidade do tratamento de tantos dados provenientes de tantos dispositivos de vigilância, a informação torna-se inoperável, obsoleta e perde a sua suposta eficiência. Parece, então, que a obsessão do estado securitário com a recolha preventiva e generalizada de dados em quantidades maciças para armazenamento, mais do que com uma intervenção concreta nos focos de ameaça, pode

¹⁶⁵Cf. David Lyon, *El ojo electrónico - El auge de la sociedad de vigilancia*, 1994 (Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 306)

tornar-se numa estratégia – que apesar de legitimadora mas também invasora e violadora – se vê comprometida no seu verdadeiro objectivo de evitar as ameaças e os desvios por antecipação – isto é, vê ameaçada a sua lógica *preventiva*. Do exemplo destas disfuncionalidades conclui-se que é, logo num primeiro nível, o próprio controlo que tem limites.

Num segundo nível, são os indivíduos que podem limitar o controlo que lhes é imposto. O *contra-controlo* poderá passar tanto pelo reforço das leis de protecção de dados como por manifestações artísticas¹⁶⁶ ou por movimentos sociais¹⁶⁷ de protesto que alertam para os perigos da aplicação abusiva das novas tecnologias de vigilância. Por outro lado, as pessoas podem usufruir da inter-conectividade dos seus dados para melhor conhecerem o seu *perfil* ou, também, utilizar e virar as tecnologias contra aqueles que as controlam. Perante o novo cenário tecno-securitário, está em causa a afirmação da capacidade crítica dos indivíduos, os quais, em vez de considerados como meros peões ao serviço dos sistemas que os subordinam, devem constituir o principal reduto de resistência e assumirem a limitação equilibrada do progresso tecnológico e das implicações que este tem para o controlo social. Já no que toca aos detentores da tecnologia, dentro da multiplicidade de micropoderes, apelasse-lhes a uma *ética do não poder, da não potência*, para recorrer a uma expressão de Jacques Ellul¹⁶⁸. Trata-se de inverter a Lei de Gabor¹⁶⁹ e desenvolver a consciência de que “nem tudo o que pode ser feito será feito” pois é, justamente, a fórmula do “tudo é possível”, a tal da utopia tecnocêntrica moderna que, por um lado, realça o

¹⁶⁶Entre as várias formas de arte que têm questionado as implicações dos novos sistemas de vigilância, destacam-se sobretudo as instalações multimédia pelo impacto que têm no público ao emergir o visitante/espectador em ambientes vigiados que o fazem questionar as formas pelas quais é vigiado no quotidiano. Citamos por exemplo, *Live/Taped Video Corridor* (1969-70) e *Video Surveillance Piece: Public Room, Private Room* (1969-70) de Bruce Nauman, *Time Delay Room* (1974) de Dan Graham ou *Spio Project* (2004) de Lucas Bambozi.

¹⁶⁷Em França, um dos países onde existe mais contestação às câmaras de vigilância, a associação “Souriez vous êtes filmés” tem tido um reconhecido impacto na sociedade francesa para a mobilização contra os sistemas de vigilância. <http://souriez.info/>.

¹⁶⁸Cf. Mitcham, *Qué es la Filosofía de la Tecnología?*, p. 81.

¹⁶⁹“Tudo o que pode ser feito será feito.” Cf. Jean-Pierre Sérés, *La technique*, 1994 (Paris: PUF, 1994, p. 346)

carácter inumano e controlável da Técnica, e, por outro lado, se torna na *fórmula de horror* que sustentou a política dos regimes totalitários.

Assim, agudiza-se a necessidade de uma responsabilidade auto-limitativa do agir humano no que toca às formas como activa as tecnologias de controlo, necessidade que deve ser correspondida com um contra-controlo por parte dos visados pelos sistemas de dominação. Poderá ser precisamente nesta dialéctica que se revejam sinais de afirmação da tal dimensão simbólica do Homem em elo com a Natureza, dimensão tão ameaçada pela Técnica, segundo os filósofos críticos. Face à irreversibilidade do progresso e da instalação do *espaço técnico*, o Homem procurará novas explorações e criará novas soluções para a conciliação civilizacional com a Técnica, uma conciliação que mesmo confinada à linguagem técnica, (re)descobre novas formas de acção dentro dessa esfera:

Nada é possível fora dela [da técnica], nem a fé, isso parece seguro. Mas isso não implica que, dentro dela, não se possa actuar contra, dando efectividade a outras figuras – e presumo que a Terra não deixa de ser selvagem, em qualquer outro lugar, como no nosso coração¹⁷⁰.

Essa exploração de novas figuras, essa afirmação da tal *experimentação* que contraria a imunidade securitária, abre uma nova dimensão à própria *experiência* humana, o objecto dos sistemas de controlo. Ao contrapor a sua vivência quotidiana com o ambiente técnico em que está inserido, com os sistemas de controlo que lhe estão impostos e com as formas de resistência e de conciliação em relação a esses sistemas, o Homem constitui uma consciência de si e do seu meio que representa a maior declaração sobre o que ameaça a sua humanidade e a sua liberdade. Para Georges Bataille,

[A] experiência [é] uma viagem ao fundo do possível do homem. Cada um pode não fazer essa viagem, mas, se a faz, isso supõe negar as autoridades, os valores existentes, que limitam o possível. Por ser negação de outros valores,

¹⁷⁰Cf. Edmundo Cordeiro, “Técnica, mobilização e figura - a técnica segundo Ernst Jünger,” 1999, p. 8, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-edmundo-trab-figura.pdf>.

de outras autoridades, a experiência que tem uma existência positiva torna-se ela própria positivamente o valor e a autoridade.¹⁷¹

O cenário requer, então, uma responsabilidade ética de resistência e uma consciência das vicissitudes do progresso. No fundo, requer-se um novo controlo que limite o controlo: o controlo dos indivíduos sobre o controlo que lhes é imposto. Também aqueles que controlam estão inseridos no espaço técnico de controlo. No sentido do imperativo de William Burroughs, é tempo de *observar o observador a ser observado*.

¹⁷¹Cf. Georges Bataille, “L’expérience intérieure,” em *Oeuvres Complètes, Tomo V* (Paris: Gallimard, 1973, p 19)

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *A Report on the Surveillance Society*. Information Comissioner by the Surveillance Studies Network, 2006. http://www.ico.gov.uk/upload/documents/library/data_protection/practical_application/surveillance_society_full_report_2006.pdf.
- _____. *A Sociedade Vigilante - Ensaio sobre identificação, vigilância e provacidade*. Catarina Fróis. 2008. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Adorno, Theodor W., e Max Horkheimer. *The Dialectic of Enlightenment*. 1947. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- Agamben, Giorgio. *État d'Exception - Homo Sacer*. 2003. Paris: La Seuil, 2003.
- Bacon, Francis. *New Atlantis*. 1626. <http://oregonstate.edu/instruct/phl302/texts/bacon/atlantis.html>.
- Bataille, Georges. "L'expérience intérieure." Em *Oeuvres Complètes*, Tomo V. Paris: Gallimard, 1973.
- Bauman, Zygmunt. *Globalization: The Human Consequences*. 1998. New York: Columbia University Press, 1998.
- Blomac, Françoise de, e Thierry Rousselin. *Sous Surveillance! - Démêler le Mythe de la Réalité*. 2008. Paris: Les Carnets de l'Info, 2008.
- Booker, M. Keith. *The Dystopian Impulse in Modern Literature - Fiction as Social Criticism*. 1994. London: Greenwood Press, 1994.
- Burroughs, William. *A Revolução Electrónica*. 1970. Lisboa: Vega, 1994.
- Campbell, Duncan. *O Mundo sob Escuta - As Capacidades de Intercepção no Século XXI*. 2001. Lisboa: Frenesi, 2001.

_____. *Surveillance Électronique Planétaire*. 2000. Paris: Editions Allia, 2007.

Chabot, Pascal. “La Philosophie des Techniques de Simondon.” Em *Les Philosophes et la Technique*. Pascal chabot et Gilbert Hottois. Paris: Libraire Philosophique J. Vrin, 2003.

Cordeiro, Edmundo. “Técnica, mobilização e figura - a técnica segundo Ernst Jünger,” 1999. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-edmundo-trab-figura.pdf>.

Deleuze, Gilles. *Foucault*. 1986. Lisboa: Vega, 1987.

_____. “Post-scriptum sur les sociétés de contrôle.” Em *Pourparlers*, 240 - 247. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

Dick, Philip K. *Minority Report*. 1956. Orion, 2005.

Ellul, Jacques. “El Orden Tecnológico.” Em *Filosofía y tecnología*. Carl Mitcham y Robert Mackey. Madrid: Ediciones Encuentro, 2001.

Forster, E. M. *The Machine Stops*. 1909. http://manybooks.net/titles/forstereother07machine_stops.html.

Foucault, Michel. *Il Faut Défendre la Société - Cours au Collège de France*, 1976. Paris: Gallimard, 1997.

_____. “L’Oeil du Pouvoir.” Em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979*, 190 - 207. Paris: Gallimard, 1994.

_____. “La Gouvernamentalité.” Em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979*, 635 - 657. Paris: Gallimard, 1994.

_____. “La Naissance de la Médecine Sociale.” Em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. “La Sécurité et l’État.” Em *Dits et Écrits Vol. III 1976 - 1979*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. “Les Anormaux.” Em *Dits et Écrits Vol. II 1970 - 1975*, 822 - 828. Paris: Gallimard, 1994.

- _____. “Les Mailles du Pouvoir.” Em *Dits et Écrits Vol. IV 1980 - 1988*. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *Surveiller et Punir*. 1975. Paris: Gallimard, 1998.
- Freedman, Carl. *Critical Theory and Science Fiction*. 2000. Hanôver and London: Wesleyan University Press, 2000.
- Freud, Sigmund. *Civilization and its Discontents*. 1929. New York: W. W. Norton, 1989.
- Hobbes, Thomas. *Leviathan*. 1651. London: Penguin Books, 1968.
- Huxley, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. 1931. Lisboa: Livros do Brasil, 2003.
- _____. *Retorno ao Admirável Mundo Novo*. 1957. Lisboa: Livros do Brasil.
- Jünger, Ernst. “A Técnica como Mobilização do Mundo pela Figura do Trabalhador.” Em *O Trabalhador - Domínio e Figura*. Lisboa: Hugin Editores, 2000.
- Kuhn, Thomas S. *Estrutura das Revoluções Científicas*. 1962. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- L’Heuillet, Hélène. *Basse politique, haute police - Une approche historique et philosophique de la police*. 2001. Paris: Fayard, 2001.
- Levitas, Ruth, e Lucy Sargisson. “Utopia in Dark Times: Optimism/Pessimism and Utopia/Dystopia.” Em *Dark Horizons - Science Fiction and the Dystopian Imagination*. Raffaella Baccolini and Tom Moylan. 2001. Routledge, 2003.
- Lyon, David. *El ojo electrónico - El auge de la sociedad de vigilancia*. 1994. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- _____. *Surveillance Studies - An Overview*. 2007. Cambridge: Polity Press, 2010.
- Lyotard, Jean-François. *La Condition Postmoderne*. 1979. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

- Marx, Gary t. “The Surveillance Society: the threat of 1984-style techniques.” *The Futurist*, June 1985.
- Mattelart, Armand. *La Globalisation de la Surveillance - Aux Origines de l’Ordre Sécuritaire*. 2007. Paris: La Découverte, 2008.
- Mitcham, Carl. *Qué es la Filosofía de la Tecnología?* 1989. Barcelona: Editorial Anthropos, 1989.
- Mumford, Lewis. *História das Utopias*. 1922. Lisboa: Antígona, 2007.
- _____. “La Técnica y la Naturaleza del Hombre.” Em *Filosofía y tecnología*. Carl Mitcham y Robert Mackey. Madrid: Ediciones Encuentro, 2001.
- Nietzsche, Friedrich. *A Origem da Tragédia*. 1872. Lisboa: Lisboa Editora, 2003.
- O’Hara, Kieron, e Shadbolt Nigel. *O espião na máquina do café - O fim da privacidade tal como a conhecemos*. 2009. Lisboa: Plátano Editora, 2009.
- Orwell, George. *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. 1948. Lisboa: Antígona, 2007.
- Postman, Neil. *Tecnopolia - Quando a Cultura se rende à Tecnologia*. 1992. Lisboa: Difusão Cultural, 1993.
- Sadin, Éric. *Surveillance Globale - Enquête sur les Nouvelles Formes de Contrôle*. 2009. Paris: Climats, 2009.
- Saraiva, António José. *O que é a Cultura*. 2003. Lisboa: Gradiva, 2003.
- Séris, Jean-Pierre. *La technique*. 1994. Paris: PUF, 1994.
- Simondon, Gilbert. *Du Mode d’Existence des Objets Techniques*. 1958. Paris: Aubier, 2001.
- Stiegler, Bernard. *Descrença e Descrédito - 1. A Decadência das Democracias Industriais*. 2004. Edições Vendaval, 2006.

Virilio, Paul. *L'administration de la peur*. 2010. Paris: Les éditions Textuel, 2010.

_____. “O Controlo do Meio Ambiente.” Em *A Inércia Polar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

Whitaker, Reg. *El fin de la privacidad - como la vigilancia total se está convirtiendo en realidad*. 1999. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999.

Zamiatine, Evgueni. *Nós*. 1921. Lisboa: Antígona, 2004.

FILMOGRAFIA

1984 (Michael Radford, 1984)

Alphaville (Jean-Luc Godard, 1965)

Blade Runner (Ridley Scott, 1982)

Brazil (Terry Gilliam, 1985)

Conversation, The (Francis Ford Coppola, 1974)

Daft Punk's Electroma (Thomas Bangalter & Guy-Manuel de Homem-Christo, 2006)

Das Leben der Anderen (Florian Henckel, 2006)

Der Golem (Henrik Galeen, 1915)

Enemy of the State (Tony Scott, 1998)

Island, The (Michael Bay, 2005)

Matrix (Andy and Larry Wachovski, 1999)

Metropolis (Fritz Lang, 1927)

Minority Report (Steven Spielberg, 2002)

Modern Times (Charles Chaplin, 1936)

Net, The (Irwin Winkler, 1994)

Play Time (Jacques Tati, 1967)

Scanner Darkly, A (Richard Linklater, 2006)

They Live (John Carpenter, 1988)

THX 1138 (George Lucas, 1971)